



TITAN CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF nº 10.442.603/0001-05

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DATA BASE DE REFERÊNCIA: 31/12/2021

1. Responsáveis pelo formulário

1.1. Identificação dos responsáveis:

- Christian Loretto Sant'Anna | Gestor/Sócio
- Henrique Fernando Lucas | Diretor de Compliance e Risco/Sócio

- a) Reviram o formulário de referência
- b) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completa estrutura, dos negócios, das políticas e normas para controles internos da empresa e compliance.

São José dos Campos, 18 de março de 2022.

Christian Loretto Sant'Anna
Gestor | Sócio

Henrique Fernando Lucas
Diretor de Compliance e Risco | Sócio





2. Histórico da empresa

2.1. Breve histórico sobre a constituição da empresa

A TITAN CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (doravante designada TITAN CAPITAL ou GESTORA) é uma sociedade autorizada a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários no amparo da Instrução CVM nº 306/99, conforme Ato Declaratório nº 10.727 de 07 de dezembro de 2009, com sede na Avenida São João, nº 2.375 Cj. 605 - Jardim das Colinas, cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, CEP: 12242-000, inscrita no CNPJ sobo nº 10.442.603/0001-05.

A TITAN CAPITAL iniciou suas atividades com o serviço de gestão de contas individuais de clientes em dezembro de 2009. A partir de 2011 a TITAN CAPITAL inicia a gestão de fundos exclusivos.

Com o emprego do relacionamento pessoal dos sócios-diretores da TITAN CAPITAL, acumulados em mais de uma década, e desenvolvimento de distribuição de terceiros, a TITAN CAPITAL apresentou a seguinte evolução no item de ativos sob administração: Em dezembro de 2021, a TITAN CAPITAL apresentava **R\$ 156.276.393,62** de ativos sob gestão.

Período	Número de Clientes Privados	Número de Clientes Institucionais	Número de fundos	PL sob administração
dez/09	9	3	0	R\$ 15.897.522,53
jan/10	12	3	0	R\$ 18.120.381,23
fev/10	12	3	0	R\$ 18.296.125,79
mar/10	13	3	0	R\$ 19.217.838,74
abr/10	13	3	0	R\$ 20.972.652,55
mai/10	14	3	0	R\$ 22.846.595,02
jun/10	15	3	0	R\$ 27.567.719,57
dez/10	22	4	0	R\$ 38.500.000,00
dez/11	29	4	1	R\$ 56.300.000,00
dez/12	34	4	4	R\$ 96.500.000,00
dez/13	35	5	4	R\$ 100.800.000,00
dez/14	33	4	6	R\$ 100.300.000,00
jan/15	34	4	6	R\$ 93.130.000,00
out/16	32	4	5	R\$ 90.187.940,50
fev/17	34	3	2	R\$ 89.335.504,29
dez/17	32	0	3	R\$ 88.455.452,47
dez/18	28	0	3	R\$ 75.441.558,77
dez/19	38	0	3	R\$ 82.708.669,07
dez/20	90	21	8	R\$ 118.268.679,65
dez/21	684	6	12	R\$ 156.276.393,62





A empresa é signatária dos seguintes Códigos de Autorregulação da ANBIMA. São eles:

I. CÓDIGO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Atividades:

- Gestão;
- Distribuição.

II. CÓDIGO DOS PROCESSOS DA REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS;

III. CÓDIGO PARA O PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO CONTINUADA

Atividades:

- CPA -10;
- CEA;
- CPA - 20;
- CGA.

2.2. Descrever as mudanças relevantes pelas quais tenha passado a empresa nos últimos 5 (cinco) anos, incluindo:

a) Os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário:

- Cessão de 1% de cotas de Christian Loretto Sant'Anna para AGC Consultoria de Negócios em 21/01/2011;
- Retirada da sociedade do sócio Fabio Yassuda Maeda e admissão na sociedade dasócia Fernanda A. Martins, correspondente a 20% (vinte por cento do capital social), em 03/02/2016;
- Cessão de 0,5 % das cotas de Christian Loretto Sant'Anna para Freitas Assessoria Comercial Ltda em 22/09/2016;
- Cessão de 0,5% de cotas de Christian Loretto Sant'Anna para Neumark Gestão Empresarial Eirelli - EPP em 22/09/2016.
- Cessão de 0,9% de cotas de AGC Consultoria de Negócios para Christian Loretto Sant'Anna em 04/10/2019;
- Retirada da sociedade da sócia Fernanda Andrade Martins e admissão na sociedade do sócio Henrique Fernando Lucas, correspondente a 20% (vinte por cento do capital social), em 04/10/2019;
- Cessão de 0,5 % das cotas de Freitas Assessoria Comercial Ltda para Christian Loretto Sant'Anna em 04/10/2019;
- Cessão de 0,5% de cotas de Neumark Gestão Empresarial Eirelli - EPP para Christian Loretto Sant'Anna em 04/10/2019.
- Cessão de 31% de cotas de Christian Loretto Sant'Anna para ALM Capital Group, representada por Henrique Fernando Lucas em 04/10/2019.

b. Escopo das Atividades:

A TITAN CAPITAL é uma gestora de recursos brasileira, especializada na construção de portfólios de investimentos e fundos de investimento para clientes individuais qualificados e instituições.





Combinando experiência e inserção nos mercados local e internacional, a TITAN CAPITAL atua com uma abordagem individualizada para cada cliente, oferecendo uma qualidade superior em seus serviços.

A TITAN CAPITAL acredita numa filosofia de gestão de portfólio de longo prazo, eficiente na busca pelo retorno, tendo o controle de risco como peça fundamental.

A alocação de um portfólio de investimentos determina mais de 90% dos resultados que o cliente obtém e não a escolha individual de produtos de investimento. A TITAN CAPITAL pensa na construção do portfólio como um todo e no uso ou elaboração de componentes racionais deste portfólio, buscando e estimulando a diversificação, inclusive internacional.

O plano de atuação comercial da TITAN CAPITAL é formado por:

- Diretrizes;
- Produtos e serviços;
- Público alvo;
- Taxas de administração médias;
- Plano de distribuição.

O conjunto destes itens pretende manter um corpo coerente e direcionado no relacionamento da TITAN CAPITAL com agentes comerciais de distribuição.

Em 22 de setembro de 2016, a TITAN CAPITAL passa a ter o seguinte objeto social: prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários e passa a ser consultoria em valores mobiliários.

Em 17/nov/2018, a TITAN CAPITAL informou à CVM que não passaria mais a prestar serviços de consultoria, seguindo a ICVM 592/17.

c. Recursos humanos e computacionais

c.1 . Equipe

Christian Loretti Sant'Anna, CFA®, atua no mercado financeiro há mais de 25 anos. Passou por instituições como Merrill Lynch, Prudential/Wachovia Securities e Banco AGF Braseg. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e possui a designação Chartered Financial Analyst (CFA). Atua há mais de 15 anos na construção de portfólios nacionais e internacionais para clientes. Sócio-diretor da TITAN CAPITAL, ele é responsável pela área de Gestão de Recursos na empresa e diretor responsável pela Política de Adequação dos Investimentos ("Suitability").

Henrique Fernando Lucas atua no mercado financeiro há mais de 15 anos. Trabalhou em instituições financeiras como; Banco Semear onde atuou como estagiário, analista de planejamento econômico, gerente de riscos operacionais, gerente de riscos operacionais, mercado e liquidez, superintendente de planejamento, riscos e regulatório, vice-presidente conselho de administração, vice-presidente estatutário. Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrado em Economia com ênfase em Risco e Regulação Bancária, Pós-Graduação em Estatística, sócio-diretor da TITAN CAPITAL ele é responsável pela área de Compliance e Riscoda Empresa e diretora responsável pelo cumprimento das normas e relativas a prevenção de lavagem de dinheiro (PLD).





Guilherme Oikawa de Moraes é bacharel em Administração e atua no mercado financeiro desde 2018, quando passou a integrar a equipe de colaboradores da TITAN CAPITAL. Possui certificação ANBIMA CPA 20 e tem como principal responsabilidade as atividades de controladoria. Auxilia também na parte de Wealth Management quanto à gestão de patrimônio das carteiras e fundos, e Asset Management na gestão dos ativos.

Ellen Cristiane de Souza é advogada, inscrita na seção de Minas Gerais desde 2017 e Pós-graduada em Compliance e Integridade Corporativa. Atuou na Instituição Financeira Banco Mercantil do Brasil como escriturária no setor de Crédito Consignado e desde 2020 compõe a equipe TITAN CAPITAL como Analista de Compliance, atuando junto aos colaboradores no cumprimento de normas e melhores práticas referentes à PLD, implementação da LGPD, confecção e atualização de manuais e demais legislações.

Thomas Souza Lobo é bacharel em administração e Pós-graduando em Gestão com Ênfase em Finanças, além de bacharelado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Possui Certificado Nacional de Profissional de Investimentos – Técnico (CNPI-T 2294). Junto à TITAN CAPITAL, exerce atividade de análise de ativos de investimentos, elaboração de relatórios de performance de ativos e fundos para gestores e clientes.

Vladimir Maximiliano dos Santos, tecnólogo em gestão financeira. Experiência de 14 anos na área de investimentos (Controladoria), exercendo a análise, conferência de valores e operações, batimento de cotas, abertura de conta, emissão de relatórios e várias outras atribuições operacionais dos fundos e clientes.

Karoline Rodrigues Marques, estudante de Ciências Econômicas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Possui CPA-20 e PQO e experiência como Assistente de Investimentos na Mensurar Investimentos. Participou de monitorias acadêmicas e da Liga Universitária de Mercado Financeiro.

c.2. Infraestrutura de rede

O parque tecnológico é composto por:

- Servidor Torre - Processador Dual Core E8400 3.00 GHz | HD 1Tb | Memória 4GB RAM, Sistema Operacional Linux Ubuntu 15.10
- Switch Intelbrás SP 1600
- 2 Nobreaks - NSP7700BI 700VA
- Rede wireless (1 ponto - TPLink - TL-ER604W VPN Router | São Paulo)
- Internet
- Fibra 25 GB IP Fixo;
- Net 10 GB IP dinâmico;
- Telefonia
- Netfone

Backup de dados:

- 2 Drivers Externos físico - 1 Tera externo;
- 1 serviço em nuvem - Google Drive.
- Impressora HP 8600 Pro Multifuncional Colorida WiFi
- Impressora HP Officejet 4315 Multifuncional Colorida





c.3. Telefonia

Existe um sistema de gravação exclusivamente para os telefones, onde são executadas as operações com as corretoras.

A escuta das gravações é integral nesses telefones, contudo, o uso das mesmas somente será feito com fins profissionais, sem interferir de maneira nenhuma na privacidade pessoal dos funcionários e/ou clientes e/ou provedores.

c.4. Back-up

A empresa utiliza sistema de backup 2 drivers externo físico com HD de um 1T guardado em cofre resistente a incêndio, e 1 serviço em nuvem - Google. O Backup é realizado a cada dois dias.

d. Regras, políticas, procedimentos e controles internos

A TITAN CAPITAL tem o compromisso de realizar seus negócios de modo consistente com os mais altos padrões profissionais e éticos.

Por esse motivo, a empresa criou o Manual de Compliance que tem como principais pontos:

- O Código de Ética e Conduta
- Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance
- Manual Interno de Gestão de Áreas

Todos os associados devem cumprir o Código de Ética e Conduta, bem como todas as demais políticas, procedimentos, orientações e treinamento em toda a empresa.

As funções de “Compliance”, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Auditoria Interna estão envolvidos no alinhamento das normas internas ao ambiente de controle necessário para prevenir e combater qualquer ato de natureza ilícita, bem como assegurar que os riscos envolvidos nas operações sejam conhecidos e monitorados continuamente.

Além disso, a TITAN CAPITAL busca criar uma cultura de Governança Corporativa; buscando princípios de Integridade, Equidade, Transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis e regulamentações.

Essas regras, políticas, procedimentos e controles internos se aplicam a todos os associados da Titan Capital Gestão de Recursos Ltda. (“TITAN CAPITAL”), que compreende os diretores, gerentes, funcionários, estagiários, fornecedores e a todos os que, direta ou indiretamente, se relacionem com a TITAN CAPITAL. Faz referência aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BC).

Sendo um sócio-diretor um CFA charterholder, o Código de Conduta e Ética segue os conceitos recomendados pelo Código de Ética e Conduta do CFA Institute, da Securities





and Exchange Commission (SEC) e da Global Association of Risk Professionals (GARP). Todos os associados devem se assegurar do completo conhecimento do Manual de Compliance e de todas as normas e regulamentações sujeitas à TITAN CAPITAL. As dúvidas devem ser imediatamente encaminhadas ao “Compliance Officer” da TITAN CAPITAL. É responsabilidade do “Compliance Officer” assegurar que as disposições do Manual continuem a refletir adequadamente os requerimentos previstos na legislação em vigor.

3. Recursos Humanos

3.1. Descrever os recursos humanos da empresa, fornecendo as seguintes informações:

a) Número de sócios:

Sócios Quotistas	%	Nº Quotas	R\$
CHRISTIAN LORETTI SANT'ANNA	48,99984%	293.999	293.999,00
ALM CAPITAL GROUP LTDA	51,00000%	306.000	306.000,00
AGC CONSULTORIA EM NEGOCIOS LTDA	0,00016%	1	1,00
TOTAL	100%	600.000	600.000,00

Christian Loretti Sant'Anna, CFA®, atua no mercado financeiro há mais de 25 anos. Passou por instituições como Merrill Lynch, Prudential/Wachovia Securities e Banco AGF Braseg. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e possui a designação Chartered Financial Analyst (CFA). Atua mais de 10 anos na construção de portfólios nacionais e internacionais para clientes. Sócio-diretor da TITAN CAPITAL, ele é responsável pela área de Gestão de Recursos na empresa e diretor responsável pela atividade de consultoria de valores mobiliários.

Henrique Fernando Lucas atua no mercado financeiro há mais de 15 anos. Trabalhou em instituições financeiras como; Banco Semeiar onde atuou como estagiário, analista de planejamento econômico, gerente de riscos operacionais, gerente de riscos operacionais, mercado e liquidez, superintendente de planejamento, riscos e regulatório, vice-presidente conselho de administração, vice-presidente estatutário. Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrado em Economia com ênfase em Risco e Regulação Bancária, Pós-Graduação em Estatística, sócio-diretor da TITAN CAPITAL ele é responsável pela área de Compliance e Riscoda Empresa e diretora responsável pelo cumprimento das normas e relativas a prevenção delavagem de dinheiro (PLD).

AGC CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua. José Maria Lisboa, nº 860 – salas 51 e 52, Jardim Paulista – São Paulo/SP, CEP. 01.423-000, inscrita no CNPJ. nº 11.296.868/0001-05, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35223813701, neste ato representada por seu sócio - administrador RICARDO DUARTE CALDEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG. 2437745 SSP/SP e inscrito no CPF. 337.079.527-20, residente e domiciliado na Alameda Casa Branca, nº 347 - Conjunto 1206 - Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP. 01.408-001.



**b. Número de empregados**

CARGO	NOME	Nº
Sócio (Gestor)	Christian Loretti Sant Anna	1
Sócio (Diretor de Risco e Compliance)	Henrique Fernando Lucas	1
Gestor	Thiago Raymon Cruz Cacique da Costa	1
Coordenador de Controladoria	Vladimir Maximiliano dos Santos	1
Analista de Controladoria	Guilherme Oikawa de Moraes	1
Analista de Investimentos	Thomas Lobo Souza, CNPI-T 2294	1
Analista Compliance	Ellen Cristiane de Souza	1
Financeiro	Camila Dias Barros	1
Estagiário	Karoline Rodrigues Marques	1
Total Geral		9

c. Número de terceirizados

CARGO	NOME	Nº
Consultoria de Compliance	Alexandra Eliane Oliveira dos Santos	1
Escritório de Advocacia	Ferreira Cardoso	1
Escritório de Contabilidade	Appice Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda	1
Total Geral		3

d. lista das pessoas naturais que são registradas na CVM como administradores de carteiras de valores mobiliários e atuam exclusivamente como prepostos ou empregados da empresa:**ATO DECLARATÓRIO Nº 10.201, DE 2 DE JANEIRO DE 2009**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. CHRISTIAN LORETTI SANT'ANNA, C.P.F. nº 159.661.928-71, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CHRISTIAN LORETTI SANT ANNA, portador da cédula de identidade RG nº 21.442.566-6 SSP/SP e do CPF/MF nº 159.661.928-71, é registrado perante a CVM como Administrador de Carteiras de Valores. Registro nº 10.201, de 02 de janeiro de





2009.

4. Auditores

4.1. Em relação aos auditores independentes, indicar, se houver:

a. nome empresarial

Não há.

b. data de contratação dos serviços

Não há.

c. descrição dos serviços contratados

Não há.

5. Resiliência financeira

5.1. Com base nas demonstrações financeiras, ateste:

- a) se a receita em decorrência de taxas com bases fixas a que se refere o item 9.2.a é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa com a atividade de administração de carteira de valores mobiliários

Sim. Hoje a receita em decorrência de taxas é suficiente para cobrir os custos e os investimentos da empresa.

- b) Se o patrimônio líquido da empresa representa mais do que 0,02% dos recursos financeiros sob administração de que trata o item 6.3.c e mais do que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Não.

5.2 Demonstrações financeiras e relatório de que trata o § 5º do art. 1º desta Instrução

Não há.

6. Escopo das atividades

6.1. Descrever detalhadamente as atividades desenvolvidas pela empresa, indicando, no mínimo:

- a. tipos e características dos serviços





prestados (gestão discricionária,
planejamento patrimonial, controladoria,
tesouraria, etc.)

Gestão Discricionária de Contas de Investimento Individuais - a gestão de carteira individual ou portfólio administrado é um instrumento moderno de serviço de gestão, que abrange diferentes tipos de investimentos, procurando sempre atingir e respeitar os objetivos e necessidades do cliente de maneira customizada e exclusiva. O mandato é concedido pelo cliente à TITAN CAPITAL por contrato de procuração registrada na instituição financeira onde o cliente mantém a conta.

Com foco nas classes de ativos e não na seleção individual de títulos, a TITAN CAPITAL utiliza títulos físicos, indexadores ou fundos de índice negociados em bolsa (os chamados “Exchange Traded Funds”, que venham a reproduzir, pelo menos parcialmente, o comportamento das classes de ativos).

Hoje a TITAN CAPITAL possui os seguintes tipos de valores mobiliários: títulos públicos, debêntures emitidas por pessoas jurídicas não financeiras, títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras, títulos emitidos por pessoas jurídicas não financeiras (CRIs, CRAs), cotas de fundos de investimentos imobiliário, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, swaps, contratos futuros, ações, cotas de fundo de investimento em renda fixa, cotas de outros fundos de investimentos, operações compromissadas.

Gestão de Fundos Exclusivos - o fundo exclusivo destina-se ao investidor qualificado, possuindo apenas este como único cotista. Entre outras vantagens estão benefícios tributários, existência de quota única com atualização diária, consolidação de todos os investimentos para melhor acompanhamento gerencial, auditoria terceirizada e registro na Anbima.

O Lauma Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, onde o fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de um público de investidores, classificados como qualificado, de acordo com a regulamentação vigente. O Guideco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado – constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, onde o fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de um público restrito de investidores, classificados como profissionais, de acordo com a regulamentação vigente.

O Abundance Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento Exterior - constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, onde o fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de um público restrito de investidores, classificados como profissionais, de acordo com a regulamentação vigente.

Ayka Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado – Tem caráter exclusivo, está adequado dentro dos padrões do mercado apesar do patrimônio líquido baixo, sem crescimento no último semestre.

- b. tipos e características dos produtos administrados ou geridos (fundos de investimento, fundos de investimento em participação, fundos de investimento imobiliário, fundos de investimento em direitos creditórios, fundos de índice, clubes de investimento, carteiras administradas, etc.)





Atualmente a TITAN CAPITAL faz a gestão de cerca de 20 carteiras administradas, possuindo os seguintes tipos de valores mobiliários: títulos públicos, debêntures emitidas por pessoas jurídicas não financeiras, títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras, títulos emitidos por pessoas jurídicas não financeiras (CRIs, CRAs), cotas de fundos de investimentos imobiliário, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, swaps, contratos futuros, ações, cotas de fundo de investimento em renda fixa, cotas de outros fundos de investimentos, operações compromissadas.

Gestão de Fundos de Direitos Creditórios - Em dezembro de 2021 a TITAN CAPITAL fazia a gestão de 02 Fundos de Investimentos Creditórios (FIDCs) - CVM 376, sendo eles:

- **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Utility Credit:** Trata-se de um fundo que trabalha com a aquisição de direitos creditórios multisetoriais de pequenas e médias empresas com diferentes classes de quotas: sênior e subordinada, sendo a quota subordinada subdividida em: mezanino e júnior. Este fundo possui a característica de ser multicedente, com foco em CCBs, notas promissórias e duplicatas à receber.
- **Fundo de Investimento em Direitos Peak Invest NT PME:** Trata-se de um fundo que trabalha com a aquisição de direitos creditórios multisetoriais de pequenas e médias empresas com diferentes classes de quotas: sênior e subordinada. Este fundo possui a característica de ser monocedente, com foco em CCBs.

Gestão de Fundos de Investimentos ICMV 555 – a TITAN CAPITAL administra 05 Fundos de Investimento Multimercados (FIM) e 01 Fundo de Investimento em Ações (FIA) – CVM 555 em estratégia específica, tais como:

- **Fundo de Investimento Multimercado Smart Fund Deep Blue:** O Fundo realiza investimentos em instrumentos de caixa e títulos públicos. Utiliza uma abordagem top-down. Fundamentada com análise quantitativa e com o emprego de algoritmos que definem alocações dinâmicas conforme ambiente de risco e cenário de juros. Em adição, operações curtas com exposições adicionais em títulos com prazo limite de cinco anos podem ser utilizadas em cenários de rentabilidade negativa e picos de volatilidade, seguindo regras de mercado predefinidos. Posições em crédito privado não serão permitidas. Instrumentos de caixa poderão ocupar no máximo 10% da posição. O Fundo pode trabalhar com alavancagem em até 20% da sua posição.
- **Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado Titan Capital :** Iniciou as atividades no último trimestre de 2020. Fundo de investimento em cotas com foco na aquisição de fundos de crédito, com características de maior rentabilidade (HIGH YIELD), maior risco de crédito e menor liquidez. O fundo é voltado para investimentos satélites, complementares a uma locação ampla. Este fundo tem como público alvo investidores qualificados.
- **Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado Peak Invest-NT PME:** Fundo multimercado, com foco de investimentos no FIDC PEAK, que trabalha com a aquisição de direito creditório multisetorial de pequenas e médias empresas, cuja origemação do crédito é dada





pela PEAK INVEST SERVIÇOS FINANCEIROS E DE TECNOLOGIA LTDA uma FINTECH que usa algoritmos e processos de screening na seleção dos fundos.

- **Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado Wise Selection:** tem como objetivo obter ganhos de capital mediante operações nos mercados de juros, câmbio, ações, commodities e dívida, utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto nos mercados à vista quanto nos mercados de derivativos.
- **Fundo de Investimento Multimercado Advanced:** é caracterizado como multimercado, tem como objetivo de investimento, buscar proporcionar a valorização de suas cotas, no longo prazo, aplicando seus recursos em ativos financeiros disponíveis nos mercados financeiro e de capitais.
- **Fundo de Investimento em Ações Advanced-NI:** tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, a médio e longo prazo, ganhos de capital por meio do investimento de seus recursos primordialmente no mercado acionário, sem perseguir uma alta correlação com qualquer índice de ações específico disponível.

c. se atua na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor

A TITAN CAPITAL decidiu exercer a atividade de distribuição de fundos de investimentos próprios. A gestora entende que devido ao novo ambiente regulatório, ela deve controlar todas as informações que dizem respeito aos seus clientes e é a maior conhecedora de seus produtos.

6.2. Descrever resumidamente outras atividades desenvolvidas pela empresa que não sejam de administração de carteiras de valores mobiliários, destacando:

Não há.

a. os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades; e

Não há.

b. Informações sobre as atividades exercidas por sociedades controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum ao administrador e os potenciais conflitos de interesses existentes entre tais atividades.

Não há.

6.3. Descrever o perfil dos investidores de fundos e carteiras administradas geridos pela empresa, fornecendo as seguintes informações:

a. número de investidores (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados)

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #8ce439db21c040cd8f45a3f83e99b8a2239af006c0cb97009470d2e0a1585458
<https://valida.ae/aeca2abbea832aa0a37a89033c608561453f51daa03ad59e4>





CLIENTES	INVESTIDORES QUALIFICADOS	INVESTIDORES NÃO QUALIFICADOS
Fundos	76	606
Carteiras	16	4
TOTAL	92	610

b. número de investidores, dividido por:

i. pessoas naturais	684
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	6
iii. instituições financeiras	0
iv. entidades abertas de previdência complementar	0
v. entidades fechadas de previdência complementar	0
vi. regimes próprios de previdência social	0
vii. seguradoras	0
viii. sociedade de capitalização	0
ix. clubes de investimento	0
x. fundos de investimento	12
xi. investidores não residentes	0
xii. outros (especificar)	0

c. Recursos financeiros sob administração (total e dividido entre fundos e carteiras destinados a investidores qualificados e não qualificados)

CLIENTES	INVESTIDORES QUALIFICADOS ATIVOS	INVESTIDORES NÃO QUALIFICADOS ATIVOS
Fundos	66,77%	14,04%
Carteiras	17,75%	1,44%
TOTAL	84,51%	15,49%

d. Recursos financeiros sob administração aplicados em ativos financeiros no exterior





R\$ 156.276.393,62 em dezembro de 2021 - convertidos em reais.

e. Recursos financeiros sob administração de cada um dos 10 (dez) maiores clientes (não é necessário identificar os nomes)

NOME	TOTAL DE ATIVOS (EM %)
CLIENTE 01	16,2%
CLIENTE 02	12,1%
CLIENTE 03	6,7%
CLIENTE 04	2,7%
CLIENTE 05	2,5%
CLIENTE 06	2,0%
CLIENTE 07	1,9%
CLIENTE 08	1,9%
CLIENTE 09	1,5%
CLIENTE 10	1,5%

f. Recursos financeiros sob administração, dividido entre investidores:

i. pessoas naturais	87,03%
ii. pessoas jurídicas (não financeiras ou institucionais)	5,37%
iii. instituições financeiras	0
iv. entidades abertas de previdência complementar	0
v. entidades fechadas de previdência complementar	0
vi. regimes próprios de previdência social	0
vii. seguradoras	0
viii. sociedade de capitalização	0
ix. clubes de investimento	0
x. fundos de investimento	7,60%
xi. investidores não residentes	0
xii. outros (especificar)	0





Fornecer o valor dos recursos financeiros sob administração, dividido entre:

a	Ações	0,76%
b	Debêntures e outros títulos RF (não financeiros)	0,35%
c	Títulos RF (pessoas financeiras)	8,87%
d	cotas FIA	2,27%
e	cotas FIP	0.0%
f	cotas FII	0.08%
g	cotas FIDC	8,17%
h	cotas RF	13,45%
i	outros fundos	19,53%
j	derivativos	0.0%
k	outros valores mobiliários	0.0%
l	títulos públicos	13,11%
m	outros ativos	33,42%
SOMA		100.0%

6.4. Descrever o perfil dos gestores de recursos das carteiras de valores mobiliários nas quais o administrador exerce atividades de administração fiduciária:

A TITAN CAPITAL não exerce atividades de administração fiduciária.

6.5. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes.

Não há.

7. Grupo Econômico

7.1. Descrever o grupo econômico em que se insere a empresa, indicando:

a) Controladores diretos e indiretos:

A TITAN CAPITAL não faz parte de nenhum grupo econômico. É uma empresa limitada e os principais acionistas estão descritos abaixo.





Sócios Quotistas	%	Nº Quotas	R\$
CHRISTIAN LORETTI SANT'ANNA	48,99984%	293.999	293.999,00
ALM CAPITAL GROUP LTDA	51,00000%	306.000	306.000,00
AGC CONSULTORIA EM NEGOCIOS LTDA	0,00016%	1	1,00
TOTAL	100%	600.000	600.000,00

b)

Controladas e coligadas:

Não há.

c) Participações da empresa em sociedades do grupo:

Não há.

d) Participações de sociedades do grupo na empresa:

Não há.

e) Sociedades sob controle comum:

Não há.

7.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere a empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item 7.1.

Não há.

8. Estrutura operacional e administrativa

8.1. Descrever a estrutura administrativa da empresa, conforme estabelecido no seu contrato ou estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão, comitê e departamento técnico





Área de Investimentos

Objetivo

Estabelecer normas e procedimentos observados na análise da gestão de recursos e recomendações de investimentos para clientes da TITAN CAPITAL.

Responsabilidades

Do Gestor de Recursos

É o representante legal da gestora de recursos perante a CVM. Faz levantamento e análises de dados para acompanhar os acontecimentos econômicos do país e do mundo. Conduz pesquisas, faz previsões baseadas em modelos estatísticos das consequências econômicas de mudanças de política, população e clima; escreve os relatórios de investimentos. É o principal responsável em montar a diretriz para a recomendação de investimentos na TITAN CAPITAL.

Além disso, é responsável em supervisionar toda a área de investimentos e seus processos. Nenhum relatório poderá ser emitido sem a sua autorização. Coordena a parte de monitoramento de carteiras de investimentos, processo de “due diligence”. Acompanha a modelagem econômica de alocação de ativos. Também, é o responsável pela Política de Adequação dos Investimentos (“Suitability”).

Do Analista de Investimentos





Focado em tarefas qualitativas da área de investimento. Emite pareceres, cria relatórios de investimentos e auxilia tecnicamente a área de investimentos. Não precisa ter vínculo empregatício.

Da Área de Compliance e Risco

Responsável pelo desenvolvimento e verificação de aderência às políticas, normas e os processos e procedimentos da TITAN CAPITAL e, se estão em conformidade com as exigências legais e regulamentações vigentes.

Essa área também é responsável pelo cumprimento das normas relativas à prevenção de lavagem de dinheiro (PLD).

Do Comitê Executivo

Analisa e decide juntamente com a Área de Compliance/Risco sobre qualquer pedido de execução a essa política.

Atividades Desenvolvidas:

- Análise Econômica

Segundo a Política de Investimentos, a TITAN CAPITAL busca uma administração de “enhanced indexing”, proposta que alia a administração passiva com técnicas de adição de valor incremental, dentro de “tracking error” controlado e minimizado. A estrutura de portfólio é o objeto prioritário da administração do gestor.

“Market timing” e seletividade de papéis individuais, como geração de valor, não são focos da TITAN CAPITAL.

Previsões e análises externas econômicas são fornecidas pelo Banco BTG Pactual, Banco Fator, JP Morgan e Banco Votorantim. Estes dados são utilizados pelo gestor na análise global do portfólio e sua relação com níveis de volatilidade do mercado em modelos estatísticos.

A estrutura de análise econômica é entendida como fornecedora de dados para a análise macro de condições de volatilidade de mercado e de desvios de média e correlações existentes com variáveis econômicas macros como taxa de juros, câmbio, de crescimento e atividade. São observados níveis históricos de volatilidade, assim como nuvens de volatilidade.

A estrutura de análise de componentes de portfólio, realizada pelo analista interno e com suporte de fontes externas de “research”, tem como foco a seleção de componentes para o portfólio para a busca da reprodução do desempenho de referências de mercado (“benchmarks”) de classes de ativos e suas subclasses. Para tal, são utilizados fundos de índices e títulos que procuram apresentar menor descolamento em relação aos “benchmarks”.

O escopo da análise é quantitativo com dimensões estatísticas. A preocupação maior é





como análise de descolamento destes ativos em relação aos “benchmarks”. Medidas como “tracking error”, estimativa de erro e coeficiente de determinação de Pearson, curtose e “skewness” são utilizadas.

- Confecção de Relatório de Investimento

A estrutura de portfólio é feita através de relatório próprio. A análise de papéis individuais e análise econômica são feitas através de “research” de terceiros (Banco BTG Pactual, Morningstar, Banco Santander) na proporção de 50%/50%.

Ferramentas de análise incluem planilhas de estudos de Simon Beninga, relatório das Morningstar, “research” do banco BTG, da XP Investimentos e Tullet Prepon, documentos fornecidos pelas áreas institucionais das empresas sob análise. A empresa trabalha apenas para o “Buy Side”.

Todo o conteúdo de qualquer relatório tem que ser aprovado e revisado pelo gestor de recursos e pela área de compliance/risco antes da sua distribuição. Isto inclui, mas não está limitado aos relatórios, avisos, alertas e e-mails.

Os relatórios onde a comunicação é destinada “somente para Uso Interno”, devem ser claramente devidamente marcados, com destaque, a fim de evitar confusões e violações.

- Confecção do Relatório de Risco

A Titan Capital utiliza tecnologias de processamento de dados e modelagem para implementação de ferramentas e procedimentos de controle de risco.

As avaliações são diárias e com geração de relatórios, incluindo:

1. Análise de exposição de posição (físicos e nocionais);
2. Análise de correlação entre ativos;
3. “Value at Risk” (paramétrico e não paramétrico) em diferentes períodos;
4. Testes de stress (método “bootstrapping”);
5. Análise de cenários específicos (projetados e históricos) com choques de variáveis, incluindo níveis de “duration” e papel de betas;
6. Teste de aderência dos portfólios em relação aos seus devidos “benchmarks”;
7. Determinação de orçamento e limites de variância.

Processo de Investimento

O processo de investimento da TITAN CAPITAL constitui-se em seis estágios; que caracteriza o caminho seguido pela empresa para alocar os recursos de seus clientes da melhor maneira possível.

Esses estágios iniciam-se na elaboração de um perfil de investimento do cliente, pela modelagem do portfólio com técnicas específicas de adição de valor.

São eles:





- Primeiro Estágio - Estudo de Perfil do Investidor e Definição de Referência de Mercado(benchmark);
- Segundo Estágio - Modelagem e Alocação do Portfólio;
- Terceiro Estágio - Seleção de Títulos / Ativos;
- Quarto Estágio – Testes de Compatibilidade dos Objetivos do Portfólio em Termos Quantitativos;
- Quinto Estágio - Técnicas de Valor Incremental;
- Sexto Estágio - Controle de Risco.

Processo de Monitoramento de Carteiras e Fundos

O processo de coleta de dados para construção das medidas de risco possui diferenciação conforme facilidade de acesso aos dados e segmentação dos produtos e serviços na gestora.

A frequência dos dados coletados em si (retornos diários ou mensais) não é coincidente como processo de monitoração.

A monitoração pode ocorrer, em termos diários, mas os dados para coleta podem ser mensais.

Abaixo, segue a metodologia atual de coleta e monitoração:

Descrição	Carteiras Administradas	Fundos Exclusivos	Fundos Abertos
Monitoração	Mensal	Diário	Diário
Dados de Retorno	Mensal	Mensal	Diário
	<ul style="list-style-type: none">○ Operações Realizadas no Portfólio;○ Reorganizações de Títulos;○ Vencimento e Amortização de Títulos;○ Pagamento de Cupons;○ Dividendos de Títulos;○ Retiradas e Depósitos;○ Existência de Caixa Ocioso;○ Existência de Provisões.	<ul style="list-style-type: none">○ Operações Realizadas no Portfólio;○ Reorganizações de Títulos;○ Vencimento e Amortização de Títulos;○ Pagamento de Cupons;○ Dividendos de Títulos;○ Retiradas e Depósitos;○ Existência de Caixa Ocioso;○ Existência de Provisões.	<ul style="list-style-type: none">○ Operações Realizadas no Portfólio;○ Reorganizações de Títulos;○ Vencimento e Amortização de Títulos;○ Pagamento de Cupons;○ Dividendos de Títulos;○ Retiradas e Depósitos;○ Existência de Caixa Ocioso;○ Existência de Provisões.

Classificação e Seleção dos Produtos de Investimento:

- **Seleção dos Produtos de Investimentos**

A seleção de produtos é subordinada ao processo de investimento - “suitability”.





A inclusão ou exclusão do produto é definida conforme a lógica do perfil, definido na coletada informação, classificação e alinhamento da alocação com o cliente.

A “visão produto”, como fator determinante do processo de “suitability”, é limitada.

A TITAN CAPITAL considera que, no máximo, um produto, dentro de um processo maior de investimento, possa ser considerado “adequado” ou não, principalmente no que tange sua transparência de funcionamento, mas não um agente de definição de um processo maior de “suitability” – adequação dos investimentos.

A TITAN CAPITAL seleciona, prioritariamente, produtos com delta um ou delta limpo, chamados de produtos passivos ou direcionais.

No caso de renda fixa, títulos públicos são diretamente empregados.

No caso de crédito privado, são utilizados preferencialmente produtos com FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Produtos sem o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) têm limitação de até 6-7% do portfólio, incluindo debêntures e outros recebíveis (CRDs, CRIs), todos registrados na Câmara Eletrônica Organizada – CETIP.

Na renda variável, os fundos de índices são empregados. Nomes individuais de ações são evitados.

- **Classificação dos Produtos de Investimentos**

A classificação dos produtos de investimentos faz parte do processo de investimento da TITAN CAPITAL, dividida em seis estágios, que caracterizam e resumem o caminho seguido pela empresa para alocar os recursos de seus clientes, da melhor maneira possível.

Esses estágios iniciam-se na elaboração de um perfil de investimento do cliente, pela modelagem do portfólio com técnicas específicas e desenvolvendo processos de adição de valor.

São eles:

Primeiro Estágio – Estudo de Perfil do Investidor e Definição de Referência de Mercado (benchmark): Determinação do perfil do investidor (objetivos de retorno e risco, horizontes de investimento, tolerância ao risco, necessidades de liquidez e restrições) e o estabelecimento de uma clara política de investimentos do cliente compatível com seu perfil.

Segundo Estágio – Modelagem e Alocação do Portfólio: Seguindo a política de investimentos, prepara-se a alocação de ativos de um portfólio compatível com os objetivos de risco e retorno.

Para tal, modelos de alocação estratégica são definidos previamente com o emprego de técnicas de modelagem quantitativas de estudo do portfólio como unidade sistêmica, o que inclui:

- Análises históricas de padrões de retorno e risco;
- Observações estatísticas do portfólio e suas classes de ativos, além de mensuração de possíveis distorções presentes;
- Uso de modelos de fronteira eficiente e estudos de “Black Litterman”;
- Estudo de aglomerados (“clusters”) de volatilidade e respectivas mudanças na correlação de ativos;





Após modelagem, são finalmente definidos:

- As classes de ativos disponíveis a serem utilizadas;
- A exposição desejada da carteira aos diferentes mercados (renda variável, renda fixa, commodities, entre outros);
- Alocação de recursos entre as grandes classes de ativos (vértices) disponíveis.

Terceiro Estágio – Seleção de Títulos: O foco de análise de portfólio da TITAN CAPITAL é na classe de ativos.

E a decisão de seleção de títulos dentro de cada classe de ativo reflete esta crença.

Com foco nas classes de ativos e não na seleção individual de títulos, a TITAN CAPITAL utiliza títulos físicos, indexadores ou fundos de índice negociados em bolsa (“Exchange Traded Funds”) que venham a reproduzir, pelo menos parcialmente, o comportamento das classes de ativo.

A TITAN CAPITAL evita o uso da seletividade (“stock picking”) ou o “market timing” com papéis de empresas individuais como parte do processo de decisão de compras de títulos, característicos dos fundos de gestão ativos.

A TITAN CAPITAL não acredita na ênfase de seleção de papéis individuais como maneira efetiva para se agregar valor ao cliente no médio e longo prazo.

A TITAN CAPITAL acredita na predominância do retorno de indexadores e índices por possuírem menor custo em termos de taxa de administração, aliado a técnicas de adição de valor incremental através de estratégias denominadas de “enhanced indexing” (descritas no quinto estágio).

Quarto Estágio – Testes de Compatibilidade dos Objetivos do Portfólio em Termos Quantitativos: Condução de testes de compatibilidade dos objetivos de retorno e de risco do portfólio em termos quantitativos.

Quinto Estágio – Técnicas de Valor Incremental.

A partir da determinação de exposição da carteira aos mercados de renda fixa e renda variável, são utilizados métodos de geração de valor incremental ao processo de construção do portfólio e de indexação, chamados de “enhanced indexing”, tais como:

- Estratégias com uso de índices futuros e “Enhanced Cash”;
- Compra de ações geradoras de proventos;
- Obtenção de receitas de aluguel;
- Estratégias de controle dinâmico de exposição ao mercado (beta) e venda de volatilidade;
- Planejamento tributário;
- Redução de giro de ativos e custos com comissão;
- Perfil dos emissores;
- Prazos de carência de ativos e existência de ganhos.

Sexto Estágio – Controle de Risco

Neste estágio, aborda-se a manutenção dos sistemas de risco que incluem:

- Relatório de Risco de Mercado - Fundos:





- Medidas de Tendência Central e de Dispersão;
 - *VaR* paramétrico e não paramétrico (histórico e ordenação);
 - Testes de “Stress” e cenários históricos;
 - Histograma de retornos;
 - Reamostragem com filtros e *bootstrapping*.
- Relatório GRL - para fundos;
 - Relatório de Medidas de Risco - Carteiras e Fundos:
 - Medidas de Tendência Central e Dispersão;
 - *Duration*;
 - Estimativa de Liquidez;
 - Crédito;
 - Beta.
 - Relatório de Análise de Crédito.

Produtos de Investimentos Complexos

A TITAN CAPITAL considera como produtos complexos; os produtos não abordados pela ICVM 555 e que possuem legislação própria:

- FIPs - Fundo de Investimento em Participações

Atualmente, não há e nem recomendamos investimentos em FIPs, a não ser investidores profissionais com perfil agressivo (de 1 a 5, perfil 5), acima de R\$ 10 milhões.

- FIDCs - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Consideramos investimentos em FICs de FIDCs, com liquidez até 3 meses para investidores de varejo e / qualificados, a partir do perfil balanceado (perfil 2 para cima); Não compramos FIDCs que apresentem um risco de mais alto de fundibilidade; Na compra de FIDCs, a exigência da TITAN CAPITAL é que o agente responsável pela custódia manual ou eletrônica, cobrança, auditoria e controle de cadastro, sejam instituições financeiras com experiência e que não pertençam ao mesmo grupo econômico.

- FIIS - Fundo de Investimento Imobiliários

Considerando sua liquidez no mercado secundário sem profundidade aos clientes O único tipo de FII - Fundo de Investimento Imobiliário que podem ser admitidos são os fundos com caráter restrito de renda fixa imobiliário; não adquirimos FIIs com incorporação e/ou desenvolvimento Não compramos, FIIs de FIDCs até 6 meses sem liquidez, excluindo FIIs de FIDCs gerados por bancos de médio / pequeno porte geradores de crédito adquiridos por esses FIDCs

Confecção de Extratos e Controle





- Posição mensal;
- Clientes;
- Gestora;
- Agente Autônomo - passar posição para o administrador até o dia 10;
- Salvar e arquivar as posições (digital e físico);
- Acompanhamento das Auditorias dos Fundos de Investimentos.

Sistemas de Análise

Serviços contratados para apoio na gestão: ADVFn, Yahoo Finance, Morningstar, BTGExtranet, Macro Excel.

Principais Reuniões da Área de Investimentos:

Comitê de Investimento

Participantes: Investimentos e Compliance/Risco

Periodicidade: Reunião Quinzenal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Investimento

- São discutidos parâmetros econômicos e os possíveis impactos destes parâmetros nas carteiras;
- Também é definida a necessidade ou não de balanceamentos nas carteiras.

São discutidos:

- Comentários sobre artigos de jornais e artigos acadêmicos - se necessário;
- Comentários sobre estudos de outros bancos, e corretoras;
- Discussões sobre variáveis econômicas fundamentais de inflação, renda, atividade econômica, política fiscal e monetária e fluxos cambiais;
- Montagem de cenário econômico, tendências e probabilidades associadas;
- Possíveis impactos nos modelos/estratégias de alocação das carteiras;
- Discussão sobre ativos específicos e seus papéis nas carteiras;
- Revisão do risco da carteira e comentário dos analistas de risco;
- Discussões sobre possíveis investimentos/desinvestimentos na alocação estratégica, desbalanceamentos e operações táticas;
- Tomada de decisão sobre mudanças nas carteiras;
- Planificação e explanação dos perfis das carteiras após mudanças ou balanceamentos com explicitação de potencial retorno e de medidas de risco associados.

Comitê de Alocação

Participantes: Gestão, Compliance e Risco

Periodicidade: Semestral

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Alocação

Os modelos de alocação e outros testes são revistos com manutenção das variáveis financeiras e econômicas, funções econômicas e financeiras e os impactos de alterações nas carteiras de investimentos.



Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Participantes: Risco, Compliance e Gestão

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Reunião mensal cujo objetivo é avaliar os seguintes pontos:

- Aderência das posições da carteira de investimentos aos modelos estratégicos de alocação e, consequentemente, aos “*benchmarks*” e “*tracking errors*” definidos nestas estratégias;
- Revisões de cenários de “stress” e de perdas máximas associadas;
- Contribuição total de cada operação no resultado e nas medidas de risco da carteira de investimentos;
- Análise do relatório GRL - Revisão Global de Parâmetros.

Principais Políticas Adotadas na Área de Investimentos

- Código de Ética e Conduta;
- Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance;
- Manual Interno de Gestão de Risco.

Dentro das Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance, destacamos as seguintes políticas:

I. Política de “Soft Dollar” e Normas de Custos de Transação

A TITAN CAPITAL acredita que a política de “soft dollar”, onde o gestor direciona transações a uma determinada corretora em troca de produtos e/ou serviços via um acordo explícito ou implícito podem causar conflitos de interesse; portanto, a empresa não permite a utilização de “soft dollar”.

O processo de custos de transação com valores mobiliários é passo fundamental não só para se atingir objetivos procurados pela gestão, mas, em diversos casos, para se agregar valor aos projetos realizados pela equipe de gestão.

A TITAN CAPITAL acredita que os padrões para uma boa execução (“Best Execution Practices”) devem ser adotados por toda indústria financeira.

A procura apenas pelo menor preço de execução não garante, por si só, melhores práticas para o cliente. A responsabilidade fiduciária existente com o cliente na gestão e controle de risco deve ser estendida também para a execução de ordens.

Duas categorias de informações são relevantes neste tópico:

- Práticas e políticas da empresa em relação à execução;





A transparência dos custos envolvidos nas execuções ao cliente/investidor é essencial. Para tal é necessário:

- Esclarecimento dos possíveis custos de execução no Termo de Adesão ou outros contratos com clientes;
- Registro e arquivamento de nota de corretagem e amplo acesso à informação;
- Menção nos materiais de marketing da existência de tais custos.
- São preocupações e tarefa do Comitê de Investimentos a verificação de custos de transação e processos de execução realizando:
- Revisão da média de custo das operações (por operação e o todo) mensal;
- Reconciliação dos custos com acordos existentes com corretoras e bancos;
- Verificação do impacto das comissões e taxas no desempenho das carteiras de investimentos.

Os custos de execução são proporcionais ao giro dos ativos. A TITAN CAPITAL entende que:

- Os investimentos, desinvestimentos e balanceamentos devem ser executados ESTRITAMENTE QUANDO NECESSÁRIOS, são parte da prática de boa gestão (“good business practice”);
- A administração do giro de ativos agrega valor no decorrer do tempo ao cliente;
- QUANDO POSSÍVEL e quando NÃO INTERFERIR no processo de gestão, o uso do “basket-price approach” (compra de cesta de ações) ou compra de ETFs (“Exchange Traded Funds”) serão utilizados em detrimento do processo de compra/venda de ativo INDIVIDUAIS;
- A responsabilidade da melhor execução possível (“best execution obligation”) é obrigação da TITAN CAPITAL dentro do processo de gestão;
- A realização de “crossed transactions” (transações entre duas contas sob mesma gestão) deve ser evitada. Se realizada, poderá ocorrer apenas mediante autorização dos titulares das contas e com todas as condições esclarecidas e explicitadas. Seguimos o padrão internacional para tal tipo de operação;

Os procedimentos para operações em mercados ilíquidos e menos eficientes requerem:

- Atenção maior no que se refere a “spreads” e comissões;
 - Comparação com uma maior amostra de operações similares ocorridas no passado;
 - Explicitação ao cliente das condições existentes e possíveis impactos na rentabilidade da operação;
 - Acompanhamento da conclusão da operação e revisão.
- Possibilidades e alternativas no mercado para execução

A comissão e taxas geradas por uma carteira são cobradas do cliente, mas o uso e direcionamento desta comissão são propriedades do cliente. Assim, os Gestores têm o dever para com os clientes de buscar a melhor execução para todas as operações, não considerando apenas fatores quantitativos, mas também fatores qualitativos.

II. Política de Seleção, Contratação e Supervisão de Terceiros





A identificação de fatores para seleção de executores de ordens é fundamental:

- Solidez do executor (corretoras);
- Capacidade operacional:
 - Número de operações executadas com sucesso;
 - Agilidade e velocidade durante períodos de volatilidade elevada;
 - Capacidade de executar estratégias diferenciadas como arbitragem de ativos diferentes, arbitragem de vencimentos, estratégias com opções, etc.;
 - Capacidade e eficiência na liquidação de posições na busca de liquidez em mercados com condições adversas;
 - Livro de oferta amplo na execução;
 - Competência para executar com eficiência diferentes tipos de ordens;
 - Correção de erros de execução de maneira satisfatória e com ressarcimento de prejuízos;
 - Facilidade para operar em mercado “after-market”.
- Infraestrutura material e relatórios:
 - Telefonia adequada;
 - Relatórios precisos de confirmação das operações.
- Relatórios (“Research”):
 - Proprietário ou de terceiros;
 - Acesso aos analistas de empresas, econômicos ou políticos.

Due Diligence” e Supervisão

A TITAN CAPITAL deve no mínimo:

- Verificar as informações acerca de imagem e reputação do prestador de serviços por meio de pesquisas em sistema informatizado.
- Solicitar documentos específicos para cada tipo de prestador de serviços a fim de avaliar a capacidade, os recursos humanos, sistêmicos e de controles inerentes à atividade a ser exercida pelo prestador de serviços;
- Visitar as instalações do(s) prestador(es) de serviço selecionado(s), sempre que aplicável; e

O processo de fiscalização dos prestadores de serviços, conforme estabelecido neste manual, deve ser realizado no mínimo a cada dois anos, salvo quando em decorrência de evento extraordinário que justifique a nova diligência.

São dispensadas do processo de fiscalização descritos neste documento empresas que pertencem ao grupo econômico e/ou conglomerado financeiro TITAN CAPITAL.

Essas políticas contemplam os métodos, a organização e os procedimentos necessários à configuração da estrutura administrativa à totalidade das Leis, Normas e Regulamentos Internos e Externos.

Principais Atividades da Área de Compliance/Risco

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #8ce439db21c040cd8f45a3f83e99b8a2239af006c0cb97009470d2e0a1585458
<https://valida.ae/aeca2abbea832aa0a37a89033c608561453f51daa03ad59e4>





As atividades do “Compliance Officer” e da Área de Compliance/Risco, incluem:

Desenvolvimento, manutenção, implementação e verificação das Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance:

- Atualização e implementação do Código de Ética e Conduta;
- Atualização dos Regulamentos Internos, certificando-se da aderência destes ao cumprimento das Leis e das regras de órgãos normativos;
- Registro das Atas de Reuniões com os Procedimentos associados a Processos Operacionais nos departamentos envolvidos;
- Implementação de Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading”;
- Implementação de Política Específica de Segurança e Proteção ao Sigilo;
- Implementação das Políticas Integradas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Identificação de Clientes;
- Implementação e manutenção do Plano de Contingência;
- Determinação dos controles internos estabelecidos no Manual de Controle de Risco e acompanhamento na implementação dos seus relatórios;
- Criação das regras de publicidade e informação ao público e ao cliente;
- Estabelecimento das normas descritas na Política de Adequação do Cliente (“Suitability”);
- Registro das Atas das Reuniões do Comitê de Gestão;
- Registro das Atas das Reuniões do Comitê de Risco;
- Registro das Atas das Reuniões Comerciais;
- Registro da Política de Voto em Assembleias Gerais;
- Registro da Política de Voto em Assembleias para Fundos Imobiliários;
- Política de Presentes, Brindes e Entretenimentos;
- Política de Segregação de Atividades (Chinese Wall);
- Política de Distribuição de Cotas de Fundos;
- Política de Conflito de Interesse e Bens do Gestor;
- Política de Certificação dos Profissionais para Programa de Certificação Continuada.

Estabelecimento de Mecanismos e Controle de Adesão das Regras Estabelecidas

Observância do Código de Ética e Conduta através de:

- Envio de e-mail com o Código no primeiro dia de trabalho de qualquer associado;
- Colocação do Código de Ética e Conduta em quadros de aviso interno em locais de fácil visibilidade.

Divulgação de todos os Regulamentos Internos com:

- Disponibilização destes Regulamentos e Normas aos associados da TITAN CAPITAL;
- Treinamento de associados.

Fiscalização das Regras de Publicidade e Informações ao Público com:

- Aprovação de Materiais de publicidade e marketing;
- Aprovação de Relatórios de Informação;
- Aprovação de Relatórios de Análise;





- Auditoria do Website da TITAN CAPITAL;
- Gerenciamento do uso de “disclaimers”
- Análise de e-mails eletrônicos.

Implementação de Normas de Procedimentos após deliberação em reuniões, conforme o seguinte fluxo:

- Reunião com os departamentos envolvidos;
- Determinação de recursos disponíveis e necessários;
- Determinação de fluxos operacionais e de informação;
- Determinação de tarefas necessárias para implementação de fluxos;
- Coordenação de pessoas com delegação de atividades e prazos;
- Determinação de plano de execução;
- Treinamento de associados.

Colocação dos procedimentos para efetivação da Política Específica de Segurança e Proteção ao Sigilo através de:

- Reuniões semestrais com Departamento de Informática e/ou provedores de serviços de estruturação, manutenção e reparos da Área de informática;
- Determinação de fluxos de procedimento e de informação;
- Auditorias em e-mails e laptops;
- Auditorias de discos de armazenagem (“hard-disks”) com limpeza e eliminação de arquivos suspeitos e de aplicativos não autorizados;
- Educação continuada sobre métodos de organização pessoal;
- Educação continuada sobre procedimentos de segurança em informática;
- Manutenção de espaço físico dedicado a servidores de rede;
- Manutenção preventiva e frequente (mensal) dos sistemas de redundância e de contingência;
- Manutenção de arquivos físicos ou arquivos eletrônicos internos.

Implementação da Política de Segurança das Informações e de Segurança Cibernética;

Fiscalização das Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading” com:

- Criação de fluxos de informação;
- Processos de verificação (“due diligence”) e classificação das informações;
- Acompanhamento de calendários dos resultados das empresas em Bolsa ou Mercado de Balcão;
- Manutenção de listas de restrição para investimentos pessoais;
- Registro e Arquivamento de extratos pessoais com investimentos mobiliários de associados da TITAN CAPITAL;
- Manutenção e relação dos departamentos e áreas estratégicas e entidades que tenham ou tiveram acesso a informações privilegiadas;
- Arquivamento de Contratos de Confidencialidade;
- Treinamento de TODOS os associados da TITAN CAPITAL sobre os procedimentos e leis e fornecimento do Manual da Abrasca sobre Controle e Divulgação de Informações Relevantes das Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading”.

Revisão do Plano de Contingência:





- Reunião anual com a Equipe de Trabalho;
- Estabelecimento de descrições físicas e técnicas dos sistemas críticos;
- Verificação mensal dos recursos disponíveis e dos recursos em uso dentro dos sistemas críticos;
- Manutenção mensal de contato com provedores de serviços principais e alternativos;
- Simulações semestrais de eventos que paralise sistemas críticos.

Manutenção das Políticas Integradas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate à Corrupção e Política de Identificação à Manutenção do Cadastro do Cliente (KYC – “Know Your Client”):

- Supervisão dos responsáveis pelo preenchimento dos cadastros de clientes;
- Formulação e revisão dos formulários de cadastros;
- Contato com os órgãos nacionais e internacionais de justiça, polícias, outras instituições do sistema financeiro para troca de informações e obtenções de listas de restrição e de notificação de evento suspeito de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo;
- Troca de informações com a Gestão e Área de Risco para avaliação de operações suspeitas;
- Arquivo em local restrito de todas as operações de clientes:
 - Observância da Política de voto em Assembleias Gerais e Política do Exercício de Direito de Voto para Fundos Imobiliários com suporte ao Gestor nos seus deveres fiduciários e de voto;
 - Supervisão dos Controles Internos e Relatórios estabelecidos no Manual Interno de Controle de Risco;
 - Supervisão dos processos estabelecidos pela área de investimentos em relação ao “suitability” do cliente.

Tratamento de desvios (“enforcement”) das Políticas e Normas para Controles Internos:

- Determinação do grau de desvio;
- Determinação de procedimento de correção, com as seguintes medidas dependendo do desvio:
 - Notificação do envolvido;
 - Treinamento e educação;
 - Repreensão;
 - Rescisão do contrato de trabalho;
 - Notificação de autoridades.

Área Operacional/ Administrativa

Responsabilidades

- Auxilia e apoia todas as áreas da empresa, no intuito de facilitar e organizar as tarefas administrativas e operacionais da mesma;
- Quando houver mudanças significativas na política, ou quando houver a introdução de uma nova política, a área administrativa, deverá informar a empresa.





Principais Atividades da Área de Administrativa

Responsável pela aprovação e pagamento dos serviços solicitados à área administrativa;

- Coordena serviços operacionais e administrativos e pedidos de material;
- A área administrativa deverá manter um controle de solicitação dos serviços, como correio, motoboy, limpeza, imobiliária etc., que posteriormente será analisado pelo gestor;
- Trabalha de forma coordenada com a área comercial na criação de matérias institucionais, confecção de material de prospecção, eventos e outros, que posteriormente deverá ser encaminhada à área de compliance;
- Aprova e processa pagamentos dos serviços solicitados e materiais essenciais para a condução da empresa;
- Coordena o processo de pagamento da folha de funcionários, benefícios, férias, CIEE;
- Coordena pagamentos da ANBIMA, CVM e CORECON;
- ANBIMA entrar no site diariamente até as 10:00 horas, pegar relação da área de investimentos;
- Cálculo do valor da mensalidade para cartas de cobrança;
- Cartas de cobrança para o administrador (carta administrador) = mensalidades (dias 16/17);
- Controle de posição para o Agente Autônomo de Investimentos;
- Controle do Processo de Faturamento:
 - Emissão de notas fiscais e boletos;
 - Controle de recebimento;
 - Contas a pagar;
 - Controle de caixinha;
 - Controle do caixa da gestora;
 - Controle da conta comercial da gestora ("daily basis");
 - Reembolso de despesas.
- Controle da conta de investimento da gestora ("daily basis");
- Controle de Contabilidade:
 - Deverá ter um controle das informações e documentações encaminhadas à contabilidade;
 - Cobrar o pró-labore / holerite (dias 28/29);
 - Dispensa e contratação de novos funcionários.

Principais reuniões da Área Administrativa/ Operacional:

Área Administrativa e Operacional presta conta diretamente ao gestor da empresa.

Área Comercial:

Responsabilidades

- Coordena as atividades dos comerciais, visando a conformidade de seus procedimentos com a política comercial da empresa;
- Participa de reuniões periódicas para análise e avaliação dos resultados atingidos, correção de cursos de ação e identificação de novas oportunidades de





vendas;

- Estabelece critérios e procedimentos a serem observadas no relacionamento da área comercial interna com seus clientes (internos e externos).

Reunião Comercial

Participantes: Gestão e Comercial

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião Comercial

Reunião mensal realizada com objetivo de receber o relatório da área comercial sobre as demandas do cliente, e pendências relacionadas a clientes e “prospects”.

Novos projetos, desenvolvimento de novos produtos e estratégia de crescimento da empresa também são discutidos nessa reunião.

Todas as suas decisões são registradas em Ata de Reunião, e podem ser encontradas da seguinte forma no servidor da Titan Capital:
//srv01/titan/Compliance/Interno.

- b. Em relação aos comitês, sua composição, frequência com que são realizadas suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões:**

Comitê de Investimento

Participantes: Gestão e Risco

Periodicidade: Reunião Quinzenal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Investimento

- São discutidos parâmetros econômicos e os possíveis impactos destes parâmetros nas carteiras de investimentos;
- Também é definida a necessidade ou não de balanceamentos nas carteiras de investimentos

São discutidos:

- Comentários sobre artigos de jornais e artigos acadêmicos - se necessário;
- Comentários sobre estudos de outros bancos e corretoras;
- Discussões sobre variáveis econômicas fundamentais de inflação, renda, atividade econômica, política fiscal e monetária e fluxos cambiais;
- Montagem de cenário econômico, tendências e probabilidades associadas;
- Possíveis impactos nos modelos/estratégias de alocação das carteiras;
- Discussão sobre ativos específicos e seus papéis nas carteiras;
- Revisão do risco da carteira e comentário dos analistas de risco;
- Discussões sobre possíveis investimentos/desinvestimentos na alocação estratégica, desbalanceamentos e operações táticas;
- Tomada de decisão sobre mudanças nas carteiras;
- Planificação e explanação dos perfis das carteiras após mudanças ou balanceamentos com explicitação de potencial retorno e de medidas de risco associados.





Comitê de Alocação

Participantes: Gestão, Compliance e Risco

Periodicidade: Semestral

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Alocação

Os modelos de alocação e outros testes são revistos com manutenção das variáveis financeiras e econômicas, funções econômicas e financeiras e os impactos de alterações nas carteiras de investimentos.

Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Participantes: Gestão, Compliance e Risco

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais.

Reunião mensal cujo objetivo é avaliar os seguintes pontos:

- Aderência das posições da carteira de investimentos aos modelos estratégicos de alocação e, consequentemente, aos “*benchmarks*” e “*tracking errors*” definidos nestas estratégias;
- Revisões de cenários de “stress” e de perdas máximas associadas;
- Contribuição total de cada operação no resultado e nas medidas de risco da carteira de investimentos;
- Análise do relatório GRL - Revisão Global de Parâmetros

Reunião do Comercial

Participantes: Gestão e Comercial

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião Comercial

Tem como objetivo receber o relatório da área comercial sobre as demandas do cliente e pendências relacionadas a clientes e “prospects”.

Novos Projetos, desenvolvimento de novos produtos e estratégia de crescimento da empresa também são discutidos nessa reunião.

Reunião do Comitê Executivo

Participantes: Sócios-Diretores

Periodicidade: Semestral

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê Executivo

Reunião semestral pelos sócios-diretores para atualização sobre a empresa, tomada de





decisão, aprovação ou rejeição de alguma política / procedimento, etc.

c. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

A administração da sociedade fica a cargo do sócio-diretor Christian Loretto Sant Anna. Além disso, conforme explicado anteriormente, ele desempenha a atividade de administrador de valores mobiliários; é responsável direto perante a Comissão de Valores Mobiliários.

As deliberações sociais serão tomadas sempre que possível pelo consenso geral dos sócios. Caso não haja unanimidade, a decisão será tomada pela maioria.

A responsabilidade do administrador da sociedade é prestar contas ao Comitê Executivo da empresa.

8.2. Caso a empresa deseje, inserir organograma da estrutura administrativa da empresa, desde que compatível com as informações apresentadas no item



8.3. Em relação a cada um dos diretores de que tratam os itens 8.4, 8.5, 8.6 e 8.7 e dos membros de comitês da empresa relevantes para a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, indicar, em forma de tabela:



1º

- a. nome: Christian Loretto Sant'Anna
- b. idade: 50 anos
- c. profissão: Administrador de Carteira - CRA nº 110411
- d. CPF ou número do passaporte: CPF 159.661.928-71
- e. cargo ocupado: Sócio-Diretor e Gestor de Recursos
- f. data da posse: 02/Janeiro/2009
- g. prazo do mandato: indeterminado
- h. cotas de fundos de investimento em renda fixa
- i. cotas de outros fundos de investimento
- j. derivativos (valor de mercado)
- k. outros valores mobiliários
- l. títulos públicos
- m. outros ativos

2º

- a. nome: Henrique Fernando Lucas
- b. idade: 39 anos
- c. profissão: Economista
- d. CPF ou número do passaporte: CPF 013.739.756-95
- e. cargo ocupado: Sócio-Diretor de Compliance e de Risco
- f. data da posse: 13/Janeiro/2020
- g. prazo do mandato: indeterminado
- h. outros cargos ou funções exercidas na empresa:
Faz parte do Comitê Executivo da Titan e Diretor Responsável pelo Cumprimento das Normas Relativas à Prevenção de Lavagem de Dinheiro (PLD)

8.4. Em relação aos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários, fornecer:

8.4.1. Christian Loretto Sant Anna

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

Cursos concluídos:

Graduação

Curso: Administração de Empresas Instituição: EAESP - FGV

Data da Conclusão: Jul/1994

Aprovação em exame de certificação profissional

Título: Chartered Financial Analyst (CFA) Órgão Certificador: CFA Institute

Data da Certificação: 15/Setembro/2004

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Instituição Atual: Titan Capital
- Cargo: Sócio-Diretor | Gestor de Recursos





Data em que assumiu cargo atual: 02/01/2009

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Gestora de Recursos

- Instituição 1

Nome: Wachovia Securities Servicos e Participacoes (Brasil) LTDA Cargo: Financial Advisor

Data de entrada: jul/03

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Consultoria de Investimentos

Data de saída: jul/08

- Instituição 2

Nome: Prudential Securities (adquirida por Wachovia Securities) Cargo: Financial Advisor

Data de entrada: Março de 1999

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Consultoria de Investimentos

Data de saída: jul/03

8.5. Em relação ao diretor responsável pela implementação e cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e desta Instrução, fornecer:

8.5.1. Henrique Fernando Lucas

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

Cursos Concluídos:

- Ciências Econômicas (Economia e Finanças)

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)

Data da Conclusão: Jun/2007

- Mestrado

Instituição: Hult International Business School - (MA) USA

Data de Conclusão: 2021

Curso: MBA Executive in Finance

- Advanced Topics in Financial Decisions & Corporate Policy

Instituição: University of La Verne (CA) - USA

Data de Conclusão: Jan/2015

- Mestrado em Economia com ênfase em Risco e Regulação Bancária

Instituição: FEAD - MG

Data de Conclusão: Jun/2012

- Pós-Graduação em Estatística (Concentração em Finanças)

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Data de Conclusão: Dez/2008





- Tópicos em Contabilidade e Finanças Empresariais
Instituição: Fundação Dom Cabral (FDC)
Data de Conclusão: Dez/2007

- Advanced Risk and Portfolio Management
Prof. PhD. Attilio Meucci Board member
Instituição: Society of Quantitative Analysts, New York
Data de Conclusão: 2008

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Instituição Atual: Titan Capital
Cargo: Sócio-Diretor Compliance e Risco
Data em que assumiu cargo atual: 13/01/2020
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Gestora de Recursos
- Instituição 2
Nome: BMG GRANITO
Cargo: Chief Office Manager Data de entrada: Jun/2017
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: -
Data de saída: Dez/2018
- Instituição 3
Nome: BANCO SEMEAR
Cargo: Vice-Presidente Conselho de Administração e Vice-Presidente Estatutário
Data de entrada: Jan/2013
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: -
Data de saída: Out/2015.
- Instituição 4
Nome: ELETROSOM S/A
Cargo: CFO
Data de entrada: Jan/2012
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: -
Data de saída: Dez/2012
- Instituição 5
Nome: BANCO SEMEAR
Cargo: Superintendente de Planejamento, Riscos e Regulatório, Gerente de Riscos Operacionais, Mercado e Liquidez, Gerente de Riscos Operacionais, Analista de Planejamento Econômico, Estagiário
Data de entrada: Jan/2005
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: -
Data de saída: Dez/2011

8.6. Em relação ao diretor responsável pela gestão de risco, caso não seja a mesmapessoa indicada no item anterior, fornecer:

O diretor responsável pela gestão de risco é Henrique Fernando Lucas.
(vide item 8.5.1.)



**a) Currículo, contendo as seguintes informações:**Cursos Concluídos:

Vide item 8.5.

Aprovação em exame de certificação profissional:

Vide item 8.5.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

Vide item 8.5.

8.7. Em relação ao diretor responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento, caso não seja a mesma pessoa indicada no item 8.4, fornecer:

A TITAN CAPITAL passou a exercer a atividade de distribuição de cotas de fundos de investimentos próprios ou de terceiros em 20/Junho/2017.

a) Currículo, contendo as seguintes informações:Cursos Concluídos:

Não há.

Aprovação em exame de certificação profissional:

Não há.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

Não há.

8.8. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a gestão de recursos, incluindo:

- Quantidade de profissionais

Christian Loretto Sant Anna - Gestor de Recursos
Thomas Lobo Souza - Analista de Investimentos

- Natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes





- Responsabilidades:

Do Gestor de Recursos

É o representante legal da gestora de recursos perante a CVM. Faz levantamento e análises de dados para acompanhar os acontecimentos econômicos do país e do mundo. Conduz pesquisas, faz previsões baseadas em modelos estatísticos das consequências econômicas de mudanças de política, população e clima; escreve os relatórios de investimentos. É o principal responsável em montar a diretriz para a recomendação de investimentos na TITAN CAPITAL.

Além disso, é responsável em supervisionar toda a área de investimentos e seus processos. Nenhum relatório poderá ser emitido sem a sua autorização. Coordena a parte de monitoramento de carteiras de investimentos, processo de “due diligence”. Acompanha a modelagem econômica de alocação de ativos.

Do Analista de Investimentos

Focado em tarefas qualitativas da área de investimento. Emite pareceres, cria relatórios de investimentos e auxilia tecnicamente a área de investimentos. Não precisa ter vínculo empregatício.

Da Área de Compliance e Risco

Responsável pelo desenvolvimento e verificação de aderência às políticas, normas e os processos e procedimentos da TITAN CAPITAL e, se estão em conformidade com as exigências legais e regulamentações vigentes.

Essa área também é responsável pelo cumprimento das normas relativas à prevenção de lavagem de dinheiro (PLD).





Do Comitê Executivo

Analisa e decide juntamente com a Área de Compliance/Risco sobre qualquer pedido de execução a essa política.

- Atividades Desenvolvidas

Análise Econômica

Segundo a Política de Investimentos, a TITAN CAPITAL busca uma administração de “enhanced indexing”, proposta que alia a administração passiva com técnicas de adição de valor incremental dentro de “tracking error” controlado e minimizado. A estrutura de portfólio é o objeto prioritário da administração do gestor. “Market timing” e seletividade de papéis individuais, como geração de valor, não são focos da TITAN CAPITAL.

Previsões e análises externas econômicas são fornecidas pelo Banco BTG Pactual, Banco Fator, JP Morgan e Banco Votorantim. Estes dados são utilizados pelo gestor na análise global do portfólio e sua relação com níveis de volatilidade do mercado em modelos estatísticos.

A estrutura de análise econômica é entendida como fornecedora de dados para a análise macro de condições de volatilidade de mercado e de desvios de média e correlações existentes com variáveis econômicas macros como taxa de juros, câmbio, de crescimento e de atividade. São observados níveis históricos de volatilidade, assim como nuvens de volatilidade.

A estrutura de análise de componentes de portfólio, realizada pelo analista interno e com suporte de fontes externas de “research”, tem como foco a seleção de componentes para o portfólio para a busca da reprodução do desempenho de referências de mercado (“benchmarks”) de classes de ativos e suas subclasses. Para tal, são utilizados fundos de índices e títulos que procuram apresentar menor descolamento em relação aos “benchmarks”.

O escopo da análise é quantitativo com dimensões estatísticas. A preocupação maior é com a análise de descolamento destes ativos em relação aos “benchmarks”. Medidas como “tracking error”, estimativa de erro e coeficiente de determinação de Pearson, curtose e “skewness” são utilizadas.

Confecção de Relatório de Investimento

A estrutura de portfólio é feita através de relatório próprio. A análise de papéis individuais e análise econômica são feitas através de “research” de terceiros (Banco BTG Pactual, Morningstar, Banco Santander) na proporção de 50%/50%.

Ferramentas de análise incluem planilhas de estudos de Simon Beninga, relatório das Morningstar, “research” do banco BTG, da XP Investimentos e Tullet Prepon, documentos fornecidos pelas áreas institucionais das empresas sob análise. A empresa trabalha apenas para o “Buy Side”.





Todo o conteúdo de qualquer relatório tem que ser aprovado e revisado pelo gestor de recursos e pela área de compliance/risco antes da sua distribuição. Isto inclui, mas não está limitado aos relatórios, avisos, alertas e e-mails.

Os relatórios onde a comunicação é destinada “somente para Uso Interno” devem ser claras e devidamente marcadas, com destaque, a fim de evitar confusões e violações

Confecção do Relatório de Risco

A Titan Capital utiliza tecnologias de processamento de dados e modelagem para implementação de ferramentas e procedimentos de controle de risco.

As avaliações são diárias e com geração de relatórios, incluindo:

- Análise de exposição de posição (físicos e nocionais);
- Análise de correlação entre ativos;
- “Value at Risk “(paramétrico e não paramétrico) em diferentes períodos;
- Testes de stress (método “bootstrapping”);
- Análise de cenários específicos (projetados e históricos) com choques de variáveis, incluindo níveis de “duration” e papel de betas;
- Teste de aderência dos portfólios em relação aos seus devidos “benchmarks”;
- Determinação de orçamento e limites de variância.

Processo de Investimento

O processo de investimento da TITAN CAPITAL constitui-se em seis estágios; que caracteriza e resume o caminho seguido pela empresa para alocar os recursos de seus clientes da melhor maneira possível.

Esses estágios iniciam-se na elaboração de um perfil de investimento do cliente, pela modelagem do portfólio com técnicas específicas e desenvolvendo de processos de adição de valor. São eles:

- Primeiro Estágio - Estudo de Perfil do Investidor e Definição de Referência de Mercado (benchmark);
- Segundo Estágio - Modelagem e Alocação do Portfólio;
- Terceiro Estágio - Seleção de Títulos / Ativos;
- Quarto Estágio – Testes de Compatibilidade dos Objetivos do Portfólio em Termos Quantitativos;
- Quinto Estágio - Técnicas de Valor Incremental;
- Sexto Estágio - Controle de Risco.

Processo de Monitoramento de Carteiras e Fundos

O processo de coleta de dados para construção das medidas de risco possui






diferenciação conforme facilidade de acesso aos dados e segmentação dos produtos e serviços na gestora.

A frequência dos dados coletados em si (retornos diários ou mensais) não é coincidente com o processo de monitoração.

A monitoração pode ocorrer, em termos diários, mas os dados para coleta podem ser mensais.

Abaixo, segue a metodologia atual de coleta e monitoração:

Descrição	Carteiras Administradas	Fundos Exclusivos	Fundos Abertos
Monitoração	Mensal	Diário	Diário
Dados de Retorno	Mensal	Mensal	Diário
 Investimento	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões.	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões.	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões.

Classificação e Seleção dos Produtos de Investimento:

Seleção dos Produtos de Investimentos

A seleção de produtos é subordinada ao processo de investimento - “suitability”.

A inclusão ou exclusão do produto é definida conforme a lógica do perfil, definido na coletada informação, classificação e alinhamento da alocação com o cliente.

A “visão produto”, como fator determinante do processo de “suitability”, é limitada.





A TITAN CAPITAL considera que, no máximo, um produto, dentro de um processo maior de investimento, possa ser considerado “adequado” ou não, principalmente no que tange sua transparência de funcionamento, mas não um agente de definição de um processo maior de “suitability” – adequação dos investimentos.

A TITAN CAPITAL seleciona, prioritariamente, produtos com delta um ou delta limpo, chamados de produtos passivos ou direcionais.

No caso de renda fixa, títulos públicos são diretamente empregados.

No caso de crédito privado, são utilizados preferencialmente produtos com FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Produtos sem o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) têm limitação por emissão de até 6-7% do portfólio, incluindo debêntures e outros recebíveis (CRDs, CRIs), todos registrados na Câmara Eletrônica Organizada – CETIP.

Na renda variável, os fundos de índices são empregados. Nomes individuais de ações são evitados.

Classificação dos Produtos de Investimentos

A classificação dos produtos de investimentos faz parte do processo de investimento da TITANCAPITAL, dividido em seis estágios, que caracterizam e resumem o caminho seguido pela empresa para alocar os recursos de seus clientes, da melhor maneira possível.

Esses estágios iniciam-se na elaboração de um perfil de investimento do cliente, pela modelagem do portfólio com técnicas específicas e desenvolvendo processos de adição de valor.

São eles:

Primeiro Estágio – Estudo de Perfil do Investidor e Definição de Referência de Mercado (benchmark)

Determinação do perfil do investidor (objetivos de retorno e risco, horizontes de investimento, tolerância ao risco, necessidades de liquidez e restrições) e o estabelecimento de uma clara política de investimentos do cliente compatível com seu perfil.

Segundo Estágio - Modelagem e Alocação do Portfólio

Seguindo a política de investimentos, prepara-se a alocação de ativos de um portfólio compatível com os objetivos de risco e retorno.

Para tal, modelos de alocação estratégica são definidos previamente com o emprego de técnicas de modelagens quantitativas de estudo do portfólio com unidade sistêmica, o que inclui:

- Análises históricas de padrões de retorno e risco;
- Observações estatísticas do portfólio e suas classes de ativos, além de mensuração de possíveis distorções presentes;
- Uso de modelos de fronteira eficiente e estudos de “Black Litterman”;
- Estudo de aglomerados (“clusters”) de volatilidade e respectivas mudanças na correlação de ativos.





Após modelagem, são finalmente definidos:

- As classes de ativos disponíveis a serem utilizadas;
- A exposição desejada da carteira aos diferentes mercados (renda variável, renda fixa, commodities, entre outros);
- Alocação de recursos entre as grandes classes de ativos (vértices) disponíveis.

Terceiro Estágio - Seleção de Títulos

O foco de análise de portfólio da TITAN CAPITAL é na classe de ativos.

E a decisão de seleção de títulos dentro de cada classe de ativo reflete esta crença. Com foco nas classes de ativos e não na seleção individual de títulos, a TITAN CAPITAL utiliza títulos físicos, indexadores ou fundos de índice negociados em bolsa ("Exchange Traded Funds" que venham a reproduzir, pelo menos parcialmente, o comportamento das classes de ativo.

A TITAN CAPITAL evita o uso da seletividade ("stock picking") ou o "market timing" com papéis de empresas individuais como parte do processo de decisão de compras de títulos, característicos dos fundos de gestão ativos.

A TITAN CAPITAL não acredita na ênfase de seleção de papéis individuais como maneira efetiva para se agregar valor ao cliente no médio e longo prazo.

A TITAN CAPITAL acredita na predominância do retorno de indexadores e índices por possuírem menor custo em termos de taxa de administração, aliado a técnicas de adição de valor incremental através de estratégias denominadas de "enhanced indexing" (descritas no quinto estágio).

Quarto Estágio – Testes de Compatibilidade dos Objetivos do Portfólio em Termos Quantitativos

Condução de testes de compatibilidade dos objetivos de retorno e de risco do portfólio em termos quantitativos.

Quinto Estágio - Técnicas de Valor Incremental

A partir da determinação de exposição da carteira aos mercados de renda fixa e renda variável, são utilizados métodos de geração de valor incremental ao processo de construção do portfólio e de indexação, chamados de "enhanced indexing", tais como:

- Estratégias com uso de índices futuros e "Enhanced Cash";
- Compra de ações geradoras de proventos;
- Obtenção de receitas de aluguel;
- Estratégias de controle dinâmico de exposição ao mercado (beta) e vendada volatilidade;
- Planejamento tributário;
- Redução de giro de ativos e custos com comissão;
- Perfil dos emissores;
- Prazos de carência de ativos e existência de ganhos.

Sexto Estágio - Controle de Risco

- Relatório de Risco de Mercado - Fundos:
 - Medidas de Tendência Central e de Dispersão;





- VaR paramétrico e não paramétrico (histórico e ordenação);
- Testes de “Stress” e cenários históricos;
- Histograma de retornos;
- Reamostragem com filtros e bootstrapping.
- Relatório GRL - para fundos;
- Relatório de Medidas de Risco - Carteiras e Fundos:
 - Medidas de Tendência Central e Dispersão;
 - Duration;
 - Estimativa de Liquidez;
 - Crédito;
 - Beta;
- Relatório de Análise de Crédito.

Produtos de Investimentos Complexos

A TITAN CAPITAL considera como produtos complexos; os produtos não abordados pela ICVM 555 e que possuem legislação própria:

- FIPs - Fundo de Investimento em Participações

Atualmente, não há e nem recomendamos investimentos em FIPs, a não ser investidores profissionais com perfil agressivo (de 1 a 5, perfil 5), acima de R\$ 10 milhões.

- FIDCs - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Consideramos investimentos em FICs de FIDCs, com liquidez até 3 meses para investidores de varejo e / qualificados, a partir do perfil balanceado (perfil 2 para cima);

Não compramos FIDCs que apresentem um risco alto de fundibilidade;

Na compra de FIDCs, a exigência da TITAN CAPITAL, é que o agente responsável pela custódia manual ou eletrônica, cobrança, auditoria e controle de cadastro, sejam instituições financeiras com experiência e que não pertençam ao mesmo grupo econômico.

- FIIS - Fundo de Investimento Imobiliários

Considerando sua liquidez no mercado secundário sem profundidade aos clientes;

Os únicos tipos de FII - Fundo de Investimento Imobiliário que podem ser admitidos são os fundos com caráter restrito de renda fixa imobiliário; não adquirimos FIIs com incorporação e/ou desenvolvimento;

Não compramos, FIIs de FIDCs até 6 meses sem liquidez, excluindo FIIs de FIDCs gerados por bancos de médio / pequeno porte geradores de crédito adquiridos por esses FIDCs.

Confecção de Extratos e Controle





- Posição mensal;
- Clientes;
- Gestora;
- Agente Autônomo - passar posição para o administrador até o dia 10;
- Salvar e arquivar as posições (digital e físico);
- Acompanhamento das Auditorias dos Fundos de Investimentos.
-

Sistemas de Análise

Serviços contratados para apoio na gestão: ADVFn, Yahoo Finance, Morningstar, BTG Extranet, Macro Excel.

Principais Reuniões da Área de Investimentos

Comitê de Investimento

Participantes: Investimentos e Compliance/Risco

Periodicidade: Reunião Quinzenal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Investimento

- São discutidos parâmetros econômicos e os possíveis impactos destes parâmetros nas carteiras;
- Também é definida a necessidade ou não de balanceamentos nas carteiras.

São discutidos:

- Comentários sobre artigos de jornais e artigos acadêmicos - se necessário;
- Comentários sobre estudos de outros bancos, e corretoras;
- Discussões sobre variáveis econômicas fundamentais de inflação, renda, atividade econômica, política fiscal e monetária e fluxos cambiais;
- Montagem de cenário econômico, tendências e probabilidades associadas;
- Possíveis impactos nas modelos/estratégias de alocação das carteiras;
- Discussão sobre ativos específicos e seus papéis nas carteiras;
- Revisão do risco da carteira e comentário dos analistas de risco;
- Discussões sobre possíveis investimentos/desinvestimentos na alocação estratégica, desbalanceamentos e operações táticas;
- Tomada de decisão sobre mudanças nas carteiras;
- Planificação e explanação dos perfis das carteiras após mudanças ou balanceamentos com explicitação de potencial retorno e de medidas de risco associados.

Comitê de Alocação

Participantes: Gestão, Compliance e Risco

Periodicidade: Semestral

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Alocação

Os modelos de alocação e outros testes são revistos com manutenção das variáveis





financeiras e econômicas, funções econômicas e financeiras e os impactos de alterações nas carteiras de investimentos.

Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Participantes: Risco, Compliance e Gestão

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Reunião mensal cujo objetivo é avaliar os seguintes pontos:

- Aderência das posições da carteira de investimentos aos modelos estratégicos de alocação e, consequentemente, aos “*benchmarks*” e “*tracking errors*” definidos nestas estratégias;
- Revisões de cenários de “stress” e de perdas máximas associadas;
- Contribuição total de cada operação no resultado e nas medidas de risco da carteira de investimentos;
- Análise do relatório GRL - Revisão Global de Parâmetros.

Principais Políticas Adotadas na Área de Investimentos

- Código de Ética e Conduta
- Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance
- Manual Interno de Gestão Risco

Dentro das Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance, destacamos as seguintes políticas.

Política de “Soft Dollar” e Normas de Custos de Transação

A TITAN CAPITAL acredita que a política de “soft dollar”, onde o gestor direciona transações a uma determinada corretora em troca de produtos e/ou serviços via um acordo explícito ou implícito podem causar conflitos de interesse; portanto, a empresa não permite a utilização de “soft dollar”.

O processo de custos de transação com valores mobiliários é passo fundamental não só para se atingir objetivos procurados pela gestão, mas, em diversos casos, para se agregar valor aos projetos realizados pela equipe de gestão.

A TITAN CAPITAL acredita que os padrões para uma boa execução (“Best Execution Practices”) devem ser adotados por toda indústria financeira.

A procura apenas pelo menor preço de execução não garante, por si só, melhores práticas para o cliente. A responsabilidade fiduciária existente com o cliente na gestão e controle de risco deve ser estendida também para a execução de ordens.

Duas categorias de informações são relevantes neste tópico:

- Práticas e políticas da empresa em relação à execução





A transparência dos custos envolvidos nas execuções ao cliente/investidor é essencial. Para tal é necessário:

- Esclarecimento dos possíveis custos de execução no Termo de Adesão ou outros contratos com clientes;
- Registro e arquivamento de nota de corretagem e amplo acesso à informação;
- Menção nos materiais de marketing da existência de tais custos.

São preocupações e tarefa do Comitê de Investimentos a verificação de custos de transação e processos de execução realizando:

- Revisão da média de custo das operações (por operação e o todo) mensal;
- Reconciliação dos custos com acordos existentes com corretoras e bancos;
- Verificação do impacto das comissões e taxas no desempenho das carteiras de investimentos.

Os custos de execução são proporcionais ao giro dos ativos. A TITAN CAPITAL entende que:

- Os investimentos, desinvestimentos e balanceamentos devem ser executados ESTRITAMENTE QUANDO NECESSÁRIOS, são parte da prática de boa gestão (“good business practice”);
- A administração do giro de ativos agrega valor no decorrer do tempo ao cliente;
- QUANDO POSSÍVEL e quando NÃO INTERFERIR no processo de gestão, o uso do “basket-price approach” (compra de cesta de ações) ou compra de ETFs (“Exchange Traded Funds”) serão utilizados em detrimento do processo de compra/venda de ativos INDIVIDUAIS;
- A responsabilidade da melhor execução possível (“best execution obligation”) é obrigação da TITAN CAPITAL dentro do processo de gestão;
- A realização de “crossed transactions” (transações entre duas contas sob mesma gestão) deve ser evitada. Se realizada, poderá ocorrer apenas mediante autorização dos titulares das contas e com todas as condições esclarecidas e explicitadas. Seguimos o padrão internacional para tal tipo de operação;

Os procedimentos para operações em mercados ilíquidos e menos eficientes requerem:

- Atenção maior no que se refere a “spreads” e comissões;
- Comparação com uma maior amostra de operações similares ocorridas no passado;
- Explicitação ao cliente das condições existentes e possíveis impactos na rentabilidade da operação;
- Acompanhamento da conclusão da operação e revisão.

- Possibilidades e alternativas no mercado para execução

A comissão e taxas geradas por uma carteira são cobradas do cliente, mas o uso e direcionamento desta comissão são propriedades do cliente. Assim, os Gestores têm o dever para com os clientes de buscar a melhor execução para todas as operações, não considerando apenas fatores quantitativos, mas também fatores qualitativos.





Política de Seleção, Contratação e Supervisão de Terceiros

A identificação de fatores para seleção de executores de ordens é fundamental:

- Solidez do executor (corretoras);
- Capacidade operacional:
 - Número de operações executadas com sucesso;
 - Agilidade e velocidade durante períodos de volatilidade elevada;
 - Capacidade de executar estratégias diferenciadas como arbitragem de ativos diferentes, arbitragem de vencimentos, estratégias com opções, etc.;
 - Capacidade e eficiência na liquidação de posições na busca de liquidez em mercados com condições adversas;
 - Livro de oferta amplo na execução;
 - Competência para executar com eficiência diferentes tipos de ordens;
 - Correção de erros de execução de maneira satisfatória e com ressarcimento de prejuízos;
 - Facilidade para operar em mercado “after-market”.
- Infraestrutura material e relatórios:
 - Telefonia adequada;
 - Relatórios de confirmação das operações precisos.
- Relatórios (“Research”):
 - Proprietário ou de terceiros;
 - Acesso aos analistas de empresas, econômicos ou políticos.

“Due Diligence” e Supervisão

A TITAN CAPITAL deve no mínimo:

- Verificar as informações acerca de imagem e reputação do prestador de serviços por meio de pesquisas em sistema informatizado.
- Solicitar documentos específicos para cada tipo de prestador de serviços a fim de avaliar a capacidade, os recursos humanos, sistêmicos e de controles inerentes à atividade a ser exercida pelo prestador de serviços;
- Visitar as instalações do(s) prestador(es) de serviço selecionado(s), sempre que aplicável; e

O processo de fiscalização dos prestadores de serviços, conforme estabelecido neste manual, deve ser realizado no mínimo a cada dois anos, salvo quando em decorrência de evento extraordinário que justifique a nova diligência.

São dispensadas do processo de fiscalização descritos neste documento empresas que pertencem ao grupo econômico e/ou conglomerado financeiro TITAN CAPITAL.

Os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

Ferramentas de análise incluem planilhas de estudos de Simon Beninga, relatório das Morningstar, “Research” do banco BTG, Banco Fator e Tullet Prepon, documentos fornecidos pelas áreas institucionais das empresas sob análise. A empresa trabalha





apenas para o Buy Side.

8.9. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a verificação do permanente atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados, incluindo:

a) Quantidade de profissionais:

Henrique Fernando Lucas, que é sócio-diretor, integrante do Comitê Executivo e Gerente de Compliance e Risco; responsável pelo cumprimento das normas relativas à preservação de lavagem de dinheiro (PLD).



b) Natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes:

Área de Compliance e Risco

Responsabilidades

Supervisionar todas as políticas e procedimentos que regem os controles internos da empresa TITAN CAPITAL, com atenção especial ao cumprimento dos controles internos de risco.

Além disso, essa área é responsável pela comunicação e informação ao órgão regulador sobre a situação atual da empresa e possíveis correções de problemas identificados no decorrer do ano.

Essas políticas contemplam os métodos, a organização e os procedimentos necessários à configuração da estrutura administrativa à totalidade das Leis,

Normas e Regulamentos Internos e Externos.

Principais Atividades da Área de Compliance/Risco

As atividades do “Compliance Officer” e da Área de Compliance/Risco, incluem:





- Desenvolvimento, manutenção, implementação e verificação das Políticas e Normas para Controles Internos e Compliance:
 - Atualização e implementação do Código de Ética e Conduta;
 - Atualização dos Regulamentos Internos, certificando-se da aderência destes ao cumprimento das Leis e das regras de órgãos normativos;
 - Registro das Atas de Reuniões com os Procedimentos associados a Processos Operacionais nos departamentos envolvidos;
 - Implementação de Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading”;
 - Implementação de Política Específica de Segurança e Proteção ao Sigilo;
 - Implementação das Políticas Integradas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Identificação de Clientes;
 - Implementação e manutenção do Plano de Contingência;
 - Determinação dos controles internos estabelecidos no Manual de Risco e acompanhamento na implementação dos seus relatórios;
 - Criação das regras de publicidade e informação ao público e ao cliente;
 - Estabelecimento das normas descritas na Política de Adequação do Cliente (“Suitability”);
 - Registro das Atas das Reuniões do Comitê de Gestão;
 - Registro das Atas das Reuniões do Comitê de Risco;
 - Registro das Atas das Reuniões Comerciais;
 - Registro da Política de Voto em Assembleias Gerais;
 - Registro da Política de Voto em Assembleias para Fundos Imobiliários;
 - Política de Presentes, Brindes e Entretenimentos;
 - Política de Segregação de Atividades (Chines Wall);
 - Política de Distribuição de Cotas de Fundos;
 - Política de Conflito de Interesse e Bens do Gestor;
 - Política de Certificação dos Profissionais para Programa de Certificação Continuada.
- Estabelecimento de Mecanismos e Controle de Adesão das Regras Estabelecidas

Observância do Código de Ética e Conduta através de:

- Envio de e-mail com o Código no primeiro dia de trabalho de qualquer associado;
- Colocação do Código de Ética e Conduta em quadros de aviso interno e em locais de fácil visibilidade.

Divulgação de todos os Regulamentos Internos com:

- Disponibilização destes Regulamentos e Normas aos associados da TITAN CAPITAL;
- Treinamento de associados.

Fiscalização das Regras de Publicidade e Informações ao Público com:

- Aprovação de Materiais de publicidade e marketing;
- Aprovação de Relatórios de Informação;
- Aprovação de Relatórios de Análise;
- Auditoria do Website da TITAN CAPITAL;
- Gerenciamento do uso de “disclaimers”
- Análise de e-mails eletrônicos.





Implementação de Normas de Procedimentos após deliberação em reuniões conforme o seguinte fluxo:

- Reunião com os departamentos envolvidos;
- Determinação de recursos disponíveis e necessários;
- Determinação de fluxos operacionais e de informação;
- Determinação de tarefas necessárias para implementação de fluxos;
- Coordenação de pessoas com delegação de atividades e prazos;
- Determinação de plano de execução;
- Treinamento de associados.

Colocação dos procedimentos para efetivação da Política Específica de Segurança e Proteção ao Sigilo através de:

- Reuniões semestrais com Departamento de Informática e/ou provedores de serviços de estruturação, manutenção e reparos da Área de informática;
- Determinação de fluxos de procedimento e de informação
- Auditorias em e-mails e “laptops”;
- Auditorias de discos de armazenagem (“hard-disks”) com limpeza e eliminação de arquivos suspeitos e de aplicativos não autorizados;
- Educação continuada sobre métodos de organização pessoal;
- Educação continuada sobre procedimentos de segurança em informática;
- Manutenção de espaço físico dedicado a servidores de rede;
- Manutenção preventiva e frequente (mensal) dos sistemas de redundância e de contingência;
- Manutenção de arquivos físicos ou arquivos eletrônicos internos.

Implementação da Política de Segurança das Informações e de Segurança Cibernética;

Fiscalização das Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading” com:

- Criação de fluxos de informação;
- Processos de verificação (“due diligence”) e classificação das informações;
- Acompanhamento de calendários dos resultados das empresas em Bolsa ou Mercado de Balcão;
- Manutenção de listas de restrição para investimentos pessoais;
- Registro e Arquivamento de extratos pessoais com investimentos mobiliários de associados da TITAN CAPITAL;
- Manutenção e relação dos departamentos e áreas estratégicas e entidades que tenham ou tiveram acesso a informações privilegiadas;
- Arquivamento de Contratos de Confidencialidade;
- Treinamento de TODOS os associados da TITAN CAPITAL sobre os procedimentos e leis e fornecimento do Manual da Abrasca sobre Controle e Divulgação de Informações Relevantes das Normas para Investimento Pessoal e “Insider Trading”.

Revisão do Plano de Contingência:

- Reunião anual com a Equipe de Trabalho;
- Estabelecimento de descrições físicas e técnicas dos sistemas críticos;
- Verificação mensal dos recursos disponíveis e dos recursos em uso dentro dos sistemas críticos;





- Manutenção mensal de contato com provedores de serviços principais e alternativos;
- Simulações semestrais de eventos que paralise sistemas críticos.

Manutenção das Políticas Integradas de Prevenção à Lavagem de dinheiro e de combate à corrupção e Política de Identificação à Manutenção do Cadastro do Cliente (KYC – “Know Your Client”):

- Supervisão dos responsáveis pelo preenchimento dos cadastros de clientes;
- Formulação e revisão dos formulários de cadastros;
- Contato com os órgãos nacionais e internacionais de justiça, polícias, outras instituições do sistema financeiro para troca de informações e obtenções de listas de restrição e de notificação de evento suspeito de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo;
- Troca de informações com a Gestão e Área de Risco para avaliação de operações suspeitas;
- Arquivo em local restrito de todas as operações de clientes:
 - o Observância da Política de voto em Assembleias Gerais e Política do Exercício de Direito de Voto para Fundos Imobiliários com suporte ao Gestor nos seus deveres fiduciários e de voto;
 - o Supervisão dos Controles Internos e Relatórios estabelecidos no Manual Interno de Controle de Risco;
 - o Supervisão dos processos estabelecidos pela área de investimentos em relação ao “suitability” do cliente.

Tratamento de desvios (“enforcement”) das Políticas e Normas para Controles Internos:

- Determinação do grau de desvio;
- Determinação de procedimento de correção, com as seguintes medidas dependendo do desvio:
 - o Notificação do envolvido;
 - o Treinamento e educação;
 - o Repreensão;
 - o Rescisão do contrato de trabalho;
 - o Notificação de autoridades.

c) os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

Os sistemas de informação, as rotinas e procedimentos já foram detalhados no item anterior 8.9b

d) a forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor

Acreditamos que a independência do trabalho executado pela área de risco, é garantida pelos seguintes itens:



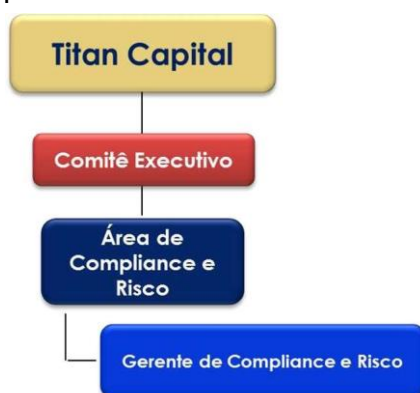


- Separação clara entre gestão da carteira e gestão de risco;
- Pessoal com “know-how” e treinamento adequado;
- Disciplina e consciência nos processos;
- Autoridade e independência efetivas;
- Sistemas específicos para apoiar as análises de risco.

8.10. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para a gestão de riscos, incluindo:

a) quantidade de profissionais:

Henrique Fernando Lucas, que é sócio-diretor, integrante do Comitê Executivo e do Comitê de Risco e Compliance.



b) natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes:

Da Área de Compliance e Risco

Certifica-se que os processos e procedimentos da área de investimentos estão em conformidade com as exigências legais e regulamentações vigentes.

c) os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

Estrutura

A TITAN CAPITAL deve possuir um departamento específico voltado para o risco, independente do departamento de gestão de carteiras. Este departamento é responsável pela gestão de riscos dos ativos financeiros individualmente e da carteira como um todo. A estrutura e independência apropriada ao departamento de gestão de risco exigem:

- Separação clara entre gestão da carteira e gestão de risco;
- Pessoal com “*know-how*” e treinamento adequado;
- Disciplina e consistência nos processos;





- Autoridade e independência efetivas;
- Sistemas específicos para apoiar as análises de risco.

Filosofia e Metodologia

Da mesma maneira que existe uma filosofia de investimentos, existe uma para o tratamento de risco e suas diversas expressões (tipos de risco).

A filosofia da TITAN CAPITAL baseia-se na existência de uma alocação de risco ou “risk budget”.

O orçamento de risco (risk budget) é feito em paralelo à alocação da carteira.

Este orçamento é essencial para determinar os parâmetros finais dos limites individuais de cada componente da alocação da carteira considerando:

- A contribuição para volatilidade total da carteira de cada componente;
- A contribuição de cada componente para o objetivo de “tracking error” da carteira;
- Análises de “stress” e “VaR” de componentes da carteira e da carteira como um todo;
- Limites individuais dos papéis de renda fixa privados considerando riscos de crédito;
- Limites específicos no uso de derivativos considerando riscos operacionais;
- Observação de necessidade de liquidez com definição caixa ou instrumentos de rápida conversão para caixa.

Procedimentos diferentes, em paralelo, são usados para geração de medidas específicas. Medidas de continuidade e de impacto aumentam a convicção de preparo em cenários de “stress” e de possíveis “crashes”.

Os diferentes tipos de risco a serem analisados pelo departamento de risco da TITAN CAPITAL são ditadas pelas seguintes políticas:

- Política de Gestão e Avaliação de Risco de Crédito;
- Política de Avaliação de Risco de Mercado e Taxa de Juros;
- Política de Gestão de Contraparte;
- Política de Gestão de Risco de Liquidez;
- Política de Gestão de Risco Operacional;

Sistemas

Os sistemas de risco são desenvolvidos internamente.

Relatórios

Os principais relatórios de risco são:

- Relatório de Risco de Mercado:
 - Medidas de Tendência Central e de Dispersão;
 - VaR paramétrico e não paramétrico (histórico e ordenação);





- Testes de “Stress” e cenários históricos;
- Histograma de retornos;
- Reamostragem com filtros e bootstrapping.
- Relatório GRL;
- Relatório de Avaliação e Acompanhamento de Crédito;
- Relatório de Enquadramento.

Política de Gestão de Risco de Crédito

Essa política foi elaborada com o intuito de definir a estrutura interna por meio de procedimentos e metodologia que corroboram a avaliação de aquisição, monitoramento, cálculo de exposição e mitigação, bem como na projeção de perdas do crédito privado.

A definição de crédito privado nessa política inclui emissões não soberanas e também estruturas empregadoras dessas emissões com suas diferentes camadas de subordinação (sênior e juniores) oferecidas ao investidor.

Essa política foi desenvolvida não só para o atendimento das determinações do órgão regulador, mas também como necessidade premente da TITAN CAPITAL no seu processo contínuo de melhor elaboração da organização, controle e métodos.

Conforme Ofício Circular da Comissão de Valores Mobiliários No. 6 de cinco de dezembro de 2014, o dever de diligência de uma gestora deve ser norteado por padrões mínimos de consistência e objetivos passíveis de verificação, o que garante a existência e evolução dos controles internos para o gerenciamento de risco.

A Política de Gestão e Avaliação de Risco de Crédito cobre as seguintes emissões e estruturas (empregadoras do crédito privado):

- Emissões de instituições financeiras (CDBs, LCIs, LCAs, LCs, LFs, LFSNs entre outros) com garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou não, excluindo-se as instituições financeiras classificadas nos grupos S1 ou S2;
- Debêntures (ICVM 400 e ICVM 476);
- Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e Certificados de Cédulas de Crédito Bancário (CCCB);
- Outros Ativos de crédito não bancário, tais como CCI, CRI, CRA, LH, CDA/WA, CDCA, NCA, debêntures de emissão privada, CDB Vinculado, etc.;
- Fundos de renda fixa com a extensão CP (Crédito Privado) em sua denominação;
- Multimercados com exposições em posições chamadas “distressed”;
- Cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) que investem em ativos diretos ou cotas de outros FIDCs.

Com a função de garantir o cumprimento das regras dessa política, foi criada uma estrutura interna (organização, fluxos de informação e tecnologia) na TITAN CAPITAL.

O processo de avaliação de um título que ocorre em duas fases também é descrito nessa política.

Estrutura Interna e Fluxos de Informação

A TITAN CAPITAL tem os seguintes fluxos e organização (organograma) na avaliação de crédito:





- Estrutura formal segregada e independente de Controle de Risco, liderada pelo Diretor de Compliance e Risco (Departamento Um), localizado no escritório de São Paulo e a Área de Investimentos (Departamento Dois), liderada pelo Gestor em São José dos Campos;
- A existência de um mandato para cada cliente, definido pelo seu perfil de risco, seja esse descrito por regulamento ou formulário de análise de perfil;
- A avaliação para as operações dos instrumentos de crédito ocorre na Área de Investimentos, que deve seguir padrões estabelecidos no mandato dentro da gestora;
- A tese da decisão de investimento é elaborada pela Área de Investimentos com subsídios de informações de terceiros (demonstrativos financeiros e dados da área de RI), relatórios de “rating”, relatórios de parceiros (Fator, BTG Pactual, XP, JP Morgan, Socopa e Santander) e consultor contratado (Lopes Filho Consultores de Investimentos), além de contatos com “traders” no mercado secundário.

Todos os parceiros são instituições de grande porte que possuem área específica de crédito.

Atualizações diárias de notícias são mantidas com visitas diárias a páginas de emissores, o site Debêntures.com, agências de rating (Fitch, S&P, Moody's), além de provedores de informação.

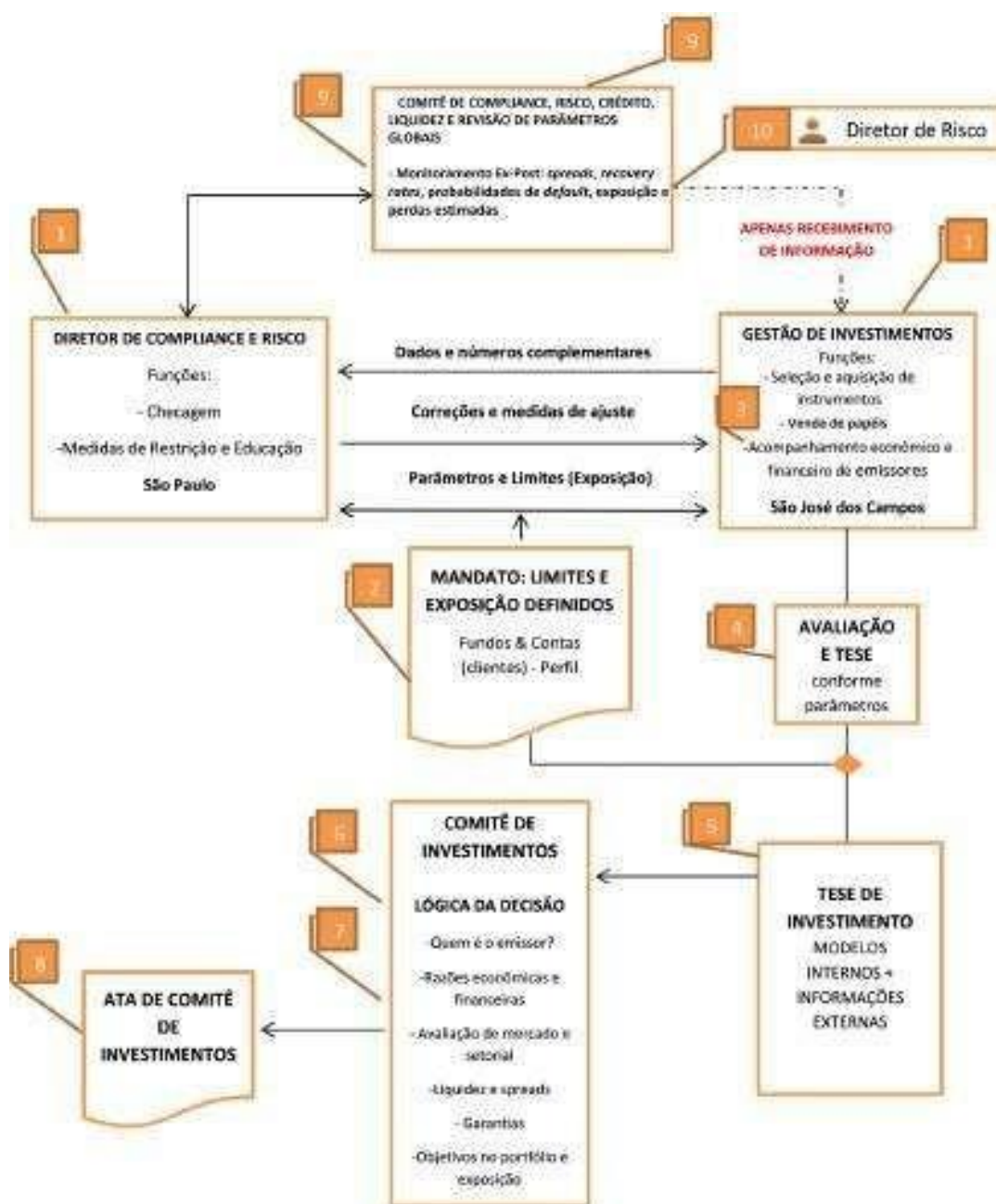
- Modelo próprio de graduação da qualidade do instrumento é empregado e cria-se a tese;
- A tese torna-se uma decisão a ser descrita e submetida ao Comitê de Investimentos, via confecção de relatório e apresentação de “case”.
- O Comitê de Investimentos ocorre quinzenalmente é formado por:
 - Gestor com mais de 15 anos de mercado e que possui a certificação CFA;
 - Analista de Investimentos independente convidado;
 - Diretor de Risco e Compliance da TITAN CAPITAL, com mais de 15 anos de mercado e;
 - Membro de equipe comercial da TITAN CAPITAL com certificação CPA 20.
- O Monitoramento “Ex-Post”: O comitê de crédito ocorre mensalmente sendo sessão específica de avaliação da exposição de crédito dentro do comitê de compliance, risco, crédito, risco de liquidez e revisão de parâmetros da gestora. Também possui reunião específica em ata;
- Parâmetros como *rating*, probabilidade de *default*, taxa de recuperação de ativos e medidas de expectativa de perdas financeiras são revisadas nessa sessão;
- O monitoramento de posições é feito com suporte de relatórios de posição/exposição de crédito para fundos e contas;
- O Diretor de Compliance e Risco supervisiona a área de Investimentos no seguimento dos padrões estabelecidos no mandato e verifica qualquer



irregularidade, seja de qualidade do instrumento ou da quantidade de exposição;

- As fórmulas de exposição/limitação do crédito são obtidas em literatura reconhecida e de fácil verificação;
- A Área de Risco participa ativamente na checagem da informação;
- A Área de Investimento apenas recebe a informação para decisões econômicas, mas não interfere na alimentação e manutenção de relatórios;
- O Diretor de Risco faz a supervisão da elaboração dos relatórios “ex-post”.

Segue organograma / fluxograma





Estrutura de Monitoramento - Tecnologia

A TITAN CAPITAL mantém um sistema formado por um conjunto de planilhas interligadas que possuem arquivos (log) de dados extensos, com transações de crédito privado realizadas para os seus clientes e fundos desde 2012.

As entradas das operações são atualizadas diariamente.

A atualização do valor das posições (curva e mercado) ocorre, no mínimo, mensalmente.

Quando a variação ficar entre -1% (menos um por cento) e 1% (um por cento), a atualização ocorre de maneira imediata.

Os dados incluem informações históricas e correntes.

Informações adicionais, resultantes de tratamento de dados e filtros estão disponíveis a qualquer tempo.

Preços de mercado ou curva são fornecidos por provedores fiduciários e comparados com tabelas de ofertas de diversas corretoras (CM Capital, Santander, XP Investimentos, BTG Pactual, Brasil Plural, RB Capital, Itaú BBA, H. Comcor e Socopa).

A TITAN CAPITAL nunca utiliza precificação própria (*"in house"*) e apenas utiliza, nesse caso, dados de terceiros, cujas políticas de precificação são consistentes e públicas.

Os dados históricos incluem:

- Datas de aquisição ou venda;
- Taxas de aquisição ou venda;
- Quantidade do título ou fundo;
- Preços unitários (PUs) de aquisição ou venda;
- PUs de fechamento de mês anterior para avaliação e;
- PU atual.

Em adição, dados qualitativos como:

- Liquidez estimada;
- Fator macroeconômico de liquidez (considerando cenários de "stress" ou não);
- Fator individual de liquidez, "duration" estimada;
- Fator de amortização;
- Classificação de crédito (classificação própria "high grade", "high yield", garantia de FGC ou não) e;
- Dados tributários (títulos isentos ou não) são aplicados como na descrição de todos os ativos.

Essas informações também são disponíveis ao cliente em sua posição gerencial.

Os seguintes filtros (e avaliações) estão disponíveis a qualquer tempo:

- Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) da emissão ou fundo por carteira individual;
- Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) por emissor





- (soma de todas as emissões) por carteira individual;
- Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) por classes e subclasses em diversos ativos por carteira individual;
- Valor de posição conforme qualidade de crédito em termos monetários, quantidade ou % (em relação ao PL) individual por carteira individual;
- Valor de posição conforme tratamento tributário em termos monetários, quantidade ou % (em relação ao PL) individual por carteira individual;
- “Duration” por papel e “duration” (ponderada) total nas carteiras individuais;
- Distribuição da liquidez estimada por ativos nas carteiras individuais, cujas diretrizes são descritas no Manual de Gestão de Risco de Liquidez (GRL), criado para atendimento da Deliberação 67 do Conselho de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento da Anbima.

O Manual GRL para avaliação da liquidez para a renda fixa privada inclui:

- Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) individual na carteira da gestora;
- o Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) por emissor por carteira da gestora;
- o Valor de posição monetária, quantidade ou % (em relação ao PL) por classe de ativo na carteira da gestora.

A alimentação de dados é feita pela área de “trading” (no ato da operação) e verificada pela área de “compliance”.

A atualização do sistema de monitoramento ocorre continuamente com a área operacional.

Os sistemas de riscos informam no mínimo mensalmente, o diretor de Risco e Compliance sobre os diversos vértices e limites.

Metodologia de Avaliação de Crédito de Componente da Carteira

A análise de crédito de empresas pela Titan Capital é de caráter “bottom-up”, no qual o escopo é a empresa em seu ambiente setorial e macroeconômico.

A avaliação do título de crédito em questão é feita em duas etapas:

- Etapa 1 - Avaliação da Emissão:

Características, incluindo:

- Análise setorial;
- Vencimento;
- Cupom;
- Quantidade;
- Tamanho da emissão;
- Exposição do portfólio;
- Comportamento do mercado secundário;
- Análise de conglomerado;
- Garantias;
- “Rating”;





- Subordinação;
- “Covenants” e;
- Riscos Operacionais;
- Etapa 2 - Avaliação do Emissor:
 - Análise de rentabilidade (demonstração de resultado do exercício);
 - Análise de fluxo de caixa e estrutura de capital.

A avaliação setorial vem como um passo a “priori”.

A competitividade, ciclicidade, alavancagem operacional, risco regulatório, exposição ao mercado externo e exposição política definem ou não barreiras de entrada, fragilidade e poder de precificação de cada setor.

A TITAN CAPITAL atribui uma pontuação a cada setor, levando em conta esses fatores qualitativos.

Em adição, o posicionamento da empresa no setor também é levado em conta mediante a existência ou não de marcas relevantes e tamanho da empresa, assim como sua área de atuação (global, nacional e regional).

Determinados segmentos de mercado são considerados frágeis e, portanto, vetados.

- Setores vetados:
 - Títulos emitidos por construtoras e incorporadoras. A partir de 2016 entre setores vetados estão os fundos imobiliários;
 - Títulos emitidos por empresas aéreas;
 - Qualquer FIDC (FI ou FICs) emitido por bancos que não sejam da listagem S1 e S2.
- Setores com “due diligence” restrito:

A partir de 2017, com a crise econômica, os seguintes setores sofrem “due diligence” mais restrito da Titan:

- Concessões em infraestrutura (aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, logística, iluminação, serviço de saneamento e água, geração e distribuição de eletricidade);
- Empresas com controle estatal em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

Ambos os setores sofrem com o alto endividamento, questões específicas de conglomerado e riscos regulatórios.

- Tipos de empresas analisadas

A avaliação de crédito definida por esse manual inclui os seguintes tipos de atividade:

- Empresas do setor primário (produtos agropecuários, agroindustriais);
- Empresas industriais;
- Empresas do varejo e atacado;





- Franquias;
 - Empresas de infraestrutura e de concessão;
 - Empresas de prestação de serviços em geral (incluindo cartões de crédito);
 - Bancos;
 - Seguradoras e serviços financeiros.
- Tipos de empresas não analisadas:
 - Construtoras e Incorporadoras - que possuem contabilidade de estoque específica;
 - As empresas financeiras, alavancadas por natureza, que possuem processo com métricas específicas.

Entre essas métricas estão inclusas determinações de Basiléia.

Etapa 1 – Descrição da Emissão

- Descrição da emissão

Uma mesma empresa pode emitir papéis com características completamente diferentes, o que pode afetar precificação, “spreads” de compra e venda, liquidez e a própria exposição de risco do investidor.

A descrição do papel pode ser encontrada nos prospectos e escritura, e inclui:

- Tamanho da emissão;
 - Vencimento;
 - Cronograma de amortizações e juros;
 - Indexação (CDI/IPCA) e excesso de “spread” (%CDI, CDI+, IPCA+);
 - Opções (“calls”, “puts”);
 - Subordinação;
 - Garantias;
 - Limites financeiros (“covenants”).
- Mercado e Liquidez

O ambiente de aquisição, seja mercado primário ou secundário, tem influência na seleção de um título para sua aquisição ou não, isso via preços.

Mercado Primário

- Registro da operação;
- Consórcio de instituições que vão coordenar e distribuir a operação;
- Estabelecimento de garantia (se houver);
- Conteúdo da oferta, incluindo lote e forma de precificação;
- Distribuição do prospecto preliminar e definitivo (material publicitário);
- Intenções e recebimentos de reserva (quantidade e preço máximo);
- Divulgação do período de distribuição;
- Resultado da oferta, incluindo o preço final da ação.

Mercado Secundário

- Preço;





- “Spread”;
- Frequência de operações;
- Tamanho de lote;
- Profundidade de mercado;
- Participantes.

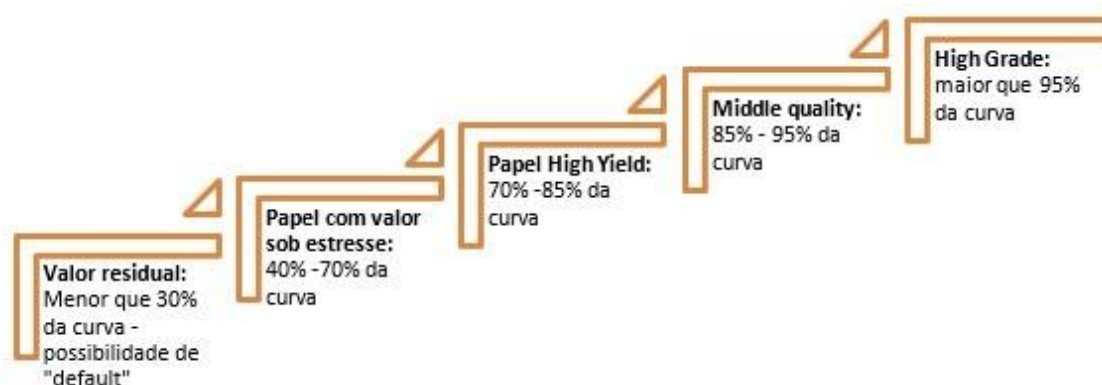
O mercado de títulos forma taxas de referência no que tange solidez de uma empresa (“spread” de crédito) e liquidez (ou a falta desta).

O mercado revela as seguintes percepções através da evolução dos preços de seus títulos:

- “Centralidade” da emissão no mercado de capitais;
- Solidez da empresa (“spread” de crédito da empresa);
- Taxa de desconto médio do setor (“spread” de crédito do setor);
- “Spread” de liquidez;
- Indicações de taxa para emissões futuras.

Na ilustração abaixo, mostra-se escala de preço e suas referências usadas pela TITAN CAPITAL.

Por meio de preços, estima-se a probabilidade de “default”.



O mercado secundário de títulos privados é restrito no Brasil e poucos nomes sustentam um mercado fluido e ágil.

Para diversos papéis, essa análise ainda não é possível.

Para liquidez, o Manual GRL possui seção específica para títulos de crédito privado.

- Rating, garantias, subordinação e conglomerados

A TITAN CAPITAL utiliza os relatórios de “rating” apenas como suporte de avaliação de solidez da empresa.

O importante é o raciocínio da agência e não o “rating” em si.





Todo o processo de análise documental e operacional é feito pela gestora e inclui:

- Escritura, prospecto e assembleias (“covenants”);
- Garantias e suas características;
- Subordinação da dívida;
- Estrutura de conglomerado e de “off balance” (OBS).

Alterações na escritura podem ocorrer devido a reorganizações e autorizações dadas pelos devedores em assembleias, normalmente por quebra de “covenants”, criando pontos de monitoramento de um título ou mesmo, vencimento antecipado.

Tema importante nas escrituras e prospectos de títulos de dívida são os “covenants” e fatores de vencimento antecipado.

Os “covenants” são condições e promessas de limites financeiros, padrões de desempenho e de endividamento prometidos pela emissora devedora aos credores. Constituem padrões de consistência financeira do emissor:



A TITAN CAPITAL tem preferência por títulos “seniores” ou/com garantia real ou do FGC.

Isso não exclui a aquisição de dívida quirográfaria, mas aumenta o peso da avaliação econômica e tamanho do emissor.

No modelo interno numérico da Titan, há a avaliação do tipo de garantia (FGC, real, flutuante, quirográfica e subordinada), o que impacta a pontuação de avaliação do ativo de crédito. Se a garantia é real, examina-se o tipo (penhor, anticrese, hipoteca, alienação fiduciária, pessoal - fidejussória/aval e pessoal - fidejussória/fiança).

A manutenção física de garantias como edifícios, veículos, maquinarias e outros é função do emissor com a devida supervisão do agente fiduciário.





As manutenções das garantias reais também incluem:

- A manutenção do pagamento de impostos;
- Licenças ambientais e de funcionamento;
- Existência de auditores externos.

O algoritmo interno pontua a demanda de manutenção das garantias reais. A manutenção das garantias inclui aspectos documentais.

A Titan Capital demanda diferentes agentes de mercado no processo de custódia e manutenção de documentação relacionada à garantia. Isso evita a concentração indevida de funções por um mesmo participante.

É exigência para viabilização da função de custódia física e eletrônica de documentos a não ocorrência de concentração em um mesmo administrador fiduciário ou gestor.

O fácil acesso à documentação originadora de crédito, a clara identificação dos responsáveis pela custódia física e eletrônica dos documentos, descrição do processo cadastral, identificação de lastros e colaterais e a presença de auditoria responsável pela verificação dos procedimentos são pré-condições para a aquisição.

A menor liquidez das garantias reais de uma emissão/estrutura em “stress” demanda a existência de um mínimo de colateral para mitigação de possíveis descontos aplicáveis.

Esse mínimo é definido em cada operação.

Os fluxos financeiros de garantias monetárias também passam pela necessidade de mitigação do risco de fungibilidade.

Esse risco ocorre quando fluxos financeiros gerados por ativos monetários passam por uma conta de cedente antes de chegar à conta do credor, havendo risco de desvios ou possível retenção em caso de intervenção ou quebra da instituição recolhadora.

É exigência da TITAN CAPITAL que contas recolhedoras de recursos por estruturas de crédito devem ser abertas apenas em bancos da lista S1.

A subordinação do título é também ponto importante na definição da ordem de recebimento em eventuais situações de “stress” e reorganizações.

O algoritmo interno da Titan avalia a natureza de conglomerado (diversificado ou de empresas complementares).

Na análise de conglomerados ou coligações de empresas, a influência das empresas de um grupo entre si pode modificar a situação econômica de um título.

O mérito da existência de um controlador forte, na opinião da TITAN CAPITAL ficou menor nos últimos anos devido ao enfraquecimento da economia como um todo.

A existência da coobrigação de um controlador com um controlado pode trazer uma contaminação negativa de projetos rentáveis por projetos frágeis desse mesmo conglomerado.

Sociedades de propósito específico (SPEs) e outras estruturas “off-balance” podem inviabilizar o alcance da cobrança por parte de um credor a um ativo em um eventual





processo de recuperação judicial (RJ).

A TITAN CAPITAL hoje avalia com cuidado maior estas questões.

Etapa 2 - Avaliação do Emissor

A etapa 2 é composta por três fases:

- Rentabilidade (Capacidade de Pagamento);
- Estrutura de Capital e Endividamento;
- Análise do Fluxo de Caixa.

Os períodos de análise são trimestrais e incluem as seguintes comparações:

- Trimestres em sequência;
- Trimestres em anos diferentes;
- Períodos semestrais e anuais.
- Rentabilidade (Capacidade de Pagamento)

O foco é medir a capacidade de criação de lucro e geração de fluxos futuros de caixa. A análise temporal (horizontal) e de gestão (vertical) são empregadas.

Tal avaliação abrange:

- Evolução das receitas por:
 - o Verificação da evolução de volume vendido com medidas específicas de indústria, caso seja necessário;
 - o Formação e manutenção de preços dentro de um quadro de inflação.
- Composição das receitas com:
 - o Análise da receita de produtos e serviços vendidos;
 - o Condições específicas de mercados e concessões;
 - o Análise quantitativa;
 - o Ações da administração da empresa.
- Projeções para períodos futuros.
- Margens e lucratividade com:
 - o Avaliação de margem bruta das receitas;
 - o Avaliação de margem operacional (EBIT);
 - o Avaliação temporal de despesas operacionais;
 - o Avaliação das despesas financeiras;
 - o Avaliação de EBITDA;
 - o Depreciação e amortização;
 - o Lucratividade final.





Nessa abordagem são utilizadas diferentes fontes de dados:

- Demonstrações contábeis;
 - Demonstrações financeiras gerenciais;
 - Apresentações da empresa;
 - “Conference calls”;
 - Contatos com departamento de relação com investidores.
- Análise de Fluxo de caixa (Capacidade de Pagamento)

A avaliação da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é a de maior sensibilidade na avaliação econômica.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, se haverá sobra ou falta de dinheiro, permitindo à administração da empresa decidir com antecedência se a companhia deve tomar recursos ou aplicá-los, e ainda, avalia e controla ao longo do tempo, as decisões importantes que são tomadas na organização e seus reflexos monetários.

A medida da formação de provisões, notadamente de juros ainda não pagos é importante no impacto de períodos futuros. Além disso:

- Mostra a real condição de pagamento das dívidas;
- Informa sobre os problemas de insolvência e liquidez, podendo prevenir a concordata e/ou falência;
- Evidencia como a empresa gerou caixa e como ela gastou;
- A “DFC” é um importante instrumento gerencial, principalmente em curto prazo, pois mostra a necessidade de caixa da companhia;
- Mostra o montante de recursos financeiros disponíveis na organização, evitando que fiquem ociosos e auxiliando em suas aplicações;
- Busca o equilíbrio entre os ingressos e desembolsos de caixa, desenvolvendo um controle nas contas do ativo e passivo circulante.

A demonstração de fluxo de caixa é dividida em três segmentos, a saber:

- Fluxo de caixa das atividades operacionais;
- Fluxo de caixa resultante das atividades de financiamento;
- Fluxo de caixa resultante das atividades de investimento.





A TITAN CAPITAL utiliza o método indireto como padrão de avaliação.

- Ênfase na análise da geração operacional de caixa é dada com a:
 - Verificação da habilidade da gestão de administração dos ativos e passivos circulantes dentro de cenários econômicos de expansão e retração;
 - Formação de provisões e seu crescimento, notando os juros acumulados; e potencial efeito negativo em exercícios futuros.
- O foco na condução de análise das atividades de financiamento é feito com atenção à:
 - Capacidade da empresa de rolagem dos empréstimos tomados;
 - Comparação entre pagamentos de empréstimos e novos valores tomados;
 - Distribuição de dividendos (checagem da política de discricionariedade de distribuição).
- A análise dos fluxos das atividades de investimento é feita em conjunto com:
 - O estudo do plano / cronograma de investimento de empresa (discricionários), incluindo aquisição de empresas ou não, no caso de concessões;
 - Obrigações de contrato

Atividades Operacionais	Atividades de Financiamento	Atividades de Investimento
<ul style="list-style-type: none">• Gestão de ativos e passivos operacionais• Formação de provisões de juros	<ul style="list-style-type: none">• Pagamento de Empréstimo• Capacidade de rolagem de dívidas• Dividendos	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Investimentos• Obrigações de contrato

- Estrutura de Capital e Endividamento (Capital)

A estrutura de capital é vital para viabilidade da empresa no curto (1-2 anos) e médios prazos (3-5 anos).

A avaliação do endividamento ressalta o passivo da empresa, no sentido horizontal (temporal), sua composição e comparação (análise vertical) como tamanho relativo dos ativos com liquidez.

A avaliação do endividamento inclui:

- Evolução e composição (circulante/não circulante) da dívida bruta;
- Avaliação de disponibilidades e ativo circulante;
- Medidas (índices) de liquidez:





$$\text{Índice Liquidez Geral (ILG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}}$$

$$\text{Índice Liquidez Corrente (ILC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}}$$

$$\text{Índice de Endividamento Total (IET)} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Dívida Líquida sobre Patrimônio} = \frac{\text{Dívida Bruta} - \text{Caixa} - \text{Equivalentes de Caixa}}{\text{PL}}$$

- Geração de caixa livre (FCF);
- Custos e custo médio da dívida;
- Avaliação de exposição cambial;
- Cronograma de vencimentos.

A avaliação da estrutura de capital é importante para checagem e manutenção de índices e limites financeiros (“covenants”), tema constante de AGDs (Assembleias Gerais de Debenturistas), e inclui:

- Avaliação da razão Endividamento Líquido/EBITDA e comparação com índice médio do setor;
- Avaliação da razão de cobertura: EBITDA/Despesas Financeiras e comparação com índice médio do setor





Aquisição de Recebíveis para Fundos de Direitos Creditórios

A partir de janeiro de 2019, a TITAN CAPITAL passou a fazer gestão de um FIDC do tipo multicedente e multissacado. Com o suporte de consultoria especializada, a gestora passou a ter controles específicos para a aquisição de recebíveis para este fundo.

Com um caráter diverso das emissões públicas, os recebíveis (duplicadas, contratos, notas promissórias, cédulas bancárias, dívidas de cartão entre outras) demandam controles adicionais no que se refere à documentação, controle de lastro, PLDT e movimentação.

Para fundos multicedentes e multissacados, a gestora decidiu trabalhar em conjunto com consultorias.

O cumprimento de parâmetros de controle de qualidade na originação do crédito é importante, exigindo procedimento detalhado da consultoria e da gestora.

Inicialmente, a equipe comercial de consultoria submete ao seu departamento técnico os cedentes pré-selecionados, que são submetidos à avaliação interna de cadastro, societária, de relacionamento, econômica, listas de restrições entre outros. Como parte das conclusões, a consultoria define rating interno de crédito e possível taxa de cessão de crédito.

Em conjunto com a gestora, a consultoria define uma probabilidade de default (PD) associada ao seu rating, utilizada posteriormente pela gestora no relatório de exposição de crédito.

A avaliação da consultoria é complementada por Dossiê do Cedente elaborado pela gestora para aprovação deste.

O Dossiê possui ênfase no controle de PLDT. O dossiê da gestora inclui:

- Dados Cadastrais:
 - Razão Social, Nome Fantasia, Data da Fundação, CNPJ, Sócios, Participações, Entrada na Sociedade;
 - Ramo da Atividade;
 - Atividade da Empresa (CNAE);
- Jurídico/Legal:
 - Avaliação Empresa Jurídica;
 - Avaliação Sócios;
 - Documentação.
- Órgãos Reguladores;
- Mídia/Internet;
- Sócio e Ambiental;
- Listas Restritivas;
- Análise Econômica (feito pela consultoria);
- Parecer do Crédito (feito pela consultoria);
- Papel do Cedente no Portfólio (definido pela gestora) e Conclusão da Gestora.

Após aprovação do cedente, a documentação de cessão de crédito é realizada para aprovação.

O contrato de cessão de crédito é verificado com atenção especial para questões como





coobrigação de sócios e recompra. A assinatura do contrato é eletrônica e feita com certificação e os contratos são arquivados (assinados) no servidor da gestora.

A consultoria, em seu processo comercial, estabelece limites de crédito que são verificados pela gestora em relação à questão de exposição de crédito e enquadramento.

Após verificação de contrato de cessão, o fluxo de compra de recebíveis é estabelecido seguindo regras de enquadramento do regulamento e da definição de sua função no portfólio.

O fluxo de compras é estabelecido com o (1) recebimento de borderôs com a relação de recebíveis adquiridos. Os borderôs são sujeitos à (2) aprovação ou não pela gestora. Cada borderô é (3) monitorado em conjunto com os lastros (identificação dos documentos de crédito) digitalizados correspondentes e suas respectivas chaves de identificação. Tanto borderôs como os documentos de crédito (lastros) são (4) armazenados no servidor da gestora.

O controle de (1) estoque de recebíveis, (2) posição diária do fundo (passivo e ativo), (3) movimentação, (4) posição sintética de títulos a vencer, vencidos, liquidados ou não e baixados ou não (5) taxa média de desconto do portfólio, (6) período médio de vencimento e (7) classificação setorial são fornecidos diariamente pelo administrador via sistemas Fromtis, JCOT e TOTVS Amplis.

O relatório de estoque merece atenção especial, pois fornece detalhes importantes para o controle do ativo como valor presente, valor nominal, situação de PDD, vencimento e ajustes, classificações de cedentes e sacados entre outros.

Os dados recolhidos são utilizados para relatório interno de risco da gestora que inclui análise do ativo, passivo, exposição setorial, cedentes e enquadramento, sacados e enquadramento, PDD e faixas de PDD, índices de liquidez, nível de recompra, taxa média de aquisição de cessão, prazo médio de vencimento, além de exposição de crédito considerando (1) rating interno da consultoria e (2) faixas PDD.

Modelo Numérico Interno

A TITAN CAPITAL utiliza um modelo numérico interno que avalia o crédito individual.

É utilizado um sistema de pontos que gradua a emissão tanto na etapa 1 como na etapa 2.

Na etapa 1 é utilizado um sistema de planilhas que gradua o papel conforme sua característica, mercado secundário, conglomerado, garantias, “covenants”, subordinação e riscos operacionais.

Também é pontuado o setor de atuação com pontos para competitividade, ciclicidade, risco regulatório, exposição externa e posicionamento da empresa no setor.

A pontuação inicial é de 100 pontos sendo que pontos são debitados conforme fragilidades da emissão:





Pontuação	Avaliação
85 ou mais	Aprovado
71 a 84	Adequado
60 a 70	Atenção
Abaixo de 60	Venda ou redução

Na etapa 2, cada fase (rentabilidade, fluxo de caixa e estrutura de capital) tem graduação qualitativa de 5 graus:

Graduação	Avaliação
Nível 1	Fraco
Nível 2	Insatisfatório
Nível 3	Razoável
Nível 4	Bom
Nível 5	Forte

A classificação econômica mínima é Nível 3.

Se em qualquer escopo (rentabilidade, fluxo de caixa ou estrutura de capital), a classificação obtida for FRACO, o título será reprovado em sua avaliação.

Como pontos de orientação para obtenção de graduação positiva (forte ou razoável), a empresa deve possuir, em termos de rentabilidade, os seguintes coeficientes mínimos em relação à sua receita líquida (análise vertical):

- Margem bruta NIM (Net Interest Margin para instituições financeiras) superior a 45% considerando sempre receita líquida ajustada e de mesma base;
- EBITDA superior a 20%;
- EBIT superior a 15%;
- SG&A: inferior a 35%;
- Despesas com juros inferiores a 15%;
- Margem líquida superior a 10%.

Em termos de avaliação horizontal, os seguintes “guidelines” são empregados:

- Consistência da margem bruta em períodos comparáveis;
- Manutenção (até variação negativa de 5%) ou melhoria de EBITDA nas avaliações horizontais de períodos equivalentes (Y/Y%; Q/Q%);
- Manutenção ou melhoria de EBIT nas avaliações horizontais seguindo mesmos parâmetros do EBITDA;
- Aumento, com despesas de juros, não superior a 5% em períodos consecutivos (mesma base);
- Rentabilidade líquida com clara evolução positiva;

Em termos de avaliação de geração de caixa, os seguintes aspectos são observados:

- Obrigação de existir geração positiva do fluxo operacional de





caixa;

- A geração de fluxo operacional de caixa deve ser superior aos juros pagos e provisionados no período analisado;
- Deve existir a manutenção ou melhoria do uso do capital de giro com a variação positiva do conjunto de ativos e passivos circulantes. A exceção é admitida em empresas em clara expansão;
- O gasto com aquisição de ativos fixos e intangíveis (CAPEX) deve ser inferior à soma líquida do pagamento e captação de empréstimos (Net Debt) mais o fluxo da geração operacional de caixa (CFO);
- O fluxo (atividade) de CAPEX deve ter amplo caráter discricionário que permita flexibilidade em cenários de estresse;
- O fluxo de atividades de financiamento deve apresentar uma compatibilização com o tamanho da geração de fluxos operacionais e/ou da atividade de investimentos;
- Avaliação de geração positiva ou não de Free Cash Flow (CFO - Capex);
- Avaliação de geração positiva ou não de Free Cash Flow to Equity (CFO + Net Debt - Capex);
- Avaliação de capacidade de rolagem de empréstimos (diferença do pagamento de antigos empréstimos e juros frente à captação de novos empréstimos e geração de CFO);
- Os juros pagos ou provisionados no período corrente devem ter aumento de até 10% em comparação com os juros pagos ou provisionados no período anterior comparável;
- O pagamento de dividendos e juros próprios deve estar de acordo com a situação econômica da empresa.

Como regra de ouro, não deve ser superior a 35% do lucro líquido.

Em termos de avaliação de estrutura de capital, os seguintes parâmetros devem ser observados:

- Os Índices de Liquidez (ILG, ILC, ISG) devem ser superiores a 1 (um);
- A Dívida Líquida sobre Patrimônio deve ser menor ou igual ao fator de 2;
- A relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser compatível ao setor.
- Na falta de referência, o índice não deve superar a relação de 3 (três). Como alternativa de referência, podem-se utilizar os parâmetros utilizados nos covenants da escritura da emissão
- O Índice de Cobertura Financeira (EBITDA/Despesas Financeiras) deve ser compatível ao setor. Também como alternativa de referência, podem-se utilizar os parâmetros utilizados nos covenants da escritura da emissão;

Na falta de referência, o índice deve ser de, no mínimo 3,25 (três e vinte e cinco);

- Índice de Endividamento Total (IET) recomendável até 0,50 (meio);
- Para bancos e outras instituições financeiras, parâmetros alternativos são empregados:
 - o Índice de Basiléia máximo de 11;





- Índice de Imobilização: 50%;
- Parâmetros de avaliação da carteira de crédito.

Modelo Numérico - Compra de FIDCs para fundos ICVM 555

Na aquisição de FIs de FIDCs e FICs de FIDCS, planilha com algoritmo de scoring diferenciada é empregada.

Com uma natureza diversa das emissões públicas das empresas financeiras e corporativas, pontos adicionais são abordados:

- Características do fundo (tipo, regras de liquidez, gestora, consultoria);
- Papel dentro do portfólio;
- Questões de Enquadramento e Concentração (cedentes e sacados, região geográfica e setorial e índices de liquidez);
- Avaliação de subordinação;
- Avaliação de faixas de PDDs, % vencidos do portfólio;
- Avaliação de garantias;
- Aspectos operacionais (cobrança, custódia de documentos, cadastro);
- Equipe e fases de operação.

Limites de Exposição “Ex-Ante”

A exposição de crédito na TITAN CAPITAL tem limites de exposição “ex-ante” no portfólio.

Os limites internos na gestora devem ser iguais ou inferiores ao demandado pela legislação vigente.

Os seguintes limites internos devem ser respeitados conforme emissões e garantias:

- Emissões de instituições financeiras (CDBs, LCIs, LCAs, LCs entre outros) com garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC): 8%;
- LFs, LFSs, LFSNs e outros ativos sem garantia do FGC de instituições financeiras classificadas nos grupos S1 ou S2: 8% (oito por cento). Para instituições fora dos grupos S1 e S2: 5% (cinco por cento);
- Debêntures (ICVM 400 e ICVM 476): 6% (seis por cento);
- Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e Certificados de Cédulas de Crédito Bancário (CCCB): 3% (três por cento);
- Outros Ativos de crédito não bancário sem FGC, tais como CCI, LH, CPR, CDA/WA, CDCA, NCA, CDB Vinculado: 3% (três por cento). A exceção é para CRI e CRA, cuja exposição é de até 6% (seis por cento);
- Fundos de renda fixa com a extensão CP (Crédito Privado) em sua denominação 8% (oito por cento);
- Multimercados com exposições em posições chamadas “distressed”: 3% (três por cento);
- Cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) que investem em ativos diretos: 4% (quatro por cento);
- Cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)





- que investem em cotas de outros FIDCs: 6% (seis por cento);
- Para bancos, o índice de Basiléia deve ser no mínimo de 11 e o índice de imobilização de no mínimo 50%.

Caso qualquer uma dessas regras seja violada, a compra do papel é automaticamente vetada.

Estimativa de Perda - Relatório de Exposição de Crédito

A partir de novembro de 2019, o sistema de monitoramento de crédito inclui cálculo de Estimativa de Perda (Expected Loss, EL) por carteiras individuais e fundos.

Conceitos como (1) Probabilidade de Inadimplência (Probability of Default, PD), (2) Perda dada a Inadimplência (Loss Given Default, LGD) e (3) Exposição no Default, EAD são avaliados mensalmente para o cálculo da Estimativa de Perda (Expected Loss, EL).

IMPORTANTE: Enquanto o Comitê de Investimentos determina a seleção e movimentação (compra e venda) da gestão, o Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais monitora a saúde financeira dos ativos de crédito (emissões e fundos).

No Comitê de Crédito (sessão do Comitê de Compliance), os seguintes parâmetros são definidos:

- Perda dada a Inadimplência (Loss Given Default, LGD): é o valor perdido no default, mesmo considerando garantias e valores remanescentes após possíveis liquidações, sendo descrita por termos percentuais. É o inverso da Taxa de Recuperação do Ativo. Assim, se a taxa de recuperação é de 60%, a perda é de 40%. O teto da taxa de recuperação é 60% (empresas com ativos reais - capital intensivo) e o piso é de 0% (bancos e serviços financeiros). O Comitê avalia a taxa de recuperação de cada ativo. Para cedentes em FIDCs, a taxa utilizada atualmente é de 30%;
- Probabilidade de Inadimplência (Probability of Default, PD): com base no rating de cada emissão e fundo é estabelecida a probabilidade de ocorrência de default para cada título. No caso de FIDCs, a probabilidade de default de cedentes é definida por rating interno ou faixa PDD;

A Exposição no Default (EAD) é derivada das posições em aberto no dia de fechamento de cada mês.

A fórmula abaixo, calculando a Estimativa de perda é empregada em termos monetários, sendo depois comparada em termos percentuais contra o valor total de carteira e a exposição de crédito privado:

$$\text{EL (Expected Loss)} = \text{EAD (Exposure at Default)} * \text{LGD (Loss Given Default)} * \text{PD (Probability of Default)}.$$

Default” e Medidas de Contingência

O “default” deve ser evitado por medidas exaustivas de prevenção; entretanto, a probabilidade de ocorrência de “default” é positiva e, em determinados momentos da





economia brasileira, não negligenciáveis.

Na ocorrência do “default, as seguintes medidas devem ser tomadas:

- Esclarecimento da situação ao cliente e/ou cotista;
- Convocação do agente fiduciário;
- Verificação e levantamento de toda documentação de suporte da operação, tais como:
 - o Notas de corretagem;
 - o Documentação existente de garantias reais, registros eletrônicos em bolsas organizadas e de balcão e criação de dossiê específico;
- Contato e associação com demais credores em assembleias, denominação de avaliadores, representantes legais, contadores entre outros e demais eventos de importância;
- Uso de precificação externa para obtenção de valor residual. Caso não haja informação de preço externo, o ativo será mantido com preço zero e terá assim o seu valor zerado;
- Contato constante e acompanhamento atemporal com provedores de informações;

Consultas a especialistas em áreas de avaliação, jurídica, tributária e contábil próprios da empresa.

Escopo da Política e Definição do Risco de Mercado e Taxa De Juros

- Essa política foi elaborada com o intuito de definir procedimentos e metodologia que corroboram o monitoramento e cálculo de exposição das carteiras ao chamado risco de mercado;
- A política foi desenvolvida não só para o atendimento das determinações do Regulador, mas também como necessidades prementes da TITAN CAPITAL no seu processo contínuo de melhor elaboração da organização, controle e métodos;
- Conforme Ofício Circular da Comissão de Valores Mobiliários No. 6 de cinco de dezembro de 2014, o dever de diligência de uma gestora deve ser norteado por padrões mínimos de consistência e objetivos passíveis de verificação, o que garante a existência e evolução dos controles internos para o gerenciamento de risco;
- A política cobre o chamado risco de mercado. Podemos definir como risco de mercado o grau de flutuação de preços de ativos e, como decorrência, o grau de flutuação do valor patrimonial das carteiras;
- A flutuação de preços em determinado período gera uma taxa de retorno para esse período;
- Em uma modelagem de risco, a taxa de retorno é uma variável randômica que possui uma probabilidade de ocorrer. Essa probabilidade de ocorrência é descrita por modelos de distribuição (curva normal, logarítmica entre outras).

Renda Variável / Commodities





O risco de mercado traz inicialmente a idéia da renda variável, aqueles ativos em que não há a garantia contratual de vencimento.

O risco de mercado é característica de ativos individuais e agregados em geral perpétuos como ações, moedas e índices de mercado.

Esse risco de flutuação é intrínseco à natureza desses ativos. Por exemplo: ações, por receberem de maneira marginal o lucro econômico da empresa, possui volatilidade. Já no caso de “commodities”, a volatilidade é decorrente da oferta e demanda.

Renda Fixa

Em adição aos ativos de renda variável, os ativos de renda fixa sofrem flutuações de preço derivados dos movimentos de taxa de juros e de “spreads” de crédito.

Nessa política, consideramos como risco de mercado toda flutuação de preço de ativo derivado de fator exógeno. O mercado é o principal fator. Dentro desse fator chamado mercado, incluímos o chamado mercado de juros.

Coleta de Dados

Portfólio e Componentes

- Fundos Abertos

Para simulação de risco dos fundos abertos, o importante é sempre utilizar carteiras modelo que replicam o mais próximo possível a composição atual do fundo aberto.

Esses modelos empregam a variação de “benchmarks” compatíveis para substituição de títulos individuais do portfólio corrente.

Bancos de dados desses “benchmarks”, com históricos mais extensos possíveis, influem na projeção de retorno dessa carteira modelo via média ponderada dos retornos individuais de cada componente.

O histórico do retorno resultante da carteira modelo gera as medidas de tendência central e de dispersão entre outras.

- Fundos Exclusivos e Carteiras Administradas

Para simulação de risco dos fundos exclusivos e carteiras administradas é empregado o histórico real decorrido dos retornos globais dos portfólios, não havendo criação de carteira modelo.





Descrição	Carteiras Administradas	Fundos Exclusivos	Fundos Abertos
Uso de Carteira Modelo	Não	Não	Sim
Uso de Histórico de Retornos Reais Decorridos	Sim	Sim	Sim, para Medida e Dados de Risco Já Decorridos (Relatório de Risco)

Frequência dos Dados, Monitoração e Tempo do Portfólio

O processo de coleta de dados para construção das medidas de risco possui diferenciação conforme facilidade de acesso aos dados e segmentação dos produtos e serviços na gestora.

A frequência dos dados coletados em si (retornos diários ou mensais) não é coincidente com o processo de monitoração.

A monitoração pode ocorrer, por exemplo, em termos diários, mas os dados para coleta serem mensais.

Abaixo, segue a metodologia atual de coleta e monitoração:

Descrição	Carteiras Administradas	Fundos Exclusivos	Fundos Abertos
Monitoração	Mensal	Diário	Diário
Dados de Retorno	Mensal	Mensal	Diário
"Trigger" de Monitoramento	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões	<ul style="list-style-type: none">Operações Realizadas no Portfólio;Reorganizações de Títulos;Vencimento e Amortização de Títulos;Pagamento de Cupons;Dividendos de Títulos;Retiradas e Depósitos;Existência de Caixa Ocioso;Existência de Provisões





Fonte e Qualidade dos Dados

No processo de investimento para montagem de portfólios da TITAN CAPITAL é previsto o emprego de índices de mercado.

Títulos individuais são colocados em segunda posição em relação a esses índices; entretanto, isso não exclui a existência de títulos individuais no segmento de renda fixa nos portfólios.

O Brasil carece de ETF's nesse segmento.

No segmento de renda variável, o emprego amplo de ETF's coloca o uso de títulos individuais de maneira marginal.

A existência de títulos individuais no segmento de renda fixa coloca uma dificuldade adicional.

A dificuldade é a seleção do "benchmark" mais apropriado, considerando se o título é público ou privado, o indexador (CDI ou IPCA) e o vencimento ("duration" do papel).

Os índices IMA, IDA e IDKA da Anbima são utilizados.

Embora o "benchmark" não seja perfeito, características como o vencimento de um título, que dificultam a projeção de volatilidade são evitadas.

Coleta de Dados

Tendência Central, Dispersão, Simetria e Distorção

Emprega-se na avaliação de fundos e carteiras administradas da TITAN CAPITAL a análise "ex-post" paramétrica.

Essa é a técnica estatística que utiliza dados históricos de retorno para inferência da exposição de um portfólio ao risco de mercado conforme modelo de distribuição, tanto normal, de "Student" como a lognormal.

A distribuição normal é empregada na análise de retornos quando supomos que a variação de um ativo possa ser descrita por uma curva normal, assim como a condicional da amostra ser grande (acima de 60 observações). Aplica-se a distribuição de "Student" quando supomos que a variação de um ativo possa ser descrita por uma curva normal, mas sem a condicional da amostra ser grande.

Por fim, a distribuição lognormal é usada em testes, notadamente o "Value at Risk" ("VaR"), por ser considerada mais exata no trato dos preços.

A média aritmética e o desvio padrão são as medidas básicas de retorno e risco. Além dessas conhecidas medidas de média e dispersão, relacionamos o cálculo de excesso de curtose e distorção ("skewness").

A curtose é uma medida de dispersão que caracteriza o pico ou "achatamento" da curva de distribuição de probabilidade em comparação a uma curva normal e a distorção ("skewness") é o estudo das distorções laterais, as chamadas caudas ("tails").





Todos os fundos e carteiras na TITAN CAPITAL possuem média, desvio padrão, curtose e “skewness” mensurados.

Por questões de praticidade, os fundos abertos têm seus retornos diários apurados; Já no caso de fundos exclusivos e carteiras administradas, os retornos medidos são de frequência mensal. Os fundos abertos possuem uma medida adicional de risco chamada “desvio padrão móvel”, que usa amostra diária nos últimos três meses e que captura o aumento ou diminuição de volatilidade do mercado no curto prazo.

No caso dos fundos exclusivos e carteiras de investimento, a medida é mensal, apresentando assim, maior estabilidade.

“Value at Risk” (Normal/Lognormal/Modificado)

Para fundos abertos, o “Value at Risk” (“VaR”) utiliza abordagem paramétrica com medidas das distribuições normal e lognormal. O “VaR” quantifica a possível perda financeira de uma carteira de investimentos em um determinado período de tempo.

É uma medida com três dimensões: (1) tamanho da perda potencial, (2) probabilidade de que ocorra um prejuízo superior a esta perda potencial em (3) um prazo de tempo. O período de tempo para fundos abertos é de um dia e são feitas simulações com distribuição lognormal e normal. Com dados diários é calculado o “VaR” médio no prazo de 1 mês, 3 meses, 6 meses e 1 ano.

Para fundos exclusivos e carteiras de investimento, o prazo de coleta é mensal. Assim a amostra é menor e demanda o uso da curva de “Student” para compensação do intervalo para subtração da média. É aplicada a tabela de “Student” com nível de 2,5% para teste unicaudal.

No caso de cálculo do “VaR” diário para os fundo abertos, a média aritmética para cálculo de “VaR” é zerada, mas tal presunção, aplicada ao “VaR” mensal utilizado nas carteiras e fundos exclusivos é de difícil aceitação. Mantém-se assim a média histórica. Essa média, associada à existência de papéis custodiados na curva, subestima o valor de cálculo do “VaR” para esses portfólios.

Buscando atenuar esse problema, a TITAN CAPITAL adotou para todas as carteiras e fundos, o cálculo de “VaR” modificado (“Modified VaR”) criado pela “Alternative Soft”. Esse parâmetro leva em conta o valor de curtose e “skewness”, conforme fórmula abaixo:

$$MVaR_p = \mu - \left[Z_p + \frac{1}{6} (Z_p^2 - 1) S + \frac{1}{24} (Z_p^3 - 3Z_p) K - \frac{1}{36} (2Z_p^3 - 5Z_p) S^2 \right] \sigma$$

Medidas Não Paramétricas

Histograma de Frequência de Retornos e “Drawdown”

A análise não paramétrica é o método estatístico cujos dados não seguem parâmetros característicos de uma determinada distribuição. “Rankings” e escalas ordinais são





exemplos de estimativas não paramétricas. Um simples histograma ou ordenação histórica de dados, por exemplo, são estimativas de tal tipo.

Histogramas com frequência de retornos diários são construídos mensalmente para os fundos abertos.

Exclusivamente também para fundos abertos com retornos diários, o “drawdown” é monitorado.

“Drawdown” é a perda máxima ocorrida desde o ponto de alta (pico) até um ponto de mínima em uma série histórica.

Ambas medidas são aplicadas exclusivamente para fundos abertos.

“VaR” Histórico, “Drawdown” e Cenários de “Stress”

O cálculo do “Value at Risk” histórico não envolve o uso de medida de dispersão de uma distribuição. O resultado é derivado diretamente de ordenação de valores históricos em uma escala e a localização deste número nesta ordenação.

De maneira complementar, são avaliados cenários de desempenho do portfólio em períodos históricos que mostraram aumento de risco sistêmico. Médias diárias de “stress” (a média apenas dos retornos diários negativos) de 1 mês, 3 meses, 6 meses e 1 ano são calculadas.

Essas medidas são aplicadas exclusivamente para fundos abertos.

“Bootstrapping” e Reamostragem

A ideia básica do “bootstrapping” é a possibilidade de inferência de parâmetros de uma população a partir de amostras geradas por reamostragem seguindo determinados filtros.

No processo de “bootstrapping” (reamostragem), a amostra original é a própria população com características conhecidas.

No Relatório de Risco construído para fundos abertos, duas amostras são retiradas da mesma base de dados:

- Base completa e;
- Dados com o índice “VIX®” (“Chicago Board Options Exchange Market Volatility Index”) superior a 30 (alto grau de “stress”). Medem-se então os desvios padrões resultantes.

Reamostragem - “Drawdown”

Simulações com reamostragem de retornos históricos diários negativos acumulados em 5 dias criam uma distribuição com a frequência de “drawdown” nesse prazo. Esta medida é exclusivamente para fundos abertos.

Outras Medidas





- Os ativos individuais são influenciados pelos chamados índices de mercado. Diferentes modelos tentam explicar essa correlação.

Entre esses, podemos citar o CAPM com o fator de mercado, o Modelo de Fama e “French” (três fatores incluindo mercado, valor e tamanho) e o APT, com múltiplos fatores;

- Com o CAPM temos o beta. Beta é uma medida da volatilidade ou risco sistemático de um título ou carteira em comparação com todo o mercado ou uma referência. O beta é a inclinação da reta resultante de uma regressão linear entre um título ou uma cesta de títulos frente ao benchmark de mercado correspondente. A confiabilidade desse beta é dada pelo R². O coeficiente de determinação, também chamado de R² é uma medida de ajustamento de um modelo estatístico linear generalizado, como a regressão linear, em relação aos valores observados. O R² varia entre 0 e 1, indicando o quanto o modelo consegue explicar os valores observados. Para fundos ou carteira de renda fixa, o coeficiente de determinação é baixo, o que invalida a importância do beta;
- O beta de um portfólio é resultante de uma média ponderada dos betas dos componentes. Em nossos sistemas o beta é calculado para cada componente, sejam fundos abertos, exclusivos ou carteiras administradas;
- Para renda fixa, mede-se a “duration” de cada componente. A “duration” mede a sensibilidade de um ativo de renda fixa frente a flutuações da taxa de juros em sua primeira derivada. Ela captura mais de 85% da relação entre o título e os juros;
- A “duration” de um portfólio é resultante de uma média ponderada das “durations” dos componentes. Em nossos sistemas a “duration” é calculada para cada componente, sejam fundos abertos, exclusivos ou carteiras administradas.

Visão Geral das Medidas de Risco

Segue abaixo tabela com resumo das medidas de risco mensuradas pelos sistemas da TITAN CAPITAL:

Descrição	Carteiras Administradas	Fundos Exclusivos	Fundos Abertos
Cálculo das Medidas de Tendência Central (Média e Mediana)	Sim	Sim	Sim
Cálculo das Medidas Tradicionais de Dispersão (Desvio Padrão e Intervalo)	Sim	Sim	Sim
Curtose e “Skewness”	Sim	Sim	Sim
Índice <i>Sharpe</i>	Não	Não	Sim
“VaR” Paramétrico	Sim (“Student” com retornos mensais)	Sim (“Student” com retornos mensais)	Sim (Normal e “Lognormal” com retornos diários)





"VaR" modificado	Sim	Sim	Sim
"VaR" não Paramétrico	Não	Não	"VaR" Histórico
Histograma de Retornos	Sim (com retornos mensais)	Sim (com retornos mensais)	Sim (com retornos diários)
Cenário Histórico de "Stress"	Não	Não	Sim
"Stress" Médio Decorrido	Não	Não	Sim
"VaR" Médio Decorrido	Não	Não	Sim
"Drawdown" decorrido	Não	Não	Sim
Reamostragem e Cálculo de Desvio Padrão em Duas Amostras (normalidade e "stress")	Não	Não	Sim
Reamostragem – Simulação de "Drawdowns" de cinco dias negativos	Não	Não	Sim

Política de Gestão de Riscos de Contraparte

A Definição de Risco de Contraparte

O risco de contraparte ou de "settlement" ("Herstaatt") deve ser entendido como o tipo de risco de "não pagamento" associado às diferentes partes de um acordo contratual, abrangendo diversos tipos de contratos financeiros em seus diversos momentos: início, manutenção, monitoramento e liquidação.

O risco de contraparte aborda a estabilidade financeira de cada parte envolvida e sua habilidade/capacidade operacional.

A avaliação do grau de risco envolvido com a maioria das formas de empréstimos/investimento deve ser considerada como rotina.

Metodologia de Gerenciamento de Risco de Contraparte

O risco de contrapartida é mitigado pelos seguintes procedimentos:

- Na abertura e na condução das operações:
 - Implementação de trocas significativas de informações e de conhecimento ("due diligence") entre as contrapartes em qualquer tipo de operação e mercado (organizados ou de balcão). Tal procedimento é facilitado e estimulado pelo relacionamento da TITAN CAPITAL na condução de suas operações com instituições;
 - De grande porte;
 - Solidez reconhecida pelo mercado;





- Com publicações claras e frequentes de demonstrativos financeiros;
 - Sítio em internet e com publicações próprias;
 - Com departamento de “compliance” organizado;
 - Notas (ratings) de crédito disponíveis.
 - o Preferência pelo uso de mercados organizados e seus títulos em detrimento de operações de balcão se possível. Como mercado organizado, entendem-se mercados centralizados, automatizados e sincronizados e possuidores de câmaras de compensação ou “clearing”, com cotações de preços disponíveis livres. A priori, estão entre os mercados organizados as bolsas de valores e de futuros;
 - o Uso de quadro analítico completo e integrado da operação, contrato, partes envolvidas para a avaliação de risco de mercado, liquidez e risco de alavancagem, seja em mercado organizado ou mercado de balcão;
 - o Uso de limites de exposição de operação para cada “contraparte” conforme suas características como setor, indústria, nível de atividade no mercado e conceito de grupo econômico.
 - o Preferência por usos de instrumentos de balcão que possuam características que amenizem problemas de crédito, liquidez ou “settlement”;
 - Avaliação de colateral (garantias) existentes em operações, principalmente em mercados de balcão com uso de opiniões de terceiros:
 - o Consultorias contratadas;
 - o Outras instituições de mercado;
 - o Bolsas;
 - o Selic e CETIP;
 - o Agências Auto Reguladoras.
- Na liquidação:
 - Atenção especial a investidores, credores, devedores e instituições internacionais;
 - Atenção especial a instrumentos que não apresentem o processo de “liquidação por diferença” (netting).

Reuniões

Comitê de Investimento

Participantes: Investimentos e Compliance/Risco

Periodicidade: Reunião Quinzenal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Investimento

São discutidos parâmetros econômicos e os possíveis impactos destes parâmetros nas carteiras.

Também é definida a necessidade ou não de balanceamentos nas carteiras. São discutidos:

- Comentários sobre artigos de jornais e artigos acadêmicos – se necessário;





- Comentários sobre estudos de outros bancos e corretoras;
- Discussões sobre variáveis econômicas fundamentais de inflação, renda, atividade econômica, política fiscal e monetária e fluxos cambiais;
- Montagem de cenário econômico, tendências e probabilidades associadas;
- Possíveis impactos nos modelos/estratégias de alocação das carteiras;
- Discussão sobre ativos específicos e seus papéis nas carteiras;
- Revisão do risco da carteira e comentário dos analistas de risco;
- Discussões sobre possíveis investimentos/desinvestimentos na alocação estratégica, desbalanceamentos e operações táticas;
- Tomada de decisão sobre mudanças nas carteiras;
- Planificação e explanação dos perfis das carteiras após mudanças ou balanceamentos com explicitação de potencial retorno e de medidas de risco associados.

Comitê de Alocação

Participantes: Gestão, Compliance e Risco

Periodicidade: Semestral

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Alocação

Os modelos de alocação e outros testes são revistos com manutenção das variáveis financeiras e econômicas, funções econômicas e financeiras e os impactos de alterações nas carteiras de investimentos.

Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Participantes: Risco, Compliance e Gestão

Periodicidade: Mensal

Relatório final: Ata da Reunião do Comitê de Compliance, Risco, Crédito, Liquidez e Revisão de Parâmetros Globais

Reunião mensal cujo objetivo é avaliar os seguintes pontos:

- Aderência das posições da carteira de investimentos aos modelos estratégicos de alocação e, conseqüentemente, aos “benchmarks” e “tracking errors” definidos nestas estratégias;
- Revisões de cenários de “stress” e de perdas máximas associadas;
- Contribuição total de cada operação no resultado e nas medidas de risco da carteira de investimentos;
- Análise do relatório GRL - Revisão Global de Parâmetros.

Estratégia e Procedimentos para Execução

O processo de execução de uma ordem é passo fundamental não só para se atingir objetivos procurados pela gestão, mas, em diversos casos, para se agregar valor aos projetos realizados pela equipe de gestão.

A TITAN CAPITAL acredita que os padrões para uma boa execução (“Best Execution Practices”) devem ser adotados por toda indústria financeira.

A procura apenas pelo menor preço de execução não garante, por si só, melhores práticas para o cliente. A responsabilidade fiduciária existente com o cliente na gestão e controle de risco deve ser estendida também para a execução de ordens.





Duas categorias de informações são relevantes neste tópico:

- Práticas e políticas da empresa em relação à execução;
- Possibilidades e alternativas no mercado para execução.

Práticas e políticas da empresa em relação à execução

A transparência dos custos envolvidos nas execuções ao cliente/investidor é essencial. Para tal é necessário:

- Esclarecimento dos possíveis custos de execução no Termo de Adesão ou outros contratos com clientes;
- Registro e arquivamento de nota de corretagem e amplo acesso à informação;
- Menção nos materiais de marketing da existência de tais custos.

São preocupações e tarefa do Comitê de Investimentos a verificação de custos de transação e processos de execução realizando:

- Revisão da média de custo das operações (por operação e o todo) mensal;
- Reconciliação dos custos com acordos existentes com corretoras e bancos;
- Verificação do impacto das comissões e taxas no desempenho das carteiras de investimentos.

Os custos de execução são proporcionais ao giro dos ativos. A TITAN CAPITAL entende que:

- Os investimentos, desinvestimentos e balanceamentos devem ser executados estritamente quando necessários. São parte da prática de boa gestão (“good business practice”);
- A administração do giro de ativos agrega valor no decorrer do tempo ao cliente;
- Quando possível e quando não interferir no processo de gestão, o uso do “basket- price approach” (compra de cesta de ações) ou compra de ETFs (“Exchange Traded Funds”) serão utilizados em detrimento do processo de compra/venda de ativos individuais;

A responsabilidade da melhor execução possível (“best execution obligation”) é obrigação da TITAN CAPITAL dentro do processo de gestão;

A realização de “crossed transactions” (transações entre duas contas sob mesma gestão) deve ser evitada. Se realizada, poderá ocorrer apenas mediante autorização dos titulares das contas e com todas as condições esclarecidas e explicitadas.

Seguimos o padrão internacional para tal tipo de operação;

Os procedimentos para operações em mercados ilíquidos e menos eficientes requerem:

- Atenção maior no que se refere a “spreads” e comissões;
- Comparação com uma maior amostra de operações similares ocorridas no passado;
- Explicitação ao cliente das condições existentes e possíveis impactos na rentabilidade da operação;





- Acompanhamento da conclusão da operação e revisão.

Alguns procedimentos operacionais devem sempre ser respeitados no sentido de garantir a melhor execução das ordens:

- Gravação de todas as ordens de compra e venda;
- Esclarecimento de tipos de ordens existentes (mercado, limitada, “stop”, “Good-till-cancelled,” válidas pelo dia, “stop limited”);
- Procedimento de colocação de ordem com padrões de verificação (“due diligence”);
- Confirmação imediata das ordens pelas corretoras;
- Registro por escrito e conciliação das operações efetuadas;
- Definição do comitente no momento da operação;
- O rateio das operações entre mais de um fundo, se houver, deverá ser feito respeitando o mesmo preço médio para todos os fundos;
- As operações realizadas durante o dia deverão ser boletadas na interface do sistema utilizado pelo administrador;
- Até o horário de fechamento do CETIP (15h00) devem ser boletadas as operações de compra e venda de papéis de renda fixa e as operações de SELIC;
- A partir do fechamento dos pregões de DI e Dólar da BM&F são boletadas as operações nestes mercados;
- A partir do horário de fechamento dos pregões de Bovespa são boletadas as operações com ações, opções e futuros de índice negociado na BM&F.

Possibilidades e alternativas no mercado para execução

A comissão e taxas geradas por uma carteira são cobradas do cliente, mas o uso e direcionamento desta comissão são propriedades do cliente. Assim, os Gestores têm o dever para com os clientes de buscar a melhor execução para todas as operações, não considerando apenas fatores quantitativos, mas também fatores qualitativos.

A identificação de fatores para seleção de executores de ordens é fundamental:

- Identificação das características necessárias
 - Solidez do executor (corretoras);
 - Capacidade operacional:
 - o Número de operações executadas com sucesso;
 - o Agilidade e velocidade durante períodos de volatilidade elevada;
 - o Capacidade de executar estratégias diferenciadas como arbitragem de ativos diferentes, arbitragem de vencimentos, estratégias com opções, etc.;
 - o Capacidade e eficiência na liquidação de posições na busca de liquidez em mercados com condições adversas;
 - o Livro de oferta amplo na execução;
 - o Competência para executar com eficiência diferentes tipos de ordens;
 - o Correção de erros de execução de maneira satisfatória e com ressarcimento de prejuízos;
 - o Facilidade para operar em mercado “after-market”.
 - Infraestrutura material e relatórios:
 - o Telefonia adequada;
 - o Relatórios precisos de confirmação das operações.
 - “Research”:
 - o Proprietário ou de terceiros;
 - o Acesso aos analistas de empresas, econômicos ou políticos.





- Operações com beneficiários suspeitos:
 - o Operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos envolvidos;
 - o Operações com a participação de pessoas naturais residentes ou entidades constituídas em países e territórios não cooperantes, nos termos das cartas circulares editadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF;
 - o Pagamentos a terceiros, sob qualquer forma, por conta de liquidação de operações ou resgates de valores depositados em garantia, registrados em nome do cliente;
 - o Depósitos ou transferências realizadas por terceiros para a liquidação de operações de cliente ou para prestação de garantia em operações nos mercados de liquidação futura.
- Operações com motivos suspeitos ou razões não evidentes ou claras:
 - o Operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume e/ou frequência de negócios de qualquer das partes envolvidas;
 - o Operações realizadas com finalidade de gerar perda ou ganho para as quais falte, objetivamente, fundamento econômico;
 - o Transferências privadas de recursos e de valores mobiliários sem motivação aparente.
- Formas suspeitas de pagamento:
 - o Operações liquidadas em espécie, se e quando permitido.

Política de Gestão de Risco de Liquidez

Escopo e Descrição da Política de Gerenciamento de Liquidez

Este documento (“política”) tem como finalidade estabelecer políticas, estrutura, diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de risco de liquidez (GRL) da TITAN CAPITAL. O documento segue o modelo de política com o estabelecimento de:

- Conceitos necessários ao gerenciamento do risco de liquidez (“políticas”);
- Criação e manutenção de estrutura de organização, de recurso material, informação e de tecnologia necessários à implantação destas políticas (“estrutura”);
- Definição de conceitos necessários para quantificação, entendimento, administração e controle do risco de liquidez (“diretrizes”) e a concretização de práticas de rotina que permitem a instrumentação e funcionamento desta política (“procedimentos”);
- Ajustes para solução de descasamentos de liquidez entre ativo e passivo (“contingências”) são recomendados.

A política serve como guia de orientação no procedimento da gestão de recursos, com caráter restritivo em termos operacionais, incluindo execuções de operações e aplicações financeiras.

Todas as informações, opiniões e valores eventualmente indicados estarão sujeitos a alterações mediante atualização e registro de versão atualizada da política.

A TITAN CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (doravante designada TITAN





CAPITAL ou GESTORA) é uma sociedade autorizada a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários no amparo da Instrução CVM nº 306/99, conforme Ato Declaratório nº 10.727 de 07 de dezembro de 2009, com sede na Avenida São João, 2375, Jardim das Colinas sala 605, cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.442.603/0001-05.

Definição de Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o evento da possibilidade de que um determinado ativo não possa ser comercializado ou trocado com rapidez suficiente (e sem descontos significativos) em troca de recursos em dinheiro (ou caixa) no mercado.

Tal situação tem uma complexidade maior quando existe a necessidade de pagamento ou financiamento de um passivo por parte da venda deste ativo.

Este é o fator primário da necessidade de gerenciamento do risco de liquidez: prover recursos para cumprimento das obrigações de passivo, evitando-se a chamada falta de liquidez.

Entre as obrigações do fundo encontram-se:

- Resgates eventuais e periódicos de cotistas;
- Pagamentos de encargos, impostos e taxas no fundo;
- Pagamento e/ou depósito de garantias e margens.

Uma posição de mercado pode ter seu risco de mercado “hedgeado”, mas ainda assim envolver o risco de liquidez. O caso “Metallgesellschaft” em 1993 é um exemplo.

Contratos futuros foram utilizados para hedge de obrigações de balcão (“over-the-counter”). Entretanto, grandes chamadas de margem e prestação de garantias que exigiam liquidez destes contratos obrigaram a instituição a realizar liquidações forçadas, gerando grandes prejuízos.

Como fatores secundários no gerenciamento de liquidez, encontram-se outros eventos:

- Perda das características de investimento (“style drift”): adulteração dos objetivos de investimento devido à liquidação forçada de ativos em momentos não planejados ou inadequados. Um fundo, por exemplo, pode ser obrigado a liquidar seus títulos com maior variação de preços em um momento inadequado para atender um passivo;
- Deterioração do retorno do cotista pelo evento de “cash drag”: o excesso de liquidez e possível “não alocação” dos recursos dos cotistas nos investimentos de caráter central de um fundo deterioram seu potencial retorno;
- Perda e/ou desenquadramento de um fundo na questão do tratamento tributário de longo prazo.

Os dois últimos eventos são decorrentes do chamado excesso de liquidez.

Assim, o gerenciamento do risco de liquidez (doravante “GRL”) mostra-se como necessidade, fazendo parte da relação fiduciária estabelecida entre gestora e cliente.

Objetivo da Gestão de Risco e Hierarquia de Decisão





O objetivo desta política é estabelecer diretrizes e práticas a serem adotadas para a realização do gerenciamento de risco e liquidez, incluindo:

- Definição de estrutura de recursos materiais e humanos com foco na geração do relatório GRL (Gerenciamento de Risco de Liquidez);
- Definição de formato de relatório e seu uso;
- Qualidade mínima dos dados de entrada e fontes;
- Definição de metas quantitativas, objetivos e restrições;
- Condições de ajuste, correção e enquadramento da situação corrente dos fundos versus objetivos originais e restrições, incluindo procedimentos de “enforcement” e adequação.

O órgão responsável por decisões de gerenciamento de liquidez será o Comitê de Risco de Liquidez.

Os seguintes membros são elegíveis para o comitê:

- Área de Risco (um voto);
- Compliance (um voto);
- Gestão (um voto).

Haverá dois tipos de reunião de comitê:

- Reuniões de acompanhamento: com frequência mensal (Comitê de Investimento) com a finalidade de acompanhamento, manutenção e eventuais correções de portfólio;
- Reuniões de política de risco: com frequência periódica no mínimo semestral e com convocação estabelecida por registro e ata. O objetivo desta reunião é a revisão de políticas de risco e regras estabelecidas, além de avaliação da condução do gestor. Alterações de política podem ser realizadas apenas nessas reuniões e devem ocorrer após decisões obrigatoriamente unânimes dos membros do comitê.

Os procedimentos e limites definidos nesta política são preponderantes sobre as decisões de investimento de cotidiano do gestor, principalmente no que tange a métricas e parâmetros quantitativos, sendo a violação destes interpretada como desenquadramento.

O desenquadramento pode ser classificado como passivo, decorrente de situações de mercado (variações de preço, liquidações e execuções com diferenças de datas, problemas de crédito entre outros) ou considerado ativo, aquele que ocorre voluntariamente posterior à ciência da informação, sendo este de caráter mais grave.

Abrangência da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A abrangência desta política irá depender do:

- Tipo de fundo de investimentos: exclusivo, restrito ou aberto;
 - Público alvo do fundo de investimentos: destinado ao público em geral ou ao investidor qualificado.
- Fundos de Investimentos Exclusivo, Restrito ou Aberto





Esta política, suas respectivas diretrizes e práticas abrangem os fundos constituídos sob a forma de condomínio aberto.

Para fundos exclusivos e restritos, esta política e suas diretrizes não se aplicam. Cotista de fundos exclusivos e/ou restritos possui como característica a customização do fundo conforme seu perfil.

Os planos de investimento (“Investment Policy Statement”) e documentos de auxílio na definição de perfil do cliente devem possuir seção específica e explícita com o tema de necessidades, restrições e projeções de liquidez. Tal seção deve ser customizada.

Um cronograma deve ser apresentado, seja aberto ou pré-definido para anos vindouros. Esta política abrangerá todos os fundos de condomínio aberto, independente do público-alvo.

- Fundo de Condomínio Aberto

Para fundo de condomínio aberto voltado para o público em geral com mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido em ativos de crédito privado, foi estabelecida orientação de metodologia em documento anexo à Deliberação 67 da Anbima, denominado Diretrizes para Gerenciamento de Risco de Liquidez para Fundos com Investimentos em Ativos de Crédito Privado, com procedimentos mínimos para enquadramento/descasamento do ativo para o passivo.

Por decisão interna da gestora, todos os fundos de condomínio aberto com mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido em ativos de crédito privado, independente do público-alvo, seguirão a mesma orientação da Metodologia de Cálculo de Liquidez para Fundos com Investimentos em Ativos de Crédito Privado publicado pela Anbima.

Vigência e Alterações

O período de início de vigência será estabelecido no dia 20/02/2015, data de publicação interna do manual de GRL. Atualizações nesta política podem ser realizadas após comitê formado por gestor, análise de risco e compliance.

Estrutura de Gestão de Risco

Controladoria

A gestão de risco será realizada dentro do conceito amplo de gestão de investimentos no dia a dia, sendo o risco de liquidez um tipo de risco inerente aos investimentos assim como o risco de mercado, o risco de reinvestimento, o risco de crédito, o risco de regulação, o risco operacional entre outros.

A sua administração não é dissociável da atividade de gestão.

A controladoria dos parâmetros quantitativos do risco de liquidez será realizada, entretanto, pela área de risco da TITAN CAPITAL fora da atuação da gestão.

Mapa do Sistema de Risco

O sistema de risco é composto:

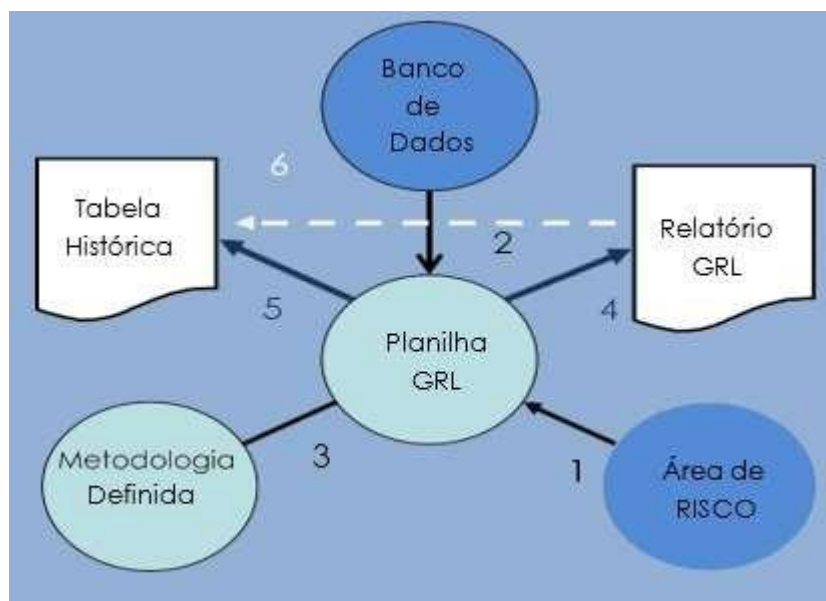
- Pela área de análise de risco





Esta área será a mesma responsável pela mensuração de outros tipos de risco (mercado, crédito);

- Pela estrutura material e organizacional:
 - Fluxo de informações;
 - Recursos de softwares/hardware/banco de dados e;
 - Relatórios descritos a seguir:
- Fluxograma de informações para geração de controle e relatórios



- Descrição do fluxo:
 - A área de risco faz a manutenção e atualização da planilha GRL;
 - O banco de dados alimenta planilha com dados externos;
 - A metodologia definida nesta política é utilizada para mensuração de parâmetros e dados de saída da planilha GRL;
 - Máscara com dados de saída da planilha GRL é emitida em PDF, gerando relatório mensal do Gerenciamento de Risco e Liquidez;
 - Tabela de dados históricos com parâmetros-chaves é atualizada e registrada para verificação de histórico da gestão;
 - Tabela sintética permite acompanhamento do conjunto de relatórios Gerenciamento de Risco e Liquidez (GRL).
- Software de planilha eletrônica do GRL
 - É dedicada exclusivamente ao risco de liquidez com metodologia definida e detalhada em item específico com procedimentos;
 - Banco de dados de alimentação da planilha GRL em planilha separada com atualização semanal;

A alimentação do banco de dados deve ser externa:

- Sistemas de informação:
 - Bloomberg;





- Reuters;
- ADVFn.
- Dados públicos:
 - Site www.debentures.com.br da Anbima;
 - Calculadora CONFERE (Anbima);
 - Site da CVM (www.cvm.gov.br);
 - Cetip Trader.
- Relacionamento
 - Dados provenientes do administrador dos fundos geridos pela TITAN CAPITAL;
 - Dados provenientes do emissor, gestor, administrador fiduciário, trustee de títulos, notadamente títulos privados e fundos (ICVM 555 e outras legislações pertinentes).

Relatório GRL (em PDF) resultante da planilha de riscos com informação para o gestor e área de compliance.

A peça de controle central será o Relatório de Gerenciamento de Risco (Relatório GRL), sendo sua descrição detalhada em item específico de diretrizes e procedimentos.

O relatório deve ser semanal com registro mensal e conter:

- Tabela com controle com de comparação entre limites estabelecidos e dados reais;
- Manutenção de registros em servidor e backup profissional no prazo mínimo de cinco anos a contar de 20/2/2015.

Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento de Risco Liquidez

Padrões Mínimos de Segurança – Ativo e Passivo

Os limites mínimos de funcionalidade para o ativo e passivo são considerados cláusulas fundamentais nesta política, sendo definidos como básico nos funcionamentos dos fundos.

- Ativo - Disponibilidade/Liquidez Mínima

A liquidez mínima do ativo para os fundos é determinada conforme:

- Número de cotistas e;
- Grau de dispersão da propriedade das cotas;

Como parâmetro mínimo de liquidez é estabelecido:

- Fundos com menos de 35 cotistas:
 - o 18% (dezoito por cento) do patrimônio líquido do fundo, no mínimo, deve estar alocado em títulos públicos e/ou fundos de renda fixa de curto prazo ou referenciados em DI e;
 - o No caso de o maior cotista individual possuir volume superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo, o valor mínimo descrito no item anterior será elevado para 25% (vinte e cinco por cento);
 - o Os títulos de crédito privados individuais, NÃO incluindo os fundos de





renda fixa ou de direitos creditórios, devem seguir estrutura de “laddering” com intervalo máximo de um ano entre os degraus.

- Fundos com mais de 35 cotistas:
 - o 15% (quinze por cento) do patrimônio Líquido do fundo devem estar alocados em títulos públicos e/ou fundos de renda fixa de curto prazo ou referenciados em DI.
- Passivo - Regras Mínimas de Carência em Resgates

Como padrão de segurança no lado da demanda do passivo, regras de carência estendida de resgate são estabelecidas.

Os prazos mínimos de resgate das cotas dos fundos em discussão da gestora serão previstos nos regulamentos, conforme tipo de fundo e composição do ativo.

Seguem abaixo as regras mínimas:

- Fundos multimercados devem possuir prazo de liquidação de no mínimo de 20 dias corridos caso não possuam característica dominante de renda fixa;
- Fundos com carteira com valores superiores a 10% (dez por cento) em crédito privado, incluindo fundos multimercados, devem possuir prazo de liquidação de no mínimo 60 dias corridos;
- Os demais casos ficam a critério da gestora.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e Liquidez

Objetivo

O objetivo do relatório Gerenciamento de Risco e Liquidez é prover informações para a administração conjunta do ativo com o passivo (a partir de agora chamado de ALM: “Asset Liability Management”), buscando a compatibilização entre o prazo de liquidação dos ativos com o prazo de atendimento da demanda do passivo.

Além de atender os limites mínimos de liquidez nos ativos de seus fundos, conforme descrito nesse material, a gestora deve garantir que a liquidez do ativo deve ser maior ou igual à liquidez do passivo do fundo nos vértices de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis (DUs).

Parâmetro – Análise do Ativo

- Característica individual de cada ativo

A liquidez do ativo, considerando suas características individuais, será medida conforme a decomposição dos fluxos de pagamento dos ativos.

Todos os ativos, incluindo os instrumentos alternativos, os de mercado externo e os customizados, serão tratados de maneira similar no que tange a fluxos intermediários e vencimentos.

Os fluxos de pagamento podem decorrer do processo natural de remuneração (juros e dividendos) e vencimento natural do título ou por liquidações antecipadas, geradas por vendas e realização de possíveis características como opções ou cláusulas de “covenants”. Títulos em garantia e/ou caução de outras operações também serão





considerados.

As características de liquidez das operações geradoras destas garantias serão consideradas influências primárias no aspecto de liquidez dos títulos em garantia ou caução em si.

As medidas de liquidez ocorrerão para os prazos de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis com os fluxos considerados até a data de vetor, conforme matriz abaixo:

1 DU	5 DU	21 DU	42 DU	63 DU	126 DU	252 DU
Vn = Valores a receber em um dia + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em cinco dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 21 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 42 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 63 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 126 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 252 dias + possibilidade de liquidação antecipada

O fluxo monetário do ativo será classificado, em cada vetor, conforme seu prazo esperado de monetização, seja de valores a receber do processo natural de remuneração e/ou vencimento, seja pela possibilidade e capacidade do fundo de liquidá-lo.

Este segundo componente (possibilidade e capacidade de liquidação) é derivado de suposição teórica e pode ser sujeito a descontos e ajustes, descritos a seguir.

- **Vn** será o valor possível (esperado) de monetização dentro do prazo de n dias, seja por recebimento de remuneração (juros e dividendos), vencimento ou liquidação antecipada (venda) de cada ativo.
- **Vn%** será o valor proporcional da soma dos fluxos esperados de todos ativos dentro de um vetor de tempo em relação ao valor total da carteira, seguindo os mesmos conceitos descritos anteriormente.
- Ativos de renda variável e derivativos

Os títulos de renda variável (incluindo fundos de ações e multimercados) e os derivativos (futuros, termo, swap e opções), registrados em mercados organizados de bolsa e balcão, terão como prazo de liquidação aqueles estabelecidos formalmente pelas entidades correspondentes.

A exceção ocorre quando o “spread” de compra-venda (“bid-ask”) for superior a 10% (com base do “bid”) e/ou no caso em que não haja negociações nos últimos dez dias úteis.

Deve-se assim se somar dez dias úteis (DUs) ao prazo de liquidação normal do definido pela Bolsa.

Exemplo:

Ação (com “spread” em excesso de 10%) = três dias (padrão corrente) + dez dias (ajuste) = treze dias.

Contratos derivativos terão como referência suas datas formais previstas de liquidação, mesmo que haja possibilidade de liquidação antecipada ou garantia de mercado secundário por “market maker”.





- Depósitos de margem e garantias

Os títulos em garantia terão seu prazo de liquidez ajustado ao contrato em que eles fazem jus.

Um título público em garantia de um contrato de “swap”, por exemplo, terá seu prazo de liquidação ajustado ao prazo de contrato do “swap”. O valor em garantia deve ser considerado.

Ativos no exterior terão seus fluxos de remuneração (dividendos e juros), vencimentos e/ou liquidações antecipadas ajustadas por um prazo adicional de 48 horas para consideração do câmbio necessário para o ingresso de divisas.

- Renda Fixa: Crédito privado e cotas de fundos de renda fixa

Para títulos privados de renda fixa, devem ser considerados dois tratamentos de ajuste:

- Ajuste no valor monetário esperado de liquidação antecipada (venda);
- Ajuste no prazo esperado de monetização.
- Para o primeiro item, um desconto denominado Custo Exógeno de Liquidez - CEL será aplicado sobre o valor principal de venda do título privado para o cálculo de V_n .
- A finalidade é emular um “spread” de venda existente no mercado.
- O padrão do CEL será de 2% (dois por cento) sobre o valor esperado de liquidação em cenário de normalidade econômica. Em cenário de “stress”, o valor do CEL será de 10% (dez por cento). Para títulos públicos, o CEL será zero.
- Assim:
 - o V_n título privados = valor esperado monetário x (1-CEL%)Um fator de ajuste de redução de prazo será empregado no cálculo de previsão da disponibilidade do recurso resultante de uma venda. Este fator difere para cada ativo. Por exemplo, títulos públicos podem ser liquidados a qualquer momento com recebimento de caixa no próprio dia de liquidação. Assim o fator de ajuste empregado seria 0 (zero). Este fator zerado, multiplicado pelo prazo de vencimento, reduz para zero o tempo estimado de recebimento do caixa resultante da venda, indicando uma alta liquidez do ativo.

Para títulos privados que não tenham liquidez, o usual é o emprego de um fator igual a 1 (um). Esse fator, multiplicado pelo prazo de vencimento do título, mantém este mesmo prazo de vencimento como melhor estimativa do prazo de recebimento.

Formalizando, definimos D_n como o prazo normal de monetização de um título. V_n trata de valores e D_n de prazos. D_n será igual à duração (“duration”) de “Macaulay”, que é o prazo médio de recebimento de um título.

Como alternativa à “duration”, pode-se empregar como prazo de monetização o próprio vencimento em situações de dificuldade de obtenção de dados. O resultado, obrigatoriamente traz um cenário mais conservador na estimativa da liquidez dos vértices de tempo do ativo.

Seguindo fórmula recomendada pela Anbima em seu guia de Metodologia de Cálculo de Liquidez para Fundos em Ativos de Crédito





Privado, um ajuste (Ajuste Redução) deve ser feito sobre o prazo esperado de monetização de um ativo (Dn), conforme a facilidade de sua liquidação.

Como indicação de Ajuste de Redução de prazos, segue tabela abaixo:

Ativo	Ajuste de Redução
CDBs (cláusula de recompra pela curva)	0% (fator 0)
Título Público	
Over	
Eurobond	25% (fator 0,25)
CDB N (sem recompra), CDB M (recompra a mercado).	50% (fator 0,50)
Letra Financeira	
Debênture ICVM400	
CDB Subordinado	75% (0,75)
Letras Financeiras Subordinadas	
Debênture ICVM476	
Nota Promissória	
Fundo de Investimento Imobiliário com negociação em bolsa	
Debênture ICVM400 com cláusula de call	
Debênture ICVM476 com cláusula de call	100% (fator 1)
DPGE	
FIDC Fechado	
CCB, CCCB	
CRI, CRA, CDCA, CCI, CPR	
Letra de Crédito	
Compromissada	
Fundo de Investimento Imobiliário	
COE – Certificado de Operações Estruturadas	

Fica a critério da gestora o uso de fator 1 (conservador) no lugar da tabela da Anbima.

A fórmula para o prazo esperado de liquidação do ativo será assim:

$$\text{Prazo Esperado de Monetização} = \text{Dn} \times \text{Ajuste Redução}$$

- Características de Cenário (Ajuste Macro):

O manual de gerenciamento de liquidez deve abranger o tratamento de cenários. Um ativo de baixa liquidez é influenciado por fatores como:

- Número limitado de participantes de mercado;
- Baixos volumes;
- Pouca profundidade.

O mercado de títulos privados de renda fixa no Brasil é exemplo destes problemas.

Um ativo perde liquidez por motivos macroeconômicos:

- Volatilidade de mercado;
- Ansiedade no sistema;
- Problemas ou boatos de problemas de crédito de empresas.

Fatores de cenário devem ser considerados no processo de monetização de títulos de





rendafixa.

Dois cenários serão previstos neste manual:

- Cenário de normalidade: uso de procedimento abordado no item anterior com a manutenção da fórmula de cálculo de prazo de liquidação do ativo descrita anteriormente, sem ajustes adicionais.

**Prazo Esperado de Monetização =
Dn x Ajuste Redução**

- Cenário de “stress”: além da medida usual, um fator adicional de 1,4 (quarenta por cento adicionais) será considerado como Fcenário.

Nesse segundo caso, a expectativa de recebimento pode ficar superior ao prazo de vencimento do ativo, o que é considerado pela TITAN CAPITAL como uma possibilidade de existência de “default” e eventual processo de recuperação de crédito.

**Prazo Esperado de Monetização (sob “stress”) =
Dn x Ajuste Redução x Fcenário**

**Prazo Esperado de Monetização (sob “stress”) =
Dn x Ajuste Redução x 1,4**

- Definições de cenários de “stress”:
 - Mercado americano com o índice Chicago Board Options Exchange SPX Volatility Index © acima de 45;
 - Cenário de queda do Ibovespa que provoque a utilização do sistema de “circuit- breaker” (15% inicialmente, 20% posteriormente);
 - Cenário de elevação de câmbio USD/BRL de mais de 10% em um dia;
 - Problema de crédito ou liquidez em instituições líderes do sistema bancário privado ou público brasileiro (S1 e S2);
 - Problema sistêmico em qualquer mercado emergente BRIC (Brasil, Índia, Rússia e China) que afete diretamente títulos de emissão pública;
 - Problema de crédito ou liquidez em instituições líderes do sistema corporativo;
 - Outros problemas que causem disfunção conforme apreciação do comitê de investimentos.
- Parâmetro - Análise do Passivo

Para realizar a análise do passivo, a TITAN CAPITAL estimará o comportamento usual do passivo de seus fundos para os vértices de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis, junto ao administrador, provedor de dados.

O prazo em dias úteis pode ser também substituído pelo prazo de dias corridos correspondentes.

Adicionalmente às regras mínimas de carência resgate, o cálculo para a demanda do passivo incluirá o cálculo de média esperada de valor de resgate em condições ordinárias com a adição de incremento de margem de segurança em casos de “stress”.

O seguinte método deve ser realizado:





- Cálculo da média aritmética (\bar{X}) dos valores diários de resgates de todos os dias úteis, incluindo os dias sem transação de resgate no prazo mínimo de 1 (um ano). Considerar o valor de zero para os dias sem resgate.
- Ajuste da média conforme fórmula abaixo:
 - o Resgate Diário Médio Ajustado (RDMA) = $\bar{x} * 1,20$
- Calcular o valor do período ajustado:
 - o Resgate Ajustado (RA) = RDMA * DU (dias úteis);
- Em cenários de “stress”, considerar fator adicional de 100% (2):
 - o Resgate Diário Médio Ajustado sob “Stress” (RDMA) = $\bar{x} * 2$.
- Para fundos em que o maior cotista detenha mais que 10% (dez por cento), considera-se o valor de patrimônio do maior cotista como demanda do passivo caso esse número seja superior ao calculado pelo método descrito anterior;
- Em cenário de “stress”, considera-se a soma do valor de patrimônio dos 2 (dois) maiores cotistas como demanda do passivo, caso o valor seja superior ao calculado pelo método anterior.

- Relação entre Liquidez dos Ativos e Passivos

O relatório GRL deve, de maneira sintética, encerrar comparação entre ativo e passivo, considerando:

- Prazo analisado (em dias úteis);
- % Líquido ativo (em relação ao Patrimônio Líquido do fundo - PL);
- % Demanda do passivo (em relação ao PL Total do fundo);
- % Δ Diferença.

Diagnóstico da situação (Δ Ativo Líquido e Demanda do Passivo em %);

- Excesso de liquidez: $>20\%PL$;
- Adequado: excesso de liquidez entre 5% e 20% do PL;
- Atenção: $< 5\%$ do PL;
- Descasado: % Ativo Líquido $<$ % Demanda do Passivo

Prazos (DU)	% Ativo Líquido/ Patrimônio Líquido	% Demanda do Passivo/Patrimônio Líquido	% Δ Diferença/Patrimônio Líquido	Situação do fundo
Um			$>20\%PL$	Excesso (cash drag)
5			12% PL	Adequado
21			$<5\%$ PL	Atenção
42			Negativo	Descasado
63				
126				
252				





Políticas de Contingência

Os seguintes procedimentos de correção serão adotados pela gestora em caso de descasamento dos prazos de liquidez do ativo e de demanda do passivo, classificados aqui pela prioridade de decisão:

- Em verificação semanal, o fundo estará descasado caso a liquidez do ativo seja menor que do passivo;
- O fundo entrará em processo formal de ajuste com a prioridade da normalização da compatibilidade ALM, iniciando fase chamada de ajuste de liquidez, estabelecida no processo de gestão;
- Neste processo, haverá a contenção de novas aplicações em qualquer tipo de investimento com prazo superior ao de resgate do fundo. Processos de rolagem/renovação também estarão bloqueados, incluindo títulos de renda variável e/ou derivativos;
- Aplicações subsequentes nesta fase de ajuste de liquidez só podem ser realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e/ou fundos de renda fixa referenciados em DI (curto prazo);
- No processo de ajuste de liquidez, a venda de títulos e/ou fundos no mercado secundário terá prioridade. Como norma, ativos tradicionais de renda fixa, sujeitos a menores “spreads” de mercado, serão os primeiros a serem analisados e serão objetos prioritários no processo de liquidação. Neste interim, títulos com “rating” superior a S&P® brAA são os mais indicados. Ativos com menores descontos possuem qualidade superior, sendo sua eventual substituição adequada por títulos públicos e/ou fundos DI;
- Fundos de renda fixa com prazos de liquidação inferiores ao prazo de resgate do fundo da gestora em questão podem ser considerados;
- Ativos e fundos de renda fixa com rating inferior a S&P® brAA e/ou Ajuste Redução superior a 0,50 devem ser considerados posteriormente. Como custo CEL, considerar “spread” máximo de 5% (cinco por cento);
- Diminuição das operações que demandam depósitos de garantias ou margens deve ser realizada após consideração de venda dos títulos e fundos de renda fixa. A exceção ocorre quando o CEL for superior a 5% (cinco por cento);
- Caso o descasamento persista, os ativos restantes podem ser acessados para possíveis liquidações;
- Após a normalização da situação de liquidez do fundo é recomendado fazer novo levantamento da composição de ativos do portfólio e verificar se o objetivo de investimento foi preservado ou sofreu distorções.

PROCESSO DE CONTINGÊNCIA	
FASE UM	RECONHECIMENTO DE DESCASAMENTO
FASE DOIS	FASE DE AJUSTE DE LIQUIDEZ
FASE TRÊS	CONTENÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS / ROLAGENS
FASE QUATRO	LIQUIDAÇÃO
PRIORIDADE	ATIVOS - RENDA FIXA (HIGH GRADE)
	FUNDOS DE RENDA FIXA (HIGH GRADE)
	ATIVOS - RENDA FIXA (HIGH YIELD)
	REDUÇÃO - OPERAÇÕES COM GARANTIAS
	DEMAIS ATIVOS





Política de Gestão de Risco Operacional

A Definição do Risco Operacional

O risco operacional decorre da execução das funções de negócio da empresa. É um conceito muito amplo que enfoca os riscos decorrentes das pessoas, sistemas e processos através dos quais a empresa opera. Ele também inclui outras categorias, tais como riscos de fraude, os riscos jurídicos, físicos ou riscos ambientais.

Com a globalização e a desregulamentação dos mercados financeiros, combinados com a sofisticação crescente da tecnologia financeira, novas complexidades foram introduzidas nas atividades financeiras e, portanto, nos perfis de risco das instituições financeiras.

A lista oficial de Basiléia II, que trata de risco operacional, define os seguintes tipos de eventos:

- Fraudes Internas – apropriação indevida de bens, sonegação fiscal, “mismatching” intencional de cargos, suborno;
- Fraudes externas – roubo de informação, roubo de terceiros e falsificação;
- Problemas trabalhistas e segurança do trabalho - discriminação, compensação dos trabalhadores, saúde e segurança dos colaboradores;
- Clientes, produtos e práticas de negócio: manipulação de mercado, concorrência, comércio indevido, defeitos de produto, violação fiduciária;
- Danos a ativos físicos - catástrofes naturais, terrorismo e vandalismo;
- Rompimento de negócios e falhas de sistemas - interrupções de serviço de concessionárias, falhas de software, falhas de hardware;
- Execução e procedimentos administrativos - erros de entrada de dados, erros de contabilidade, negligência dos ativos dos clientes.

Metodologia de gestão de riscos operacionais

Tais eventos são tratados de maneira rigorosa:

- Fraudes internas e fraudes externas são tratadas com as Políticas Internas de Controle (veja manual de compliance), Políticas de Segurança (veja manual de compliance), Políticas Integradas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (veja manual de compliance), assim como instrumentos disciplinadores – todas previstas no manual de compliance;
- Problemas trabalhistas e segurança do trabalho – a TITAN CAPITAL segue rigorosamente a legislação trabalhista e de proteção ao trabalho vigente;
- Clientes, produtos e práticas de negócio: o tratamento do cliente e





práticas de negócios são observados pelo Código de Ética e Conduta, Política de Adequação dos Investimentos e Normas para Investimento Pessoal e Insider Trading;

- Danos a ativos físicos e rompimento de negócios e falhas de sistemas - os procedimentos são previstos pelas Políticas de Segurança e Plano de Contingência (veja manual de compliance);
- Execução e procedimentos administrativos - os procedimentos são previstos pelas Políticas Internas de Controle.

Existe uma sequência definida de colocação, confirmação e checagem das posições das carteiras e custódia:

- Procedimento 1: Colocação de ordens:
 - A ordem é pré-registrada em planilha de controle com detalhes, esperando por condições de execução;
 - Acompanhamento dos sistemas de informação em relação a condições de mercado para a execução;
 - A ordem é transmitida para corretora executora com descrição completa e procedimentos de checagem e segurança como:
 - Manutenção de sequência padronizada com a corretora;
 - Descrição do produto a ser negociado;
 - Descrição de bolsa ou mercado de balcão a ser operado;
 - Nome do cliente e número de conta;
 - Posição de compra, venda ou venda “short”;
 - Confirmação de quantidade e sua unidade (número de ações ou debêntures, etc.), montante financeiro com checagem dupla como, por exemplo: “Compre 400 (200 mais 200) ou venda 3000 (1500 mais 1500);
 - Descrição por extenso do objeto, com o símbolo apenas como auxiliar da descrição, não podendo vir a ser fornecido em separado ou sem a descrição por extenso;
 - Preço objeto sempre com limites ou qualificadores: ordens a mercado são evitadas. A TITAN CAPITAL é um alocador e não “scalper” ou “day-trader”, a gestora compra direcional, não preço;
 - Em caso de papéis de renda fixa, a taxa informada deve ser acompanhada SEMPRE do PU correspondente;
 - Estimativa de valor financeiro ou nocional ao executor como medida de segurança de execução.
 - Requisição, antes de colocação, que a ordem seja “lida de volta” pela corretora para a TITAN CAPITAL.
- Procedimento 2: Confirmação de ordem:
 - Confirmação de execução de ordem com fornecimento de detalhes pelo operador – “ordem lida de volta agora com as





- características de execução”;
- Primeira verificação de existências de pontos discrepantes na execução;
- Registro de operações com as características de execução;
- Recebimento de Confirmação Eletrônica da execução e confirmação de impacto financeiro;
- Segunda verificação de existência de pontos discrepantes;
- Recebimento de Notas de Corretagem.

- Procedimento 3: Manutenção de registro de controle e checagem:

- Manutenção de registros individuais de posições (com registro por lote) de carteiras ou fundos;
- Manutenção de registros globais (com registro com preço médio) com posições de TODOS clientes e fundos:
 - o Manutenção de aglomerados totais de todas as posições com a soma das posições de cada cliente/fundo com classificação por tipo de produto.

a) forma como a empresa garante a independência do trabalho executado pelo setor

Acreditamos que a independência do trabalho executado pela área de risco, é garantida pelos seguintes itens:

- Separação clara entre gestão da carteira e gestão de risco;
- Pessoal com “know-how” e treinamento adequado;
- Disciplina e consciência nos processos;
- Autoridade e independência efetivas;
- Sistemas específicos para apoiar as análises de risco.

8.11. Fornecer informações sobre a estrutura mantida para as atividades de tesouraria, de controle e processamento de ativos e da escrituração de cotas, incluindo:

A TITAN CAPITAL não faz administração fiduciária.

a) quantidade de profissionais

Não há.

b) os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

Não há.

c) a indicação de um responsável pela área e descrição de sua experiência na atividade

Não há.

8.12. Fornecer informações sobre a área responsável pela



**distribuição de cotas de fundos de investimento, incluindo:**

A TITAN CAPITAL é distribuidora de cotas de fundos de investimento e fundos de investimento próprio.

a) quantidade de profissionais

01 (hum) profissional:

Christian Loretti Sant'Anna - Diretor-Sócio|Gestor.

b) natureza das atividades desenvolvidas pelos seus integrantes

- Condução de reuniões com investidores institucionais; e
- Distribuição de cotas de fundos de investimentos geridos pela Titan Capital Gestão de Recursos Ltda.

c) programa de treinamento dos profissionais envolvidos na distribuição de cotas

A área de Compliance é responsável pelo treinamento das áreas diretamente relacionadas às atividades dispostas na Política de Distribuição de Cotas de Fundo de Investimento.

d) infraestrutura disponível, contendo relação discriminada dos equipamentos e serviços utilizados na distribuição

À infraestrutura para a prestação de serviços utilizados na distribuição de fundos, segue a Política de Segurança da Informação da Titan Capital Gestão de Recursos Ltda.

A descrição dos equipamentos segue abaixo:

Referência	Local	Tipo de Equipamento	Modelo/Equipamento	Especificações Técnicas	Fabricante	Sistema Operacional	Status	Data de Instalação	Observações
SRV01	REC	SERVIDOR TORRE	Magnum Montado	Core 2 duo E6400 3.00 GHz, 170, 4GB RAM	N/A	Linux/Ubuntu 15.10	INSTALADO	11/03/2019	OK
SRV02	REC	SERVER	Magnum Montado	Dual core E5700 3.00 GHz, 350GB, 2GB RAM	N/A	Windows 7 32bit	INSTALADO	11/03/2019	OK
SRV03	REC	SERVER	Magnum Montado	Dual Core E5700 3.00 GHz, 350GB, 2GB RAM	N/A	Windows 7 32bit	INSTALADO	11/03/2019	OK
SRV04	REC	SERVER	Magnum Montado	Dual core E5700 3.00 GHz, 350GB, 2GB RAM	N/A	Windows 7 32bit	INSTALADO	11/03/2019	OK
SRV05	REC	MONITOR	D2201C		DGL		INSTALADO	11/03/2019	
SRV06	REC	UNIDADE DE BACKUP EXT	HD PEXM/J Samsung MR	1TB - USB 3.0	PERKINS		INSTALADO	11/03/2019	
SRV07	REC	UNIDADE DE BACKUP EXT	HD Portável Toshiba	1TB - USB 3.0	Toshiba		INSTALADO	11/03/2019	
SRV08	REC	MONITOR	HP231AW		HP		INSTALADO	11/03/2019	
SRV09	REC	MONITOR	W1703T		LG		INSTALADO	11/03/2019	
SRV10	REC	MONITOR	30W59NAGA		SPECTRE		INSTALADO	11/03/2019	
SRV11	REC	IMPRESSORA	HP8000 P10	Multi-funcional Corante Wif	HP		INSTALADO	11/03/2019	
SRV12	REC	IMPRESSORA	HP DTP 5000T 4515	Multi-funcional Corante Wif	HP		INSTALADO	11/03/2019	
SRV13	REC	ROTEADOR	NSP7700G	700V4	SMS		INSTALADO	11/03/2019	
SRV14	REC	ROTEADOR	NSP7700G	700V4	SMS		INSTALADO	11/03/2019	
SRV15	REC	ROTEADOR			NETOROLA		INSTALADO	11/03/2019	BANDA LARGA NET
SRV16	REC	ROTEADOR			COLETER		INSTALADO	11/03/2019	BANDA LARGA VIVO**

Além disso, arquivos digitais de natureza confidencial relacionados à distribuição de cotas devem ser exclusivamente acessados pelos profissionais envolvidos em tais atividades.

O processo de distribuição de cotas é gerenciado por algumas planilhas de Excel e relatórios de visitas, no qual todas as reuniões com cotistas e potenciais investidores são registradas e armazenadas.

Eventuais documentos fornecidos também são controlados, visando acompanhar o cumprimento de limitações regulatórias relacionadas ao número de investidores acessos e respectivo perfil.





Alguns formulários específicos podem ser desenvolvidos em Word para fins de cadastro de cotistas.

e) os sistemas de informação, as rotinas e os procedimentos envolvidos

A atividade de distribuição terá rotinas estritas no que se refere à “suitability” (verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente) e prevenção à lavagem de dinheiro (identificação, o cadastro, o registro, a operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa referentes aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores), conforme discriminadas no Manual de Compliance.

Tais verificações serão feitas mediante análise de questionários e documentos fornecidos pelo cliente, bem como investigações independentes realizadas pela Área de Compliance.

Após a verificação do cadastro do cliente de sua conduta, da Política de “Suitability” e da Política de Investimento, o produto será apresentado ao cliente de acordo com o exigido pelas disposições regulatórias e autorregulatórias.

Considerando que a atividade de distribuição englobará exclusivamente os fundos geridos pela própria gestora, quando da efetiva distribuição (subscrição e integralização), a gestora sempre contará com o auxílio do administrador fiduciário dos fundos nos procedimentos de liquidação e registro das cotas.

8.13. Fornecer outras informações que a empresa julgue relevantes

Não há.

9. Remuneração da empresa

9.1. Em relação a cada serviço prestado ou produto gerido, conforme descrito no item 6.1, indicar as principais formas de remuneração que pratica.

A TITAN CAPITAL atua no serviço de gestão de contas individuais, porém, o seu foco é na criação e gestão de fundos de investimentos abertos e exclusivos, frutos de parcerias comerciais. A TITAN CAPITAL irá estabelecer parcerias com pessoas jurídicas de agentes autônomos com plano de distribuição de seus fundos de investimento.

Gestão Discrecional de Contas de Investimento Individuais - a gestão de carteira individual ou portfólio administrado é um instrumento moderno de serviço de gestão que abrange diferentes tipos de investimentos, procurando sempre atingir e respeitar os objetivos e necessidades do cliente de maneira customizada e exclusiva. O mandato é concedido pelo cliente à TITAN CAPITAL por contrato de procuração registrado na instituição financeira, onde o cliente mantém a conta.





Dentro de um processo de segmentação de clientes, a TITAN CAPITAL tem praticado taxas compatíveis de mercado para carteiras individuais, conforme descrição abaixo:

- Taxa de gestão média de 0,50% a.a. sobre o patrimônio médio mensal para carteiras com perfil conservador;
- 0,85% a.a. sobre o patrimônio médio mensal para clientes com carteiras balanceadas e;
- 1,00% a.a. sobre o patrimônio médio mensal para carteiras com perfil agressivo

9.1.2. Gestão de Fundos Exclusivos

O fundo exclusivo destina-se ao investidor qualificado, possuindo apenas este como único cotista. Entre outras vantagens estão benefícios tributários, existência de quota única com atualização diária, consolidação de todos os investimentos para melhor acompanhamento gerencial, auditoria terceirizada e registro na Anbima.

9.1.3. Gestão de Fundos de Investimentos Abertos

Entre os fundos abertos planejados encontram-se:

- Fundos de investimento multimercados estratégia específica: O fundo realiza investimentos exclusivamente em títulos públicos. Utiliza uma abordagem top-down, fundamentada com análise quantitativa e com o emprego de algoritmos que definem alocações dinâmicas conforme ambiente de risco e cenário de juros.
- Operações com exposições adicionais em títulos com prazo limite de cinco anos podem ser utilizadas em cenários de rentabilidade negativa e picos de volatilidade, seguindo regras predefinidas.
- Posições em crédito privado não serão permitidas.
- Instrumentos de caixa poderão ocupar no máximo 10% da posição.
- O fundo pode trabalhar com alavancagem de até 20% da sua posição. As taxas médias praticadas são:

	Taxa de Administração	Taxa de Gestão
UTILITY CREDIT	0,20% a.a ou R\$ 3.500,00 a.m	0,30% a.a ou R\$ 3.500,00 a.m
RUPTOR	* mínimo R\$ 7.000,00 a.m.	0,25% a.a ou R\$ 3.500,00 a.m
FIDC PEAK	0,20% a.a ou R\$ 15.000,00 a.m	0,25% a.a ou R\$ 12.500,00 a.m
DEEP BLUE	**	0,80% a.a
FIC FINTECH	0,20% a.a ou R\$ 2.000,00 a.m	0,80% a.a
FIC FIM PEAK	0,10% a.a ou R\$ 3.000,00 a.m	0,10% a.a

10. Regras, procedimentos e controles internos

10.1. Descrever a política de seleção, contratação e supervisão de prestadores de serviços

A TITAN CAPITAL não presta serviços de administração fiduciária.





O objetivo dessa política é definir as regras e procedimentos adequados que permitem a TITAN CAPITAL diligenciar, contratar e supervisionar o prestador de serviço, de suas obrigações legais e contratuais.

Procedimentos de Seleção e Supervisão de Terceiros

Identificação de fatores

Para seleção de executores de ordens é fundamental:

- Solidez do executor (corretoras);
- Capacidade operacional:
 - Número de operações executadas com sucesso;
 - Agilidade e velocidade durante períodos de volatilidade elevada;
 - Capacidade de executar estratégias diferenciadas como arbitragem de ativos diferentes, arbitragem de vencimentos, estratégias com opções, etc.;
 - Capacidade e eficiência na liquidação de posições na busca de liquidez em mercados com condições adversas;
 - Livro de oferta amplo na execução;
 - Competência para executar com eficiência diferentes tipos de ordens;
 - Correção de erros de execução de maneira satisfatória e com ressarcimento de prejuízos;
 - Facilidade para operar em mercado “after-market”.
- Infraestrutura material e relatórios:
 - Telefonia adequada;
 - Relatórios de confirmação das operações precisos.
- Relatórios (“Research”):
 - Proprietário ou de terceiros;
 - Acesso aos analistas de empresas, econômicos ou políticos.

“Due Diligence” e Supervisão

A TITAN CAPITAL deve no mínimo:

- Verificar as informações acerca de imagem e reputação do prestador de serviços por meio de pesquisas em sistema informatizado.

Solicitar documentos específico para cada tipo de prestador de serviços a fim de avaliar a capacidade, os recursos humanos, sistêmicos e de controles inerentes à atividade a ser exercida pelo prestador de serviços;

- Visitar as instalações do(s) prestador(es) de serviço selecionado(s), sempre que aplicável; e

O processo de fiscalização dos prestadores de serviços, conforme estabelecido neste manual, deve ser realizado no mínimo a cada dois anos, salvo quando em decorrência de evento extraordinário que justifique a nova diligência.

São dispensadas do processo de fiscalização descritos neste documento empresas que pertencem ao grupo econômico e/ou conglomerado financeiro TITAN CAPITAL.





10.2. Descrever como os custos de transação com valores mobiliários são monitorados e minimizados

O processo de custos de transação com valores mobiliários é passo fundamental, não só para se atingir objetivos procurados pela gestão, mas em diversos casos, para se agregar valor aos projetos realizados pela equipe de gestão.

A TITAN CAPITAL acredita que os padrões para uma boa execução (“Best Execution Practices”) devem ser adotados por toda indústria financeira.

A procura apenas pelo menor preço de execução não garante, por si só, melhores práticas para o cliente. A responsabilidade fiduciária existente com o cliente na gestão e controle de risco deve ser estendida também para a execução de ordens.

Duas categorias de informações são relevantes neste tópico:

- Práticas e políticas da empresa em relação à execução

A transparência dos custos envolvidos nas execuções ao cliente/investidor é essencial.

Para tal é necessário:

- Esclarecimento dos possíveis custos de execução no Termo de Adesão ou outros contratos com clientes;
- Registro e arquivamento de nota de corretagem e amplo acesso à informação;
- Menção nos materiais de marketing da existência de tais custos;

São preocupações e tarefa do Comitê de Investimentos a verificação de custos de transação e processos de execução realizando:

- Revisão da média de custo das operações (por operação e o todo) mensal;
- Reconciliação dos custos com acordos existentes com corretoras e bancos;
- Verificação do impacto das comissões e taxas no desempenho das carteiras de investimentos.

Os custos de execução são proporcionais ao giro dos ativos. A TITAN CAPITAL entende que:

- Os investimentos, desinvestimentos e balanceamentos devem ser executados ESTRITAMENTE QUANDO NECESSÁRIOS, são parte da prática de boa gestão (“good business practice”);
- A administração do giro de ativos agrega valor no decorrer do tempo ao cliente;
- QUANDO POSSÍVEL e quando NÃO INTERFERIR no processo de gestão, o uso do “basket-price”;
- Approach” (compra de cesta de ações) ou compra de ETFs (“Exchange Traded Funds”) serão utilizados em detrimento do processo de compra/venda de ativo INDIVIDUAIS;
- A responsabilidade da melhor execução possível (“best execution obligation”) é obrigação da TITAN CAPITAL dentro do processo de gestão;
- A realização de “crossed transactions” (transações entre duas contas sob mesma gestão) deve ser evitada. Se realizada, poderá ocorrer apenas mediante autorização dos titulares das contas e com todas as condições esclarecidas e





explicitadas. Seguimos o padrão internacional para tal tipo de operação.

Os procedimentos para operações em mercados ilíquidos e menos eficientes requerem:

- Atenção maior no que se refere a “spreads” e comissões;
 - Comparação com uma maior amostra de operações similares ocorridas no passado;
 - Explicitação ao cliente das condições existentes e possíveis impactos na rentabilidade da operação;
 - Acompanhamento da conclusão da operação e revisão
- Possibilidades e alternativas no mercado para execução

A comissão e taxas geradas por uma carteira são cobradas do cliente, mas o uso e direcionamento desta comissão são propriedades do cliente. Assim, os Gestores têm o dever para com os clientes de buscar a melhor execução para todas as operações, não considerando apenas fatores quantitativos, mas também fatores qualitativos.

10.3. Descrever as regras para o tratamento de soft dollar, tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.

A TITAN CAPITAL acredita que o uso de comissões em espécie (conhecida como “soft dollars”) pode causar conflitos de interesse; portanto, a empresa não permite a utilização de “soft dollar”.

10.4. Descrever os planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados

Definição

Um plano de contingência, segundo o “Webster’s New World Finance and Investment Dictionary”, é um plano que um empreendimento possui no caso de uma emergência que leve à interrupção de suas atividades. Também chamado de planejamento de riscos, plano de continuidade de negócios ou plano de recuperação de desastres, tem o objetivo de descrever as medidas a serem tomadas por uma empresa, incluindo a ativação de processos manuais, para fazer com que seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou num estado aceitável, o mais rápido possível.

Principais Características na TITAN CAPITAL

Um plano de contingência contempla:

- Alerta e prontidão de uma equipe de trabalho. Esta equipe deve envolver todas as áreas de conhecimento e de negócio da empresa a qual o plano de contingência diz respeito.
- Definição dos responsáveis pela coordenação desta equipe. Na TITAN CAPITAL eles são primeiramente o “Compliance Officer” e o Sócio-Gerente. No impedimento ou na impossibilidade de contato com o “Compliance Officer”, o Sócio-Gerente assume a responsabilidade.





- Reconhecimento de sistemas críticos, cuja inoperabilidade implica em perdas irreversíveis de cunho financeiro, jurídico ou de imagem da empresa e sua atividade produtiva.

Os sistemas críticos na TITAN CAPITAL são:

- Equipamentos (“Hardware”);
- “Software”;
- Sistemas de comunicação com clientes e prestadores de serviços;
- Serviços contratados de corretagem, administração fiduciária e custódia.

Treinamento Anual

O treinamento de todos os funcionários para reconhecimento de fato ou evento que possa colocar em risco o funcionamento da empresa. Após identificação, o associado da TITAN CAPITAL deverá comunicar os responsáveis pela coordenação da equipe. Estes irão decidir se há justificativa ou não para ativação do Plano de Contingência.

Revisão e Revalidação do Plano de Continuidade de Negócios

O Plano de Contingência deverá ser revisto e validado anualmente.

Sistema crítico: Hardware. Prazo de Restabilização: 24 horas		
POSSÍVEL FALHA	IMPACTO NO NEGÓCIO	MEDIDAS
o Interrupção de funcionamento	o Grande impacto na comunicação com cliente e provedores; o Interrupção de realização de operações financeiras; o Atrasos em processos de operacionalização com possível impacto na qualidade de trabalho e na rentabilidade da empresa; o Prejuízo financeiro.	o Existência de recursos em reserva (computadores e periféricos) utilizados como reserva de backup operacional; o Escolha de dois diferentes provedores de serviços de manutenção e reparo de equipamentos (serviços alternativos); o Manutenção de uma lista em local de fácil acesso com o telefone dos fornecedores de sistemas e nomes das pessoas-chave para solucionar os problemas no menor tempo possível. o Manutenção de recursos disponíveis como no-breaks, estabilizadores de energia extras.
Sistema crítico: Software Prazo de Restabilização: 48 horas		
POSSÍVEL FALHA	IMPACTO NO NEGÓCIO	MEDIDAS
o Perda de dados por descuido humano ou falha de equipamento; o Problemas com aplicativos; o Problemas com vírus.	o Perda de fonte de dados; o Perda de controles em diversos departamentos incluindo gestão, risco, atendimento a cliente, jurídico, operacional entre outros; o Corte de relacionamento com provedores e clientes; o Perda de processos e fluxos de informação; o Exposição da imagem da empresa; o Violação da segurança e sigilo de dados por não autorizados; o Retrabalho e custos.	o Rotina de Backup das planilhas e bancos de dados operacionais em pelo menos dois níveis: <ul style="list-style-type: none">▪ mídia física;▪ lugar remoto. o Manutenção de softwares originais em lugar isolado com acesso restrito a poucos; o Manutenção de números de licença de softwares e manuais de funcionamento; o Manutenção de contatos com as empresas criadoras do software. o Aplicação e uso de softwares (antivírus e antispywares) para limpeza e correção de funcionamento de discos de armazenamento e eliminação de vírus, arquivos temporários, arquivos fragmentados e arquivos com conteúdo não relacionado à atividade profissional; o Troca imediata de senhas de acesso.





10.5. Descrever as políticas, práticas e controles internos para a gestão do risco de liquidez das carteiras de valores mobiliários

- Política de Gestão de Risco de Liquidez

Escopo e Descrição da Política de Gerenciamento de Liquidez

Este documento (“política”) tem como finalidade estabelecer políticas, estrutura, diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de risco de liquidez (GRL) da TITAN CAPITAL.

O documento segue o modelo de política com o estabelecimento de:

- Conceitos necessários ao gerenciamento do risco de liquidez (“políticas”);
- Criação e manutenção de estrutura de organização, de recurso material, informação e de tecnologia necessários à implantação destas políticas (“estrutura”);
- Definição de conceitos necessários para quantificação, entendimento, administração e controle do risco de liquidez (“diretrizes”) e a concretização de práticas de rotina que permitem a instrumentação e funcionamento desta política (“procedimentos”);
- Ajustes para solução de descasamentos de liquidez entre ativo e passivo (“contingências”) são recomendados.

A política serve como guia de orientação no procedimento da gestão de recursos, com caráter restritivo em termos operacionais, incluindo execuções de operações e aplicações financeiras.

Todas as informações, opiniões e valores eventualmente indicados estarão sujeitos a alterações mediante atualização e registro de versão atualizada da política.

A TITAN CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (doravante designada TITAN CAPITAL ou GESTORA) é uma sociedade autorizada a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários no amparo da Instrução CVM nº 306/99, conforme Ato Declaratório nº 10.727 de 07 de dezembro de 2009, com sede na Avenida São João, 2375, Jardim das Colinas sala 605, cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.442.603/0001-05.

Definição de Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o evento da possibilidade de que um determinado ativo não possa ser comercializado ou trocado com rapidez suficiente (e sem descontos significativos) em troca de recursos em dinheiro (ou caixa) no mercado.

Tal situação tem uma complexidade maior quando existe a necessidade de pagamento ou financiamento de um passivo por parte da venda deste ativo.

Este é o fator primário da necessidade de gerenciamento do risco de liquidez: prover recursos para cumprimento das obrigações de passivo, evitando-se a chamada falta de liquidez.





Entre as obrigações do fundo encontram-se:

- Resgates eventuais e periódicos de cotistas;
- Pagamentos de encargos, impostos e taxas no fundo;
- Pagamento e/ou depósito de garantias e margens.

Uma posição de mercado pode ter seu risco de mercado “hedgeado”, mas ainda assim envolver o risco de liquidez. O caso “Metallgesellschaft” em 1993 é um exemplo.

Contratos futuros foram utilizados para hedge de obrigações de balcão (“over-the-counter”). Entretanto, grandes chamadas de margem e prestação de garantias que exigiam liquidez destes contratos obrigaram a instituição a realizar liquidações forçadas, gerando grandes prejuízos.

Como fatores secundários no gerenciamento de liquidez, encontram-se outros eventos:

- Perda das características de investimento (“style drift”): adulteração dos objetivos de investimento devido à liquidação forçada de ativos em momentos não planejados ou inadequados. Um fundo, por exemplo, pode ser obrigado a liquidar seus títulos com maior variação de preços em um momento inadequado para atender um passivo;
- Deterioração do retorno do cotista pelo evento de “cash drag”: o excesso de liquidez e possível “não alocação” dos recursos dos cotistas nos investimentos de caráter central de um fundo deterioram seu potencial retorno;
- Perda e/ou desenquadramento de um fundo na questão do tratamento tributário de longo prazo.

Os dois últimos eventos são decorrentes do chamado excesso de liquidez.

Assim, o gerenciamento do risco de liquidez (doravante “GRL”) mostra-se como necessidade, fazendo parte da relação fiduciária estabelecida entre gestora e cliente.

Objetivo da Gestão de Risco e Hierarquia de Decisão

O objetivo desta política é estabelecer diretrizes e práticas a serem adotadas para a realização do gerenciamento de risco e liquidez, incluindo:

- Definição de estrutura de recursos materiais e humanos com foco na geração do relatório GRL (Gerenciamento de Risco de Liquidez);
- Definição de formato de relatório e seu uso;
- Qualidade mínima dos dados de entrada e fontes;
- Definição de metas quantitativas, objetivos e restrições;
- Condições de ajuste, correção e enquadramento da situação corrente dos fundos versus objetivos originais e restrições, incluindo procedimentos de “enforcement” e adequação.

O órgão responsável por decisões de gerenciamento de liquidez será o Comitê de Risco de Liquidez.

Os seguintes membros são elegíveis para o comitê:

- Área de Risco (um voto);





- Compliance (um voto);
- Gestão (um voto).

Haverá dois tipos de reunião de comitê:

- Reuniões de acompanhamento: com frequência mensal (Comitê de Investimento) com a finalidade de acompanhamento, manutenção e eventuais correções de portfólio;
- Reuniões de política de risco: com frequência periódica no mínimo semestral e com convocação estabelecida por registro e ata. O objetivo desta reunião é a revisão de políticas de risco e regras estabelecidas, além de avaliação da condução do gestor. Alterações de política podem ser realizadas apenas nessas reuniões e devem ocorrer após decisões obrigatoriamente unânimes dos membros do comitê.

Os procedimentos e limites definidos nesta política são preponderantes sobre as decisões de investimento de cotidiano do gestor, principalmente no que tange a métricas e parâmetros quantitativos, sendo a violação destes interpretada como desenquadramento.

O desenquadramento pode ser classificado como passivo, decorrente de situações de mercado (variações de preço, liquidações e execuções com diferenças de datas, problemas de crédito entre outros) ou considerado ativo, aquele que ocorre voluntariamente posterior à ciência da informação, sendo este de caráter mais grave.

Abrangência da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A abrangência desta política irá depender do:

- Tipo de fundo de investimentos: exclusivo, restrito ou aberto;
- Público alvo do fundo de investimentos: destinado ao público em geral ou ao investidor qualificado.

Fundos de Investimentos Exclusivo, Restrito ou Aberto

Esta política, suas respectivas diretrizes e práticas abrangem os fundos constituídos sob a forma de condomínio aberto.

Para fundos exclusivos e restritos, esta política e suas diretrizes não se aplicam. Cotista de fundos exclusivos e/ou restritos possui como característica a customização do fundo conforme seu perfil.

Os planos de investimento (“Investment Policy Statement”) e documentos de auxílio na definição de perfil do cliente devem possuir seção específica e explícita com o tema de necessidades, restrições e projeções de liquidez. Tal seção deve ser customizada.

Um cronograma deve ser apresentado, seja aberto ou pré-definido para anos vindouros.

Esta política abrangerá todos os fundos de condomínio aberto, independente do público-alvo.

Fundo de Condomínio Aberto

Para fundo de condomínio aberto voltado para o público em geral com mais de 10%





(dez por cento) do patrimônio líquido em ativos de crédito privado, foi estabelecida orientação de metodologia em documento anexo à Deliberação 67 da Anbima, denominado Diretrizes para Gerenciamento de Risco de Liquidez para Fundos com Investimentos em Ativos de Crédito Privado, com procedimentos mínimos para enquadramento/descasamento do ativo para o passivo.

Por decisão interna da gestora, todos os fundos de condomínio aberto com mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido em ativos de crédito privado, independente do público- alvo, seguirão a mesma orientação da Metodologia de Cálculo de Liquidez para Fundos com Investimentos em Ativos de Crédito Privado publicado pela Anbima.

Vigência e Alterações

O período de início de vigência será estabelecido no dia 20/02/2015, data de publicação interna do manual de GRL. Atualizações nesta política podem ser realizadas após comitê formado por gestor, análise de risco e compliance.

Estrutura de Gestão de Risco

Controladoria

A gestão de risco será realizada dentro do conceito amplo de gestão de investimentos no dia a dia, sendo o risco de liquidez um tipo de risco inerente aos investimentos assim como o risco de mercado, o risco de reinvestimento, o risco de crédito, o risco de regulação, o risco operacional entre outros.

A sua administração não é dissociável da atividade de gestão.

A controladoria dos parâmetros quantitativos do risco de liquidez será realizada, entretanto, pela área de risco da TITAN CAPITAL fora da atuação da gestão.

Mapa do Sistema de Risco

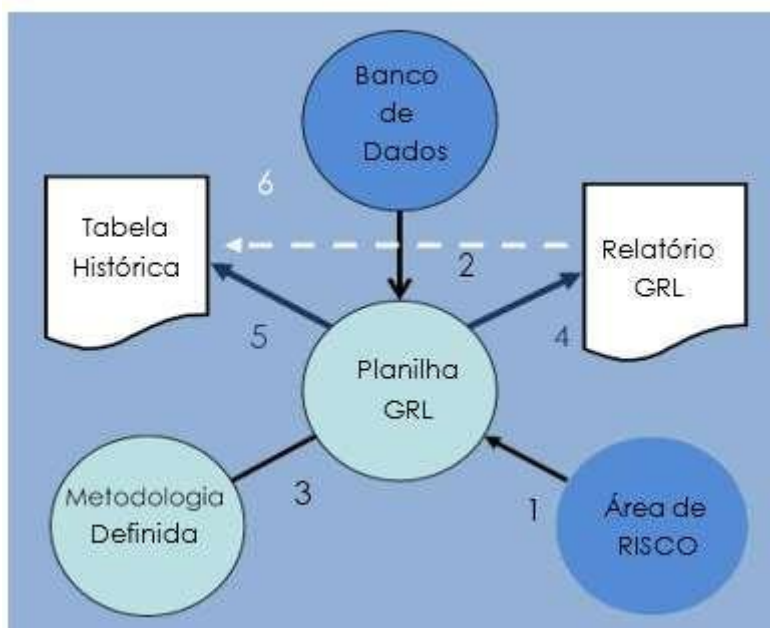
O sistema de risco é composto:

- Pela área de análise de risco

Esta área será a mesma responsável pela mensuração de outros tipos de risco (mercado, crédito);

- Pela estrutura material e organizacional:
 - Fluxo de informações;
 - Recursos de softwares/hardware/banco de dados e;
 - Relatórios descritos a seguir:
- Fluxograma de informações para geração de controle e relatórios





- Descrição do fluxo:
 - A área de risco faz a manutenção e atualização da planilha GRL;
 - O banco de dados alimenta planilha com dados externos;
 - A metodologia definida nesta política é utilizada para mensuração de parâmetros e dados de saída da planilha GRL;
 - Máscara com dados de saída da planilha GRL é emitida em PDF, gerando relatório mensal do Gerenciamento de Risco e Liquidez;
 - Tabela de dados históricos com parâmetros-chaves é atualizada e registrada para verificação de histórico da gestão;
 - Tabela sintética permite acompanhamento do conjunto de relatórios Gerenciamento de Risco e Liquidez (GRL).
- Software de planilha eletrônica do GRL
 - É dedicada exclusivamente ao risco de liquidez com metodologia definida e detalhada em item específico com procedimentos;
 - Banco de dados de alimentação da planilha GRL em planilha separada com atualização semanal;

A alimentação do banco de dados deve ser externa:

- Sistemas de informação:
 - Bloomberg;
 - Reuters;
 - ADVFn.
- Dados públicos:
 - Site www.debentures.com.br da Anbima;
 - Calculadora CONFERE (Anbima);
 - Site da CVM (www.cvm.gov.br);
 - Cetip Trader.
- Relacionamento
 - Dados provenientes do administrador dos fundos geridos pela TITAN CAPITAL;





- Dados provenientes do emissor, gestor, administrador fiduciário, trustee de títulos, notadamente títulos privados e fundos (ICVM 555 e outras legislações pertinentes).

Relatório GRL (em PDF) resultante da planilha de riscos com informação para o gestor e área de compliance.

A peça de controle central será o Relatório de Gerenciamento de Risco (Relatório GRL), sendo sua descrição detalhada em item específico de diretrizes e procedimentos.

O relatório deve ser semanal com registro mensal e conter:

- Tabela com controle com de comparação entre limites estabelecidos e dados reais;
- Manutenção de registros em servidor e backup profissional no prazo mínimo de cinco anos a contar de 20/2/2015.

Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento de Risco Liquidez

Padrões Mínimos de Segurança - Ativo e Passivo

Os limites mínimos de funcionalidade para o ativo e passivo são considerados cláusulas fundamentais nesta política, sendo definidos como básico nos funcionamentos dos fundos.

Ativo – Disponibilidade/Liquidez Mínima

A liquidez mínima do ativo para os fundos é determinada conforme:

- Número de cotistas e;
- Grau de dispersão da propriedade das cotas;

Como parâmetro mínimo de liquidez é estabelecido:

- Fundos com menos de 35 cotistas:
 - 18% (dezoito por cento) do patrimônio líquido do fundo, no mínimo, deve estar alocado em títulos públicos e/ou fundos de renda fixa de curto prazo ou referenciados em DI e;
 - No caso de o maior cotista individual possuir volume superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo, o valor mínimo descrito no item anterior será elevado para 25% (vinte e cinco por cento);
 - Os títulos de crédito privados individuais, NÃO incluindo os fundos de renda fixa ou de direitos creditórios, devem seguir estrutura de “laddering” com intervalo máximo de um ano entre os degraus.
- Fundos com mais de 35 cotistas:
 - 15% (quinze por cento) do patrimônio Líquido do fundo devem estar alocados em títulos públicos e/ou fundos de renda fixa de curto prazo ou referenciados em DI.





Passivo – Regras Mínimas de Carência em Resgates

Como padrão de segurança no lado da demanda do passivo, regras de carência estendida de resgate são estabelecidas.

Os prazos mínimos de resgate das cotas dos fundos em discussão da gestora serão previstos nos regulamentos, conforme tipo de fundo e composição do ativo.

Seguem abaixo as regras mínimas:

- Fundos multimercados devem possuir prazo de liquidação de no mínimo de 20 dias corridos caso não possuam característica dominante de renda fixa;
- Fundos com carteira com valores superiores a 10% (dez por cento) em crédito privado, incluindo fundos multimercados, devem possuir prazo de liquidação de no mínimo 60 dias corridos;
- Os demais casos ficam a critério da gestora.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e Liquidez

Objetivo

O objetivo do relatório Gerenciamento de Risco e Liquidez é prover informações para a administração conjunta do ativo com o passivo (a partir de agora chamado de ALM: “Asset Liability Management”), buscando a compatibilização entre o prazo de liquidação dos ativos com o prazo de atendimento da demanda do passivo.

Além de atender os limites mínimos de liquidez nos ativos de seus fundos, conforme descrito nesse material, a gestora deve garantir que a liquidez do ativo deve ser maior ou igual à liquidez do passivo do fundo nos vértices de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis (Dus).

Parâmetro - Análise do Ativo

- Característica individual de cada ativo

A liquidez do ativo, considerando suas características individuais, será medida conforme a decomposição dos fluxos de pagamento dos ativos.

Todos os ativos, incluindo os instrumentos alternativos, os de mercado externo e os customizados, serão tratados de maneira similar no que tange a fluxos intermediários e vencimentos.

Os fluxos de pagamento podem decorrer do processo natural de remuneração (juros e dividendos) e vencimento natural do título ou por liquidações antecipadas, geradas por vendas e realização de possíveis características como opções ou cláusulas de “covenants”. Títulos em garantia e/ou caução de outras operações também serão considerados.

As características de liquidez das operações geradoras destas garantias serão consideradas influências primárias no aspecto de liquidez dos títulos em garantia ou caução em si.

As medidas de liquidez ocorrerão para os prazos de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias





úteis com os fluxos considerados até a data de vetor, conforme matriz abaixo:

1 DU	5 DU	21 DU	42 DU	63 DU	126 DU	252 DU
Vn = Valores a receber em um dia + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em cinco dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 21 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 42 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 63 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 126 dias + possibilidade de liquidação antecipada	Vn = Valores a receber em 252 dias + possibilidade de liquidação antecipada

O fluxo monetário do ativo será classificado, em cada vetor, conforme seu prazo esperado de monetização, seja de valores a receber do processo natural de remuneração e/ou vencimento, seja pela possibilidade e capacidade do fundo de liquidá-lo.

Este segundo componente (possibilidade e capacidade de liquidação) é derivado de suposição teórica e pode ser sujeito a descontos e ajustes, descritos a seguir.

- Vn será o valor possível (esperado) de monetização dentro do prazo de n dias, seja por recebimento de remuneração (juros e dividendos), vencimento ou liquidação antecipada (venda) de cada ativo.
- Vn% será o valor proporcional da soma dos fluxos esperados de todos ativos dentro de um vetor de tempo em relação ao valor total da carteira, seguindo os mesmos conceitos descritos anteriormente.
- Ativos de renda variável e derivativos

Os títulos de renda variável (incluindo fundos de ações e multimercados) e os derivativos (futuros, termo, swap e opções), registrados em mercados organizados de bolsa e balcão, terão como prazo de liquidação aqueles estabelecidos formalmente pelas entidades correspondentes.

A exceção ocorre quando o “spread” de compra-venda (“bid-ask”) for superior a 10% (com base do “bid”) e/ou no caso em que não haja negociações nos últimos dez dias úteis.

Deve-se assim se somar dez dias úteis (DUs) ao prazo de liquidação normal do definido pela Bolsa. Exemplo:

Ação (com “spread” em excesso de 10%)
= três dias (padrão corrente) + dez dias (ajuste) = treze dias.

Contratos derivativos terão como referência suas datas formais previstas de liquidação, mesmo que haja possibilidade de liquidação antecipada ou garantia de mercado secundário por “market maker”.

- Depósitos de margem e garantias

Os títulos em garantia terão seu prazo de liquidez ajustado ao contrato em que eles fazem jus.

Um título público em garantia de um contrato de “swap”, por exemplo, terá seu prazo de liquidação ajustado ao prazo de contrato do “swap”. O valor em garantia deve ser considerado.





Ativos no exterior terão seus fluxos de remuneração (dividendos e juros), vencimentos e/ou liquidações antecipadas ajustadas por um prazo adicional de 48 horas para consideração do câmbio necessário para o ingresso de divisas.

- Renda Fixa: Crédito privado e cotas de fundos de renda fixa

Para títulos privados de renda fixa, devem ser considerados dois tratamentos de ajuste:

- Ajuste no valor monetário esperado de liquidação antecipada (venda);
- Ajuste no prazo esperado de monetização.

Para o primeiro item, um desconto denominado Custo Exógeno de Liquidez - CEL será aplicado sobre o valor principal de venda do título privado para o cálculo de Vn. A finalidade é emular um “spread” de venda existente no mercado.

O padrão do CEL será de 2% (dois por cento) sobre o valor esperado de liquidação em cenário de normalidade econômica. Em cenário de “stress”, o valor do CEL será de 10% (dez por cento). Para títulos públicos, o CEL será zero.

Assim:

$$Vn \text{ título privados} = \text{valor esperado monetário} \times (1 - \text{CEL}\%)$$

Um fator de ajuste de redução de prazo será empregado no cálculo de previsão da disponibilidade do recurso resultante de uma venda.

Este fator difere para cada ativo. Por exemplo, títulos públicos podem ser liquidados a qualquer momento com recebimento de caixa no próprio dia de liquidação. Assim o fator de ajuste empregado seria 0 (zero).

Este fator zerado, multiplicado pelo prazo de vencimento, reduz para zero o tempo estimado de recebimento do caixa resultante da venda, indicando uma alta liquidez do ativo.

Para títulos privados que não tenham liquidez, o usual é o emprego de um fator igual a 1 (um). Esse fator, multiplicado pelo prazo de vencimento do título, mantém este mesmo prazo de vencimento como melhor estimativa do prazo de recebimento.

Formalizando, definimos Dn como o prazo normal de monetização de um título. Vn trata de valores e Dn de prazos. Dn será igual à duração (“duration”) de “Macaulay”, que é o prazo médio de recebimento de um título.

Como alternativa à “duration”, pode-se empregar como prazo de monetização o próprio vencimento em situações de dificuldade de obtenção de dados. O resultado, obrigatoriamente traz um cenário mais conservador na estimativa da liquidez dos vértices de tempo do ativo.

Seguindo fórmula recomendada pela Anbima em seu guia de Metodologia de Cálculo de Liquidez para Fundos em Ativos de Crédito Privado, um ajuste (Ajuste Redução) deve ser feito sobre o prazo esperado de monetização de um ativo (Dn), conforme a facilidade de sua liquidação.

Como indicação de Ajuste de Redução de prazos, segue tabela abaixo:





Ativo	Ajuste de Redução
CDBs (cláusula de recompra pela curva)	0% (fator 0)
Título Público	
Over	
Eurobond	25% (fator 0,25)
CDB N (sem recompra), CDB M (recompra a mercado).	50% (fator 0,50)
Letra Financeira	
Debênture ICVM400	
CDB Subordinado	75% (0,75)
Letras Financeiras Subordinadas	
Debênture ICVM476	
Nota Promissória	
Fundo de Investimento Imobiliário com negociação em bolsa	
Debênture ICVM400 com cláusula de call	
Debênture ICVM476 com cláusula de call	100% (fator 1)
DPGE	
FIDC Fechado	
CCB, CCCB	
CRI, CRA, CDCA, CCI, CPR	
Letra de Crédito	
Compromissada	
Fundo de Investimento Imobiliário	
COE – Certificado de Operações Estruturadas	

Fica a critério da gestora o uso de fator 1 (conservador) no lugar da tabela da Anbima. A fórmula para o prazo esperado de liquidação do ativo será assim:

Prazo Esperado de Monetização = $D_n \times \text{Ajuste Redução}$

- Características de Cenário (Ajuste Macro):

O manual de gerenciamento de liquidez deve abranger o tratamento de cenários. Um ativo de baixa liquidez é influenciado por fatores como:

- Número limitado de participantes de mercado;
- Baixos volumes;
- Pouca profundidade.

O mercado de títulos privados de renda fixa no Brasil é exemplo destes problemas.

Um ativo perde liquidez por motivos macroeconômicos:

- Volatilidade de mercado;
- Ansiedade no sistema;
- Problemas ou boatos de problemas de crédito de empresas.

Fatores de cenário devem ser considerados no processo de monetização de títulos de renda fixa.

Dois cenários serão previstos neste manual:

- Cenário de normalidade: uso de procedimento abordado no item anterior com a manutenção da fórmula de cálculo de prazo de liquidação do ativo descrita





anteriormente, sem ajustes adicionais.

Prazo Esperado de Monetização = $D_n \times \text{Ajuste Redução}$

- Cenário de “stress”: além da medida usual, um fator adicional de 1,4 (quarenta por cento adicionais) será considerado como $F_{\text{cenário}}$.

Nesse segundo caso, a expectativa de recebimento pode ficar superior ao prazo de vencimento do ativo, o que é considerado pela TITAN CAPITAL como uma possibilidade de existência de “default” e eventual processo de recuperação de crédito.

Prazo Esperado de Monetização (sob “stress”)
= $D_n \times \text{Ajuste Redução} \times F_{\text{cenário}}$

Prazo Esperado de Monetização (sob “stress”)
= $D_n \times \text{Ajuste Redução} \times 1,4$

Definições de cenários de “stress”:

- Mercado americano com o índice Chicago Board Options Exchange SPX Volatility Index © acima de 45;
- Cenário de queda do Ibovespa que provoque a utilização do sistema de “circuit-breaker” (15% inicialmente, 20% posteriormente);
- Cenário de elevação de câmbio USD/BRL de mais de 10% em um dia;
- Problema de crédito ou liquidez em instituições líderes do sistema bancário privado ou público brasileiro (S1 e S2);
- Problema sistêmico em qualquer mercado emergente BRIC (Brasil, Índia, Rússia e China) que afete diretamente títulos de emissão pública;
- Problema de crédito ou liquidez em instituições líderes do sistema corporativo;
- Outros problemas que causem disfunção conforme apreciação do comitê de investimentos.

Parâmetro - Análise do Passivo

Para realizar a análise do passivo, a TITAN CAPITAL estimará o comportamento usual do passivo de seus fundos para os vértices de 1, 5, 21, 42, 63, 126 e 252 dias úteis, junto ao administrador, provedor de dados.

O prazo em dias úteis pode ser também substituído pelo prazo de dias corridos correspondentes. Adicionalmente às regras mínimas de carência resgate, o cálculo para a demanda do passivo incluirá o cálculo de média esperada de valor de resgate em condições ordinárias com a adição de incremento de margem de segurança em casos de “stress”.

O seguinte método deve ser realizado:

- Cálculo da média aritmética (\bar{X}) dos valores diários de resgates de todos os dias úteis, incluindo os dias sem transação de resgate no prazo mínimo de 1 (um ano). Considerar o valor de zero para os dias sem resgate.
- Ajuste da média conforme fórmula abaixo:
 - o Resgate Diário Médio Ajustado (RDMA) = $\bar{x} \times 1,20$
- Calcular o valor do período ajustado:
 - o Resgate Ajustado (RA) = RDMA * DU (dias úteis);
- Em cenários de “stress”, considerar fator adicional de 100% (2):
 - o Resgate Diário Médio Ajustado sob “Stress” (RDMA) = $\bar{x} \times 2$.





- Para fundos em que o maior cotista detenha mais que 10% (dez por cento), considera-se o valor de patrimônio do maior cotista como demanda do passivo caso esse número seja superior ao calculado pelo método descrito anterior;
- Em cenário de “stress”, considera-se a soma do valor de patrimônio dos 2 (dois) maiores cotistas como demanda do passivo, caso o valor seja superior ao calculado pelo método anterior.

Relação entre Liquidez dos Ativos e Passivos

O relatório GRL deve, de maneira sintética, encerrar comparação entre ativo e passivo, considerando:

- Prazo analisado (em dias úteis);
- % Líquido ativo (em relação ao Patrimônio Líquido do fundo - PL);
- % Demanda do passivo (em relação ao PL Total do fundo);
- % Δ Diferença.

Diagnóstico da situação (Δ Ativo Líquido e Demanda do Passivo em %);

- Excesso de liquidez: >20%PL;
- Adequado: excesso de liquidez entre 5% e 20% do PL;
- Atenção: < 5% do PL;
- Descasado: % Ativo Líquido < % Demanda do Passivo.

Prazos (DU)	% Ativo Líquido/ Patrimônio Líquido	% Demanda do Passivo/Patrimônio Líquido	% Δ Diferença/Patrimônio Líquido	Situação do fundo
Um			>20%PL	Excesso (cash drag)
5			12% PL	Adequado
21			<5% PL	Atenção
42			Negativo	Descasado
63				
126				
252				

Políticas de Contingência

Os seguintes procedimentos de correção serão adotados pela gestora em caso de descasamento dos prazos de liquidez do ativo e de demanda do passivo, classificados aqui pela prioridade de decisão:

- Em verificação semanal, o fundo estará descasado caso a liquidez do ativo seja menor que do passivo;
- O fundo entrará em processo formal de ajuste com a prioridade da normalização da compatibilidade ALM, iniciando fase chamada de ajuste de liquidez, estabelecida no processo de gestão;





- Neste processo, haverá a contenção de novas aplicações em qualquer tipo de investimento com prazo superior ao de resgate do fundo. Processos de rolagem/renovação também estarão bloqueados, incluindo títulos de renda variável e/ou derivativos;
- Aplicações subsequentes nesta fase de ajuste de liquidez só podem ser realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e/ou fundos de renda fixa referenciados em DI (curto prazo);
- No processo de ajuste de liquidez, a venda de títulos e/ou fundos no mercado secundário terá prioridade. Como norma, ativos tradicionais de renda fixa, sujeitos a menores “spreads” de mercado, serão os primeiros a serem analisados e serão objetos prioritários no processo de liquidação. Neste interim, títulos com “rating” superior a S&P® brAA são os mais indicados. Ativos com menores descontos possuem qualidade superior, sendo sua eventual substituição adequada por títulos públicos e/ou fundos DI;
- Fundos de renda fixa com prazos de liquidação inferiores ao prazo de resgate do fundo da gestora em questão podem ser considerados;
- Ativos e fundos de renda fixa com rating inferior a S&P® brAA e/ou Ajuste Redução superior a 0,50 devem ser considerados posteriormente. Como custo CEL, considerar “spread” máximo de 5% (cinco por cento);
- Diminuição das operações que demandam depósitos de garantias ou margens deve ser realizada após consideração de venda dos títulos e fundos de renda fixa. A exceção ocorre quando o CEL for superior a 5% (cinco por cento);
- Caso o descasamento persista, os ativos restantes podem ser acessados para possíveis liquidações;
- Após a normalização da situação de liquidez do fundo é recomendado fazer novo levantamento da composição de ativos do portfólio e verificar se o objetivo de investimento foi preservado ou sofreu distorções.

PROCESSO DE CONTINGÊNCIA	
FASE UM	RECONHECIMENTO DE DESCASAMENTO
FASE DOIS	FASE DE AJUSTE DE LIQUIDEZ
FASE TRÊS	CONTENÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS / ROLAGENS
FASE QUATRO	LIQUIDAÇÃO
PRIORIDADE	ATIVOS - RENDA FIXA (HIGH GRADE)
	FUNDOS DE RENDA FIXA (HIGH GRADE)
	ATIVOS - RENDA FIXA (HIGH YIELD)
	REDUÇÃO - OPERAÇÕES COM GARANTIAS
	DEMAIS ATIVOS

10.6. Descrever as políticas, as práticas e os controles internos para o cumprimento das normas específicas de que trata o inciso I do art. 30, caso decida atuar na distribuição de cotas de fundos de investimento de que seja administrador ou gestor

A Titan Capital possui uma Política de Distribuição de Cotas em seu Manual de Compliance.

Essa atividade somente poderá ser desempenhada por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; e consiste na oferta de cotas de fundos de investimento a um investidor; seja de forma individual ou coletiva.

Essas instituições podem, sob sua responsabilidade contratar alguns agentes





autônomos de investimentos para a sua distribuição.

Normas e Responsabilidades

A Política de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento da TITAN CAPITAL, observando as seguintes normas e responsabilidade da CVM e Anbima:

- Normas de cadastro de clientes, de consulta e de pagamento e recebimento de valores aplicáveis à intermediação de operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados de valores mobiliários (“Know Your Client”);
- Normas que dispõem sobre o dever de verificação da adequação os produtos, serviços e operações o perfil do cliente (“Suitability”);
- Normas que dispõem sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativos referentes aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lavagem de Dinheiro);
- Normas que dispõem sobre a troca de informações entre distribuidor e administrador de fundos de investimento;
- Informar ao mercado e à CVM da sua atuação na atuação da distribuição de cotas de fundos de investimentos e retenção dos documentos.

Política de Identificação e Manutenção do Cadastro do Cliente - (KYC - “Know Your Client”)

O objetivo desta política é descrever o procedimento de identificação dos clientes e manutenção de seus cadastros para futura verificação.

- Procedimento de Cadastramento
 - Estabelecer contato pessoal e compreender o perfil do cliente;
 - Analisar a compatibilidade entre a operação pretendida e o perfil do cliente;
 - Analisar o dossiê cadastral;
 - Utilizar fontes externas de informação para confirmar os dados cadastrais e obter informações adicionais;
 - Manter contato com o cliente acompanhando a evolução de suas atividades.
- Elementos do Cadastro

PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA
a) Nome completo, sexo, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, estado civil, filiação e nome do cônjuge ou companheiro;	a) Denominação ou razão social;
b) Natureza e número do documento de identificação, nome do órgão expedidor e data de expedição;	b) Nomes dos controladores, administradores e procuradores;
c) Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF);	c) Número de identificação do registro empresarial (NIRE) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
d) Endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP) e número de telefone;	d) Endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP) e número de telefone;
e) Ocupação profissional;	e) Atividade principal desenvolvida;
f) Informações acerca dos rendimentos e da situação patrimonial.	f) Informações acerca da situação patrimonial e financeira respectiva;
	g) Denominação ou razão social de pessoas jurídicas controladoras, controladas ou coligadas.





A Política de Adequação dos Investimentos (“Suitability”) dos Clientes

Para se organizar e coletar as informações junto ao cliente, os membros da TITAN CAPITAL devem colocar as necessidades, situações e objetivos de cada cliente em um documento formal: a política de adequação dos investimentos (“suitability”) dos clientes.

Ao utilizar a política de “suitability” para um cliente, o membro da TITAN CAPITAL deve levar em consideração os seguintes pontos:

Metodologia

A realização de reuniões pessoais com o cliente é fundamental para o processo de adequação de recomendação de investimentos.

Nessas reuniões é possível:

- Obter informações de histórico pessoal e de investimentos do cliente;
- Esclarecer a situação corrente do investidor;
- Conhecer seus planos futuros de curto, médio e longo prazo;
- Entender seus objetivos de investimento, restrições e aversões;
- Esclarecer possíveis dúvidas em relação ao processo de investimento.

A importância das reuniões pessoais é destacada, pois as informações mais importantes podem ser percebidas apenas “in loco”:

- Linguagem corporal;
- Tom de voz;
- Reações emotivas;
- Troca de ideias em conversas casuais;

A coleta de informações que ocorre nestas reuniões é complementada e registrada com o questionário do “Perfil do Investidor”, desenvolvido pela TITAN CAPITAL; além de um relatório individual do associado da TITAN CAPITAL sobre a reunião.

Além de ser instrumento de registro e de guia em questões de investimento, o questionário “Perfil do Investidor” serve como peça de um processo amplo de análise e recomendação.

O questionário de “suitability” faz parte do processo de abertura de conta, que deverá ser assinado pelo cliente.

Esse questionário é revisto e reavaliado pela área de investimentos e compliance/risco a cada 2 anos, ou quando for necessário.

A pontuação desse questionário estabelece um perfil específico para cada investidor. (Vide questionário ao final dessa política).

Definição de Perfil e Objetivos Pessoais

O processo de coleta de informações do cliente em termos pessoais, familiares, profissionais e financeiros é feito através de uma reunião com o investidor. O objetivo é desenhar um quadro amplo do cliente.

Histórico Pessoal do Cliente





O histórico pessoal traz informações relevantes do perfil psicológico do cliente, da sua vida familiar, suas necessidades e desejos, assim como: sucessos/insucessos econômicos, profissionais e de investimentos, além de reflexos dos mesmos no seu perfil de investimentos.

Objetivos do Cliente e seu Ciclo de Vida

São avaliados objetivos financeiros primários ou “críticos” e “secundários”, como por exemplo:

- “Quero ter um retorno de 8% ao ano”;
- “Quero me aposentar com 5.000 reais por mês”;
- “Quero pagar 3.000 reais ao mês para a universidade dos meus dois filhos”;
- “Quero ganhar pelo menos 70% do que ganho hoje”.

Estes objetivos podem ser associados ou não a prazos de realização como:

- Mudanças de emprego, de cidade, de país;
- Nascimento de filhos;
- Formaturas, casamentos e divórcios;
- Aposentadoria;
- Morte.

Definição da Finalidade do Investimento:

- Preservação do capital: tem como objetivo de taxa de retorno os níveis existentes de inflação ou taxa básica de juros, compatíveis com um investimento de risco baixo (títulos públicos);
- Crescimento de capital: o objetivo de crescimento de capital é identificado com o uso de instrumentos que possibilitem ganhos de capital (ações, multimercados, fundos de investimento em participações, fundos imobiliários) e acúmulos de rendimentos (ações com altos dividendos, títulos públicos, títulos de crédito privado entre outros) em nível compatível com um objetivo de risco. Pressupõe uma menor necessidade de liquidez e um horizonte de investimento longo;
- Geração de rendimentos e de crescimento de capital: o objetivo de crescimento do investimento, combinado com geração de rendimentos é identificado com o uso de instrumentos múltiplos que possibilitem ganhos de capital e/ou distribuição de rendimentos em nível compatível com um objetivo de risco. Pressupõe também possibilidade de necessidade de liquidez corrente em maior ou menor nível;
- Geração de rendimentos: o objetivo de geração de rendimentos é caracterizado pelo uso de instrumentos que possibilitem a distribuição de rendimentos (ações com altos dividendos e títulos de renda fixa) em níveis compatíveis com um objetivo de risco. Pressupõe também maior possibilidade de necessidade de liquidez ou de complementação de renda.

Definição de Pessoas Titulares em Conjunto do Investimento

O tipo de investimento é influenciado pelo perfil de todos os titulares em conjunto. O perfil mais conservador do conjunto dos titulares irá determinar o perfil de risco dos recursos administrados (princípio do “elo mais fraco”).

Perspectivas Econômicas e Pessoais do Cliente

A mudança de perspectivas econômicas e pessoais do cliente pode trazer impactos no





perfil do cliente, no que tange aos objetivos de retorno e de risco, horizontes de investimento e restrições como necessidades de liquidez.

Estudo de Perfil de Tolerância de Risco e de Horizonte de Tempo de Investimento

O perfil de tolerância de risco é construído a partir de dois diferentes vértices: capacidade (“ability”) de tomada de risco e disposição (“willingness”) do cliente para se tomar risco.

Determinação de Capacidade para Tomada de Risco do Cliente

Capacidade para tomada de risco do cliente é um elemento objetivo determinado pelos seguintes fatores abaixo:

- Fatores de Influência
 - Idade e Ciclo de Vida: a maior (menor) idade do investidor reduz (aumenta) a capacidade de tomada de risco por:
 - Propiciar menor (maior) tempo de recuperação do investimento frente a um ciclo negativo;
 - Estar associada em geral a maior (menor) necessidade de liquidez e de reserva de capital.
- Importância dos Objetivos do Investidor: objetivos como estabilidade financeira, manutenção de padrão de vida e bem-estar de familiares estão entre os objetivos primários ou críticos do gestor. Estes objetivos têm íntima relação com o padrão de risco de uma carteira. Objetivos secundários recebem atenção apenas quando os objetivos primários são plenamente atendidos;
- Horizonte de Tempo de Investimento: o menor (maior) horizonte de tempo de investimento reduz (aumenta) a capacidade de tomada de risco por parte do investidor:
 - Propiciar menor (maior) tempo de recuperação do investimento frente a um ciclo negativo;
- Tamanho de Patrimônio: o maior (menor) patrimônio do investidor aumenta a capacidade de tomada de risco deste por:
 - Propiciar maior tamanho de riqueza ao investidor frente a um ciclo negativo;
 - Possibilitar maior capacidade de diversificação de investimentos.
- Tamanho e Frequência de Rendimentos Atuais: os maiores (menores) rendimentos atuais do investidor aumentam (reduzem) a capacidade de tomada de risco por:
 - Propiciar menor (maior) tempo de recuperação do investimento frente a um ciclo negativo;
 - Prover necessidades de liquidez e de reserva de capital.
- Determinação da Disposição do Cliente para Tomar Risco
 - A disposição para se tomar risco é um elemento subjetivo e determinado pelo perfil do cliente (profissional, psicológico, experiência entre outros). Não existe regra fechada ou determinada para se determinar a disposição do cliente para se tomar risco.
- Fatores de Influência





- Histórico Profissional, Fontes de Renda e de Patrimônio: a forma como um cliente adquiriu seu patrimônio e as diferentes atividades exercidas por ele, revelam seu conhecimento e sua maior ou menor experiência em decisões de tomada de risco.
 - o Diferentes formas de acumulação de riqueza como, por exemplo: herança, empreendimentos ou carreira profissional trazem diferentes atitudes pessoais em relação a risco;
 - o Empreendedores costumam serem conhecedores pelas tomadas de decisão; enquanto, empregados que acumularam patrimônio em longas carreiras estáveis, costumam ser mais cautelosos.
- Perfil do Investidor: aspectos de personalidade, qualidades e fatores psicológicos influenciam o perfil de um investidor, tais como:
 - o Personalidade centralizadora e/ou individualista;
 - o Personalidade cautelosa e metódica;
 - o Personalidade espontânea e receptiva a ideias.
- Experiência e Conhecimento do Investidor: a maior (menor) experiência de conhecimento do investidor no mercado de capitais aumenta (reduz) a capacidade de tomada de risco deste por:
 - o Trazer maior (menor) compreensão e disciplina por parte do investidor;
 - o Propiciar maior (menor) organização das aplicações financeiras pelo investidor.
- Testes de Aversão à Perda: a teoria tradicional financeira indica que investidores são racionais e avessos ao risco. A TITAN CAPITAL entende que investidores são avessos a perdas e que risco assume uma natureza “abstrata” no entendimento do cliente.

Situações hipotéticas de perdas (em termos percentuais e absolutos – valores numéricos compatíveis com o patrimônio do cliente) são apresentadas; e eventuais reações e restrições por parte dos clientes são analisadas.

Estudo de Perfil de Retorno:

O perfil de retorno do investidor é formado por taxas de retorno exigidas (objetivos primários) e desejadas (objetivos secundários).

As taxas devem ser definidas em termos nominais, reais (após expectativa de inflação) e com a explicitação se são taxas líquidas (após impostos) ou brutas (antes de impostos).

- Taxas de retorno “desejadas” pelo cliente
A geração de retorno necessário para atender objetivos primários e secundários. Os objetivos secundários são associados, em geral, ao consumo de bens considerados dispensáveis como imóveis para férias, barcos, automóveis de luxo, entre outros.
- Apresentação de taxas de retorno exigidas e compatíveis com faixas de objetivos de risco pré-definidos
A geração de retorno necessário para atender objetivos primários (críticos). Os objetivos primários são associados, em geral, à manutenção de renda e padrão de vida e custeio de despesas de importância como, por exemplo, educação e moradia.





Como já descrito, estas taxas de retorno devem ser compatíveis com os objetivos de risco pré-definidos.

Esta compatibilidade depende de condições e expectativas econômicas e do mercado financeiro e, que é a finalidade principal da Política de Investimentos da TITAN CAPITAL.

A incompatibilidade de objetivos de retorno e risco deve ser discutida com o cliente. Processos de educação e/ou esclarecimento são geralmente necessários.

Determinação de Horizontes de Investimento e Outras Restrições

A partir dos prazos de realização para os objetivos de investimentos são montados horizontes de tempo para a realização dos mesmos.

Esses horizontes de tempo podem ser múltiplos (mais de um prazo) ou não.

Definição de cronograma de horizontes de investimento:

Diferentes prazos

- Curto prazo (1-2 anos);
- Médio prazo (3-5 anos);
- Longo prazo (a partir de 5 anos).

Definição de necessidades de liquidez e de respectivos prazos:

Combinação dos cronogramas de investimentos e dos respectivos horizontes de tempo com a indicação de:

- Manutenção ou não de nível pré-determinado de caixa;
- Preferência por investimentos com geração de rendimentos ou não;
- Elaboração de cronograma de distribuição de rendimentos.

Outras restrições

- Necessidade de liquidez;
- Fluxo de caixa esperado;
- Valor disponível para investimento;
- Considerações tributárias;
- Circunstâncias legais e regulatórias;
- Preferências e características únicas do investidor.

Determinação de Objetivos de Risco e Retorno em Termos Quantitativos e Classificação dos Investimentos





Finalidade do Investimento	Perfil de Risco	Objetivo de Volatilidade	Necessidade de Liquidez
Preservação de Capital	Conservador	1,80%	Alta
Geração de Rendimentos	Conservador	2,00%	Alta
	Moderado	3,00%	Alta
Geração de Rendimentos e de Crescimento	Conservador	2,30%	Média
	Moderado	3,50%	Média
	Agressivo	5,00%	Média
Crescimento de Capital	Conservador	3,00%	Baixa
	Moderado	4,00% a 7,50%	Baixa
	Agressivo	Acima de 7,50%	Baixa

O conteúdo da tabela acima é meramente informativo, não devendo servir como fonte oficial de informações no processo decisório do investidor ou como base para a orientação sobre tributos; ou para qualquer outro fim.

As informações desse documento são baseadas em modelos quantitativos e, como em todos os modelos existentes, sujeitos a limitações.

Nenhuma garantia ou responsabilidade expressa ou implícita é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações.

Todas as informações e valores eventualmente indicados estão sujeitos à alteração sem aviso prévio.

Desempenho passado não é indicativo para performance futura.

Ausência de Perfil de Investimento ou Perfil de Investimento Inadequado ou Desatualizado

Caso o cliente queira por iniciativa própria realizar um investimento:

- Que não esteja adequado ao seu perfil de investimento;
- Sem preencher o formulário; ou
- Quando o seu formulário estiver desatualizado, o gerente deverá tomar as seguintes medidas, antes da primeira operação com a categoria de produto:
 - Alertas adicionais devem ser feitos ao cliente acerca da ausência, desatualização de perfil ou de sua inadequação, com indicação das causas da divergência; e
 - Obter declaração expressa do cliente de que está ciente da ausência, desatualização ou inadequação do produto ao seu perfil.

A declaração de ciência de desenquadramento de perfil de investimento deverá ser





solicitada antes da primeira operação com a categoria de produto.

A declaração será válida por tempo indeterminado para a categoria de produto específico. No entanto, tal declaração não permite que o cliente possa receber recomendação de investimentos.

Atualização das Informações do Perfil de Investimento

As informações sobre o perfil de investimento devem ser atualizadas sempre que necessário, mas com uma frequência não menor que dois anos.

Comunicação ao Cliente

Os clientes serão informados sobre o perfil de investimento a eles atribuído, no processo de abertura de conta e estarão disponíveis nos relatórios mensais distribuídos pela Titan Capital.

A Área de Investimentos é responsável pelo envio do extrato (mensal) e pelo aviso semestral ao cliente (por e-mail), sem perfil ou perfil desenquadrado.

Monitoramento do Perfil do Cliente

A avaliação de enquadramento do investimento sugerido ao cliente ou solicitado por ele é realizado com auxílio do sistema interno, que é usado como ferramenta pelo gerente de relacionamento para avaliar se o perfil de risco do cliente é adequado ao investimento.

As pessoas jurídicas consideradas investidoras qualificadas não se aplicam à verificação do perfil do investidor.

Verificação do Perfil de Investimentos (“Suitability”)

O departamento de Compliance verificará, periodicamente, por amostragem, o cumprimento da regra de “suitability” pelas áreas responsáveis pelo relacionamento com o cliente.

A Adequação da Recomendação ou Ato de Investimento

A adequação da recomendação ou ato de investimento para cada portfólio ou cliente (“suitability”), deve-se levar em consideração:

- Fatores relevantes como objetivos de investimentos, grau de risco e restrições por parte dos clientes;
- As características dos investimentos componentes da carteira e a estrutura do portfólio como um todo;
- As recomendações de investimentos devem possuir base de informações suficientes e exaustivas;
- Deve haver distinção entre fatos e opiniões na apresentação da recomendação de investimentos.

Informar aos clientes e “prospects” que é a política de investimentos que norteia:





- A construção dos portfólios;
- A seleção de ativos, devendo a área de investimentos, imediatamente informar aos clientes às alterações que possam significativamente afetar estes processos de investimentos.

Vedações de Produtos e Serviços

Os produtos ou serviços de investimentos não devem ser recomendados aos clientes se:

- As informações necessárias para avaliar a adequação do investimento não possam ser obtidas do cliente;
- A avaliação da adequação do investimento indique que o produto, a operação ou o serviço proposto não é adequado ao perfil de investimento do cliente; ou
- As informações relativas ao perfil do cliente não estiverem atualizadas.

Classificação e Seleção dos Produtos de Investimento

- Seleção dos Produtos de Investimentos

A seleção de produtos é subordinada ao processo de investimento - “suitability”.

A inclusão ou exclusão do produto é definida conforme a lógica do perfil, definido na coleta de informação, classificação e alinhamento da alocação com o cliente. A “visão produto”, como fator determinante do processo de “suitability” é limitada.

A TITAN CAPITAL considera que um produto, dentro do processo de investimento, será “adequado” ou não conforme sua transparência e funcionamento, mas não será agente de definição no processo independente de “suitability”, que faz a verificação da conformidade do portfólio para o perfil do cliente.

A TITAN CAPITAL seleciona prioritariamente, produtos com delta um ou delta limpo, chamados de produtos passivos ou direcionais. No caso de renda fixa, títulos públicos são diretamente empregados.

No caso de crédito privado, são utilizados preferencialmente produtos com FGC (Fundo Garantidor de Crédito).

Produtos sem o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) têm limitação de até 6-7% do portfólio, incluindo debêntures e outros recebíveis (CRDs, CRIs), todos registrados na Câmara Eletrônica Organizada – CETIP.

Na renda variável, os fundos de índices são empregados. Nomes individuais de ações são evitados.

- Classificação dos Produtos de Investimentos

A classificação dos produtos de investimentos faz parte do processo de investimento da TITAN CAPITAL, dividido em seis estágios, que caracterizam e resumem o caminho seguido pela empresa para alocar os recursos de seus clientes da melhor maneira possível.





Esses estágios iniciam-se na elaboração de um perfil de investimento do cliente, pela modelagem do portfólio com técnicas específicas e desenvolvendo processos de adição de valor. São eles:

- Primeiro Estágio – Estudo de Perfil do Investidor e Definição de Referência de Mercado (benchmark)

Determinação do perfil do investidor (objetivos de retorno e risco, horizontes de investimento, tolerância ao risco, necessidades de liquidez e restrições) e o estabelecimento de uma clara política de investimentos do cliente compatível com seu perfil.

- Segundo Estágio - Modelagem e Alocação do Portfólio

Seguindo a política de investimentos, prepara-se a alocação de ativos de um portfólio compatível com os objetivos de risco e retorno.

Para tal, modelos de alocação estratégica são definidos previamente com o emprego de técnicas de modelagem quantitativas de estudo do portfólio como unidade sistêmica, o que inclui:

- Análises históricas de padrões de retorno e risco;
- Observações estatísticas do portfólio e suas classes de ativos, além de mensuração de possíveis distorções presentes;
- Uso de modelos de fronteira eficiente e estudos de “Black Litterman”;
- Estudo de aglomerados (“clusters”) de volatilidade e respectivas mudanças na correlação de ativos;

Após modelagem, são finalmente definidos:

- As classes de ativos disponíveis a serem utilizadas;
- A exposição desejada da carteira aos diferentes mercados (renda variável, renda fixa, commodities, entre outros);
- Alocação de recursos entre as grandes classes de ativos (vértices) disponíveis.

- Terceiro Estágio - Seleção de Títulos

O foco de análise de portfólio da TITAN CAPITAL é na classe de ativos. E a decisão de seleção de títulos dentro de cada classe de ativo reflete esta crença.

Com foco nas classes de ativos e não na seleção individual de títulos, a TITAN CAPITAL utiliza títulos físicos, indexadores ou fundos de índice negociados em bolsa (“Exchange Traded Funds”) que venham a reproduzir, pelo menos parcialmente, o comportamento das classes de ativo.

A TITAN CAPITAL evita o uso da seletividade (“stock picking”) ou o “market timing” com papéis de empresas individuais como parte do processo de decisão de compras de títulos, característicos dos fundos de gestão ativos.

A TITAN CAPITAL não acredita na ênfase de seleção de papéis individuais como





maneira efetiva para se agregar valor ao cliente no médio e longo prazo.

A TITAN CAPITAL acredita na predominância do retorno de indexadores e índices por possuírem menor custo em termos de taxa de administração, aliado a técnicas de adição de valor incremental, através de estratégias denominadas de “enhanced indexing” (descritas no quinto estágio).

- Quarto Estágio – Testes de Compatibilidade dos Objetivos do Portfólio em Termos Quantitativos.

Condução de testes de compatibilidade dos objetivos de retorno e de risco do portfólio em termos quantitativos.

- Quinto Estágio – Técnicas de Valor Incremental

A partir da determinação de exposição da carteira aos mercados de renda fixa e renda variável, são utilizados métodos de geração de valor incremental ao processo de construção do portfólio e de indexação, chamados de “enhanced indexing”, tais como:

- Estratégias com uso de índices futuros e “Enhanced Cash”;
- Compra de ações geradoras de proventos;
- Obtenção de receitas de aluguel;
- Estratégias de controle dinâmico de exposição ao mercado (beta) e venda de volatilidade;
- Planejamento tributário;
- Redução de giro de ativos e custos com comissão;
- Perfil dos emissores;
- Prazos de carência de ativos e existência de ganhos.

- Sexto Estágio – Controle de Risco

Neste estágio, aborda-se a manutenção dos sistemas de risco que incluem:

- Testes de “Stress” e cenários históricos;
- Testes com “Value at Risk” (paramétrico e histórico);
- As classificações dos produtos que não devem ser superiores a 2 (dois) anos.

Produtos de Investimentos Complexos

A TITAN CAPITAL considera como produtos complexos; os produtos não abordados pela ICVM 555 e que possuem legislação própria:

- FIPs - Fundo de Investimento em Participações

Atualmente, não há e nem recomendamos investimentos em FIPs, a não ser investidores profissionais com perfil agressivo (de 1 a 5, perfil 5), acima de R\$ 10 milhões.

- FIDCs - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

- Consideramos prioritariamente FICs de FIDCs com liquidez de até 6 meses para investidores de varejo e qualificados, a partir do perfil balanceado e de nível 3;
- Não compramos FIDCs que apresentem risco alto de fungibilidade, o que inclui a produção de direitos creditórios por bancos pequenos e médios que atuam simultaneamente na cobrança, cadastro e custódia de documentos,





- administração e gestão entre outros;
- Na compra de FIDCs, a exigência da TITAN CAPITAL é que o agente responsável pela custódia manual ou eletrônica dos documentos, cobrança, auditoria e controle de cadastro sejam instituições financeiras com experiência e que não pertençam ao mesmo grupo econômico.
- FIIS - Fundo de Investimento Imobiliários
- A TITAN CAPITAL considera que o FII deve apresentar boa liquidez no mercado secundário com comprovada profundidade diária nos trades;
- Atualmente, o único tipo de FII – Fundo de Investimento Imobiliário que pode ser admitido é o fundo com caráter restrito de renda fixa imobiliária. A TITAN CAPITAL não adquire FIIs com incorporação e/ou desenvolvimento (equities).

Confecção de Extratos e Controle

- Posição mensal;
- Clientes;
- Gestora;
- Agente Autônomo - passar posição o administrador até o dia 10;
- Salvar e arquivar as posições (digital e físico);
- Acompanhamento das Auditorias dos Fundos de Investimentos.

Sistemas de Análise

Serviços contratados para apoio na gestão: ADVFn, Yahoo Finance, Morningstar, BTG Extranet, Macro Excel.

Responsabilidades da Área de Compliance/Risco

- Reuniões Mensais

As reuniões de Compliance/Risco têm como objetivo avaliar:

- Aderência das posições da carteira aos modelos estratégicos de alocação e, consequentemente, aos “benchmarks” e “tracking errors” definidos nestas estratégias de investimentos;
 - Revisões de cenários de “stress” e de perdas máximas associadas;
 - Contribuição total de cada operação no resultado e nas medidas de risco das carteiras de investimentos;
 - Análise do relatório GRL - Revisão Global de Parâmetros.
-
- Treinamento e Atualização da Política de “Suitability”

A área de compliance e risco é responsável pelo treinamento dos funcionários ou associados da empresa, pelo menos 1 (uma) vez ao ano ou quando for necessário; em relação à política de “suitability” e de seus procedimentos.

- Informação à ANBIMA - Laudo de “Suitability”





É de sua responsabilidade a elaboração e entrega do Relatório de Anual de “Suitability” em relação aos controles internos de “suitability” implementados pela empresa, as suas principais ocorrências ou atualizações até o último dia de março, contendo informações referentes ao ano civil anterior.

- Questionário de “Suitability” do Cliente



Análise de Perfil 1

Data de Preenchimento:			
Informação do Cliente			
Nome		Data de Nascimento	
Endereço		Cidade/UF	
Nome Co-Titular		Número de Dependentes	
Idade Co-Titular		Idade dos Dependentes	
Patrimônio Líquido	Contas de Investimentos	Patrimônio Total	
Renda Anual	Salário: Bônus: Outras Rendas: Total:	Despesas Anuais	
<small>Nota: A informação requerida neste formulário de Perfil do investidor auxilia no processo de determinação de objetivos de risco e retorno, não implicando ou sugerindo qualquer tipo de garantia de obtenção destes objetivos ou de taxas de desempenho.</small>			
Questão A: Na tabela abaixo, escolha a finalidade principal do seu portfólio:			
<input type="checkbox"/> 1. Proteção de capital <input type="checkbox"/> 2. Geração de Renda <input type="checkbox"/> 3. Aposentadoria <input type="checkbox"/> 4. Crescimento de Capital <input type="checkbox"/> 5. Sucessão			
Questão B: Qual o prazo de tempo em que sua carteira será dedicada a atingir esta finalidade:			
<input type="checkbox"/> 1. De 1 a 3 anos <input type="checkbox"/> 2. De 3 a 5 anos <input type="checkbox"/> 3. De 5 a 10 anos			
Questão C: Qual a sua necessidade de liquidez e/ou geração de renda no portfólio:			
<input type="checkbox"/> 1. Sempre <input type="checkbox"/> 2. Regularmente <input type="checkbox"/> 3. Vou precisar de algo <input type="checkbox"/> 4. Eventualmente <input type="checkbox"/> 5. Nenhuma			
Questão D: Considerando o valor total de seus ativos líquidos, qual é o percentual que este portfólio representa?			
<input type="checkbox"/> 1. Total <input type="checkbox"/> 2. Mais de 70% <input type="checkbox"/> 3. Metade do patrimônio <input type="checkbox"/> 4. 20% a 40% <input type="checkbox"/> 5. Menos de 20%			
Questão E: Tendo em vista o volume e a frequência das operações já realizadas no mercado de valores mobiliários, você conhece os seguintes investimentos:			
<input type="checkbox"/> 1. LCI/LCA/CDB/ Letras e Notas do Tesouro/Fundos Ativos de Renda Fixa Ativo			
<input type="checkbox"/> 2. Debêntures/e/ou Fundos de Créditos/CRA/CRI/Letras Financeiras			
<input type="checkbox"/> 3. Fundos Multimercados/Imobiliários			
<input type="checkbox"/> 4. Ações e/ou Fundos de Ações/Fundos Long-Short			
<input type="checkbox"/> 5. Opções/Futuros/Fundos Private Equity			
Questão F: Você comprou ações da empresa ABC no valor de 50 reais. Hoje valem 22 reais. O que você faria?			
<input type="checkbox"/> 1. Vendéria tudo <input type="checkbox"/> 2. Manteria a posição, aguardando uma melhora no mercado <input type="checkbox"/> 3. Aumentaria minha posição			





Análise de Perfil 2

Questão G: Para você, o mercado financeiro é:

- ☐
1. Confuso
- ☐
2. Lugar para economias
- ☐
3. Um sistema que exige análise
- ☐
4. Lugar para ficar rico (a)

Questão H: Eu gostaria de trabalhar numa faixa de retorno anual entre:

CDE 8%	<input type="checkbox"/> 1. Entre 5% e 12%	<input type="checkbox"/> 4. Entre -5% e 40%
	<input type="checkbox"/> 2. Entre 13% e 16%	<input type="checkbox"/> 5. Entre -20% e 60%
	<input type="checkbox"/> 3. Entre -1% e 25%	

Questão I: Tenho a finalidade de me aposentar com um portfólio, mas faz 2 anos que a carteira tem como desempenho 6% a.a. Poderia estar ganhando 8% com CDI. Eu irei:

- ☐
1. Desmontar tudo
- ☐
2. Esperar, mas estou incomodado
- ☐
3. Estar bem. Dois anos é pouco tempo
- ☐
4. Investir mais.

Questão J: Caracterize a estrutura de carteira preferida:

- ☐
1. Ênfase na preservação de capital com geração de renda e liquidez ampla.

- ☐
2. Desempenho com equilíbrio de apreciação de capital e geração de renda (juros/dividendos).

- ☐
3. Apreciação de longo prazo do capital e baixa geração de renda (juros/dividendos).

- ☐
4. Apreciação máxima do capital com risco bem alto, nenhuma geração de renda e baixa liquidez.

Questão K: Haverá novas contribuições financeiras anuais ao portfólio? Se houver, citar a porcentagem estimada em relação ao portfólio inicial.

- ☐
1. Não
- ☐
2. Sim, até 5% adicionais
- ☐
3. Sim, até 10% adicionais
- ☐
4. Sim, mais de 10% adicionais

Questão L: Você gostaria de fazer investimentos em outras moedas?

- ☐
1. Não
- ☐
2. Sim

Questão M: Há intenção do (a) Sr. (a) escolher diretamente ações dentro do portfólio?

- ☐
1. Não
- ☐
2. Sim

Questão N: Há intenção do (a) Sr. (a) utilizar operações de derivativos no portfólio? | Ou alavancagem?

- ☐
1. Não
- ☐
2. Sim

Questão O: Existem procedimentos ou restrições para a carteira de investimentos?

USO INTERNO: Avaliação do perfil de risco - cada resposta tem um número. Some o número das respostas assinaladas

Respostas das Questões	Peso	Valor (coluna 1)	Respostas das Questões	Peso	Valor (coluna 2)
A	x 1		1	x 2	
B	x 2		K	x 1	
C	x 1		L	x 1	
D	x 1		M	x 1	
E (derivativos mais alto)	x 1		N	x 1	
F	x 2		Total coluna 2		
G	x 0		Soma (coluna 1 + coluna 2)		
H	x 2				
I	x 2				
Total coluna 1 =					





Perfil	Score	Perfil	Score	Perfil	Score
Conservador	18-33	Balancedo	43-51	Agressivo	65-69
Moderado	34-42	Crescimento	52-64		

Descrição dos perfis

<input type="checkbox"/> Risco Conservador	Volatilidade esperada de 1%; portfólio possui parcela dominante de renda fixa, podendo existir investimentos em títulos privados e títulos públicos de curto e médio prazo. Investidor que pretende a preservação do capital investido com rentabilidade próxima à inflação ou à taxa básica de economia. Sua capacidade financeira e emocional para incorrer perdas são muito reduzidas.
<input type="checkbox"/> Risco Moderado	Volatilidade esperada de 2 a 3%; portfólio possui parcela dominante de renda fixa, podendo existir investimentos em títulos privados e títulos públicos de médio e longo prazo. Parcela reduzida em investimentos de renda fixa alternativa. Investidor que pretende alcançar rentabilidades superiores às proporcionadas pelas taxas básicas de juros correntes com capacidade financeira e emocional para assumir o risco de perdas parciais moderadas do capital investido em condições de mercado normais.
<input type="checkbox"/> Risco Balanceado	Volatilidade esperada de 4 a 5%; portfólio possui parcela importante em renda fixa (títulos privados e títulos públicos de médio e longo prazo), parcela em investimentos de renda fixa alternativa e parcela reduzida (cerca de 5% a 10%) em renda variável. Investidor que pretende alcançar rentabilidades superiores às proporcionadas pelas taxas de juros correntes com capacidade financeira e emocional para assumir o risco de perdas parciais moderadas do capital investido em condições de mercado normais. Esse investidor está disposto a trabalhar com classes de ativos diversificados e não apenas a renda fixa.
<input type="checkbox"/> Risco Crescimento	Volatilidade esperada de 6 a 8%; portfólio possui parcela importante em renda fixa (títulos privados e títulos públicos de médio e longo prazo), investimentos de renda fixa alternativa e parcela considerável (cerca de 10% a 20%) em renda variável. O portfólio pode utilizar a alavancagem, mas de maneira moderada (até 15% do PL). O uso de derivativos é moderado (até 15% do PL), ou para fins de "hedge". Investidor que pretende alcançar rentabilidades elevadas possuindo para isso capacidade financeira e emocional suficiente para incorrer perdas do capital investido que em condições adversas de mercado para os investimentos efetuados poderão ser elevadas. Este investidor possui um nível muito elevado de tolerância ao risco de perdas dos capitais investidos e compreende a relação indissociável existente entre risco e rentabilidade.
<input type="checkbox"/> Risco Agressivo	Volatilidade esperada acima de 8%; portfólio possui renda fixa (títulos privados e títulos públicos de médio e longo prazo), investimentos de renda fixa alternativa e parcela importante (mais de 30%) em renda variável. O portfólio pode entregar o uso de alavancagem e de derivativos. Investidor que pretende alcançar rentabilidades bruta muito elevadas para o seu capital. Este investidor possui um nível muito elevado de tolerância ao risco de perdas dos capitais investidos e compreende a relação indissociável existente entre risco e rentabilidade.

Outras Observações:

Assinatura do Cliente: _____

Local e Data: _____

- Política Integrada de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate à Corrupção

Definição de Lavagem de Dinheiro

Lavagem de Dinheiro é uma expressão que se refere às práticas econômico-financeiras que têm por finalidade dissimular ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais, de forma a que tais ativos aparentem uma origem lícita ou a que, pelo menos, a origem ilícita seja difícil de demonstrar ou provar. Entre as finalidades da "lavagem" estão a ocultação de bens, direitos e valores e o financiamento ao terrorismo.

Consoante às melhores práticas de governança corporativa e com o objetivo de proteger a Instituição e seus Proprietários, Administradores, Clientes e Colaboradores, a TITAN CAPITAL aprovou Política Integrada de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Combate à Corrupção.

A aplicação desta política é responsabilidade de todos os associados da TITAN CAPITAL.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Os objetivos dessa política são:

- Assegurar a conformidade da empresa e de suas políticas internas com





- a legislação, normas e regulamentos que disciplinam a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- Assegurar a conformidade das políticas internas de Prevenção à Lavagem de dinheiro ao estabelecimento de novos relacionamentos, principalmente relacionamentos comerciais pela integração com a Política de Identificação de Clientes;
 - Minimizar riscos operacionais, legais e de reputação aos quais a TITAN CAPITAL possa estar sujeita, caso venha a ser alvo de pessoas mal-intencionadas mediante a adoção de um efetivo sistema de monitoramento de transações, procedimentos e controles internos;
 - Proteger a reputação e a imagem da TITAN CAPITAL;
 - Identificar e designar, de modo claro, as responsabilidades e atribuições em todos os níveis hierárquicos e operacionais;
 - Estabelecer processos e procedimentos, visando a desenvolver e promover programas de treinamento e de conscientização do quadro de colaboradores.

Política de Combate à Corrupção

A TITAN CAPITAL está sujeita às leis e normas de anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 e Decreto nº 8420, de 18 de março de 2015 – Normas e Anticorrupção.

Corrupção ativa é definida como o ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a um funcionário público com a finalidade de praticar, omitir ou retardar algum ato da Administração Pública.

Corrupção passiva refere-se ao funcionário corrompido, quando ele solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida ou promessa de tal vantagem.

Suborno é uma espécie de corrupção e trata da prática de prometer, oferecer ou pagar a uma autoridade, governante, funcionário público ou profissional da iniciativa privada vantagens indevidas opostas à justiça, à moral ou ao dever.

Diante disso, as seguintes condutas são expressamente proibidas aos funcionários, sócios e terceiros da TITAN CAPITAL:

- Oferecer, prometer, dar, pagar ou autorizar qualquer objeto ou valor a funcionário público, com exceção de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidades previamente autorizados, conforme parâmetros abaixo definidos;
 - Oferecer, prometer, dar, pagar ou autorizar qualquer objeto ou valor a qualquer particular, de modo a influenciar ou tentar influenciar de modo indevido a prática de qualquer ato por parte do particular em benefício ou no interesse da TITAN CAPITAL;
 - Solicitar, receber ou aceitar qualquer objeto ou valor, de qualquer terceiro, em benefício do próprio colaborador ou de pessoa a ele relacionada, de modo a influenciar a prática de qualquer ato por parte do colaborador no desempenho de suas atividades na TITAN CAPITAL;
 - Aceitar ou concordar com qualquer solicitação de vantagem por parte de funcionário público.
- Da Responsabilidade da Área de Compliance e Risco





- Programar e acompanhar o cumprimento desta Política, demais normas e respectivas atualizações;
- Aprovar ou rejeitar qualquer investidor assim como, investigar qualquer processo de comunicação de operação suspeita;
- Responder aos órgãos competentes pelos reportes de transações suspeitas, operações e/ou situações;
- Viabilizar programas de treinamento para assegurar que todos os colaboradores estejam devidamente orientados e atualizados quanto às suas obrigações e responsabilidades perante a regulamentação;
- Definir o procedimento de aceitação e identificação de clientes no estabelecimento de relações de negócios;
- Definir e utilizar de ferramentas ou soluções informatizadas para fins de monitoramento de transações, ordens e contas de clientes;
- Utilizar listas de restrições de pessoas desenvolvidas pelas Polícias Brasileira e Internacional ou identificadas em Listas Restritivas publicamente emitidas por Organismos Nacionais e Internacionais;
- Manutenção dos registros de todas as transações envolvendo títulos ou valores mobiliários, independentemente de seu valor, de forma a permitir a verificação da movimentação financeira de cada cliente em face da situação patrimonial e financeira constante de seu cadastro.
- Realizar procedimentos para analisar casos suspeitos incluindo:
 - o Análise cuidadosa de todos os fatos e circunstâncias de uma transação suspeita para evitar que uma operação simplesmente atípica seja enquadrada como ilegal. Esta análise deve ser conduzida pelo “Compliance Officer”;
 - o Comunicação às autoridades competentes de qualquer transação, ou proposta de transação, que possa constituir-se em sérios indícios de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de crime no prazo de vinte e quatro horas a contar da ocorrência;
 - o Rever movimentações atípicas, apontadas nos sistemas de monitoramento, verificando os elementos que evidenciem ou fundamentem o fato, mediante efetiva e criteriosa coleta de dados e de pesquisa cadastral;
 - o Manter as fichas e dossiês cadastrais, bem como o registro de todas as transações envolvendo títulos ou valores mobiliários durante o período mínimo de 5 (cinco) anos, a partir do encerramento da conta ou da conclusão da última transação realizada em nome do respectivo cliente;
 - o Guardar sigilo sobre comunicações efetuadas e em hipótese algum poder revelar ou dar ciência da ocorrência aos clientes ou envolvidos;
 - o O cumprimento da regulamentação local sobre sigilo bancário.

Qualquer associado que detectar qualquer atividade que pareça suspeita deve reportar a mesma imediatamente ao “Compliance Officer”.

Troca de Informações entre Distribuidor e Administrador de Fundos de Investimento

A fim de atender às normas que dispõem sobre a troca de informações entre distribuidor e administrador de fundos de investimento é celebrado contrato de distribuição, onde o distribuidor deverá:

- Prestar informações adequadas sobre o fundo de investimento,





esclarecendo as dúvidas e recebendo reclamações dos potenciais investidores;

- Fornecer aos potenciais investidores os documentos do fundo, termo de adesão e/ou demais documentos exigidos pela regulamentação;
- Controlar e manter registros internos referentes à compatibilidade entre as movimentações dos recursos dos clientes e sua capacidade financeira e atividades econômicas, nos termos das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; e
- Atender os requisitos da legislação e da regulamentação e melhores práticas em relação à adequação dos investimentos recomendados ao perfil dos clientes (“suitability”).

Procedimentos para Retenção de Documentos

Os funcionários são responsáveis por compreender as exigências de retenção atinentes aos registros que criam, recebem ou mantêm em nome da TITAN CAPITAL.

- Responsáveis da Área de Distribuição
 - É necessário um diretor responsável pela atividade de distribuição, que na TITAN CAPITAL é o gestor de administração de carteiras;
 - A área de “compliance” e risco é responsável em supervisionar as políticas de distribuição de cotas de fundos de investimentos e atualizá-las anualmente.

É importante pontuar que as regras de distribuição para fundos de investimentos não têm diferenciação por tipo de fundo; mesmo se eles forem distribuídos em oferta pública.

10.7. Endereço da página do administrador na rede mundial de computadores na qual podem ser encontrados os documentos exigidos pelo art. 14 desta Instrução

<http://www.titancapital.com.br/>

11. Contingências

11.1. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a empresa figure no polo passivo, que sejam relevantes para os negócios da empresa, indicando:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a empresa figure no polo passivo.

a) principais fatos

Não há.

b) valores, bens ou direitos envolvidos

Não há.

11.2. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores





mobiliários figure no polo passivo e que afetem sua reputação profissional, indicando:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, em que o diretor responsável de carteiras mobiliárias figure no polo passivo.

a) principais fatos

Não há.

b) valores, bens ou direitos envolvidos

Não há.

11.3. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há.

11.4. Descrever condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que a empresa tenha figurado no polo passivo, indicando:

Não há condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitada em julgado, prologada nos últimos 5 (cinco) anos, em que a empresa tenha figurado no polo passivo.

a) principais fatos

Não há.

b) valores, bens ou direitos envolvidos

Não há.

11.5. Descrever condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, prolatadas nos últimos 5 (cinco) anos em processos que não estejam sob sigilo, em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários tenha figurado no polo passivo e tenha afetado seus negócios ou sua reputação profissional, indicando:

Não há condenações judiciais, administrativas ou arbitrais, transitadas em julgado, protocoladas nos últimos 5 (cinco) anos em processos em que o diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários tenha figurado no polo passivo.

a) principais fatos

Não há.

b) valores, bens ou direitos envolvidos

Não há.



**12. Declarações adicionais do diretor responsável pela administração, atestando:**

Vide declaração em anexo.

- que não está inabilitado ou suspenso para o exercício de cargo em instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pela CVM, pelo Banco Central
- do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC
- que não foi condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação
- que não está impedido de administrar seus bens ou deles dispor em razão de decisão judicial e administrativa
- que não está incluído no cadastro de serviços de proteção ao crédito
- que não está incluído em relação de comitentes inadimplentes de entidade administradora de mercado organizado
- que não tem contra si títulos levados a protesto
- que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu punição em decorrência de atividade sujeita ao controle e fiscalização da CVM, do Banco Central do Brasil, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
- que, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi acusado em processos administrativos pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC





Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #8ce439db21c040cd8f45a3f83e99b8a2239af006c0cb97009470d2e0a1585458
<https://valida.ae/aeca2abbea832aa0a37a89033c608561453f51daa03ad59e4>



Página de assinaturas

Christian A

Christian Anna
159.661.928-71
Signatário

Henrique L

Henrique Lucas
013.739.756-95
Signatário

Alexandra O

Alexandra Oliveira
913.465.766-53
Testemunha

Ellen S

Ellen Souza
100.546.686-62
Testemunha

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|--|
| 18 mar 2022
10:37:46 |  | Ellen Cristiane de Souza criou este documento. (E-mail: ellen.souza@titancapital.com.br, CPF:100.546.686-62) |
| 18 mar 2022
10:51:02 |  | Christian Loretti Sant Anna (E-mail: christian.l.santanna@titancapital.com.br, CPF: 159.661.928-71) visualizou este documento por meio do IP 187.75.156.116 localizado em Jacareí - Sao Paulo - Brazil. |
| 18 mar 2022
10:51:22 |  | Christian Loretti Sant Anna (E-mail: christian.l.santanna@titancapital.com.br, CPF: 159.661.928-71) assinou este documento por meio do IP 187.75.156.116 localizado em Jacareí - Sao Paulo - Brazil. |
| 22 mar 2022
16:02:59 |  | Henrique Fernando Lucas (E-mail: henrique.lucas@titancapital.com.br, CPF: 013.739.756-95) visualizou este documento por meio do IP 189.89.94.117 localizado em Leopoldina - Minas Gerais - Brazil. |
| 22 mar 2022
16:03:21 |  | Henrique Fernando Lucas (E-mail: henrique.lucas@titancapital.com.br, CPF: 013.739.756-95) assinou este documento por meio do IP 189.89.94.117 localizado em Leopoldina - Minas Gerais - Brazil. |
| 18 mar 2022
10:38:27 |  | Alexandra Eliane dos Santos Oliveira (E-mail: alexandra.oliveira@titancapital.com.br, CPF: 913.465.766-53) visualizou este documento por meio do IP 187.20.52.161 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil. |
| 18 mar 2022
10:40:19 |  | Alexandra Eliane dos Santos Oliveira (E-mail: alexandra.oliveira@titancapital.com.br, CPF: 913.465.766-53) assinou como testemunha este documento por meio do IP 187.20.52.161 localizado em Belo Horizonte -Minas Gerais - Brazil. |



18 mar 2022

10:37:58



Ellen Cristiane de Souza (E-mail: ellen.souza@titancapital.com.br, CPF: 100.546.686-62) visualizou este documento por meio do IP 187.75.156.116 localizado em Jacareí - Sao Paulo - Brazil.

18 mar 2022

10:38:08



Ellen Cristiane de Souza (E-mail: ellen.souza@titancapital.com.br, CPF: 100.546.686-62) assinou como testemunha este documento por meio do IP 187.75.156.116 localizado em Jacareí - Sao Paulo - Brazil.

